GOVERNO DEMOCRÁTICO E POPULAR
O povo em 1.º lugar

DIÁRIO OFICIAL
DO DISTRITO FEDERAL

ANO XXI - Nº 156 SEXTA-FEIRA, 15 DE AGOSTO DE 1997 PREÇO: R$ 0,66

SUMÁRIO

SEÇÃO I

	PÁGINA
ATOS DO PODER EXECUTIVO	6201
SECRETARIA DE GOVERNO	6202
SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO	6202
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	6206
SECRETARIA DE SAÚDE	6207
SECRETARIA DE OBRAS	6208
SECRETARIA DE TRANSPORTES	6209
POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	6209
SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE	6209
SECRETARIA DE INDUSTRIA E COMÉRCIO	6209
SECRETARIA DE TRABALHO	6209
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	6210
PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL	6210
TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL	6210

SEÇÃO II

ATOS DO PODER EXECUTIVO	6217
SECRETARIA DE GOVERNO	6218
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	6220
SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO	6220
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	6221
SECRETARIA DE SAÚDE	6222
SECRETARIA DE OBRAS	6225
SECRETARIA DE TRANSPORTES	6225
SECRETARIA DE AGRICULTURA	6226
SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE	6226
SECRETARIA DE INDUSTRIA E COMÉRCIO	6227
SECRETARIA DE TRABALHO	6227
SECRETARIA DE TURISMO	6228
PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL	6228
TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL	6228

SEÇÃO III

SECRETARIA DE GOVERNO	6229
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	6229
SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO	6230
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	6230
SECRETARIA DA CRIANÇA E ASSISTÊNCIA SOCIAL	6230
SECRETARIA DE OBRAS	6230
SECRETARIA DE TRANSPORTES	6231
SECRETARIA DE AGRICULTURA	6232
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	6233
POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	6233
SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE	6233
SECRETARIA DE TRABALHO	6234
SECRETARIA DE TURISMO	6234
PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL	6236
TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL	6236
INEDITORIAIS	6236
ÍNDICE	6237

SEÇÃO I

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 18.523, DE 14 DE AGOSTO DE 1997

Cria, no âmbito da Secretaria de Obras, a Comissão Central de Gerenciamento (CCG), para coordenação da implantação do "Projeto Saneamento Básico no Distrito Federal".

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso VII e XXVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, `decreta:

Art. 1º Fica criada, no âmbito da Secretaria de Obras, a Comissão Central de Gerenciamento (CCG) do "Projeto Saneamento Básico no Distrito Federal" com as seguintes atribuições :

I - planejar, supervisionar, fiscalizar e gerenciar todas as etapas de desenvolvimento e implantação do Projeto;

II - negociar condições contratuais, inclusive eventuais aditivos, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento;

III - implementar as políticas setoriais emitidas pelas Secretarias envolvidas no Projeto para sua operacionalização;

IV - compatibilizar os objetivos do Projeto com os macro-objetivos do Governo;

V - negociar com órgãos e entidades relacionadas com a preparação e implantação do Projeto no âmbito distrital e federal;

VI -fixar critérios para contratações, ao amparo de recursos do Projeto, obedecida a legislação vigente e as normas do agente financeiro;

VII - submeter editais de licitação ao agente financeiro;

VIII - analisar prestações de contas;

IX - elaborar relatórios trimestrais e anuais de acompanhamento do Projeto;

X - elaborar relatório de conclusão do Projeto;

XI - avaliar resultados do Projeto;

XII - executar as diretrizes do Projeto;

XIII - desenvolver ações para atingir os objetivos do Projeto.

Art. 2º A estrutura organizacional para funcionamento da Comissão Central de Gerenciamento (CCG) para o "Projeto Saneamento Básico no Distrito Federal" terá os seguintes componentes :

I- Presidente da Comissão;

II- Conselho de Gerência do Projeto;

III- Superintendente de Execução;

IV- Superintendente de Planejamento e Programação;

V- Três Unidades de Gerenciamento de Projeto (UGP).

Art. 3º Os órgãos envolvidos na implantação do Projeto indicarão e cederão servidores para integrarem a Comissão Central de Gerenciamento (CCG), em tempo parcial ou integral, à medida em que forem requisitados pela Secretaria de Obras. Os demais órgãos deste Governo prestarão apoio e assessoria à Comissão quando solicitados, em matérias de suas competências.

Art. 4º O Secretário de Obras definirá a estrutura organizacional para o funcionamento da Comissão Central de Gerenciamento (CCG) do "Projeto Saneamento Básico no Distrito Federal".

Art. 5º O Secretário de Obras designará, por Portaria, os componentes da Comissão Central de Gerenciamento (CCG).

Art. 6º O Conselho de Gerência do Projeto, órgão consultivo da Comissão Central de Gerenciamento (CCG), será formado por :

I- Presidente da Comissão Central de Gerenciamento, que presidirá o Conselho;

II- Representante da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP;

III- Representante da Companhia de Água e Esgotos de Brasília - CAESB;

IV- Representante da Secretaria de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia - SEMATEC;

V- Representante do Serviço de Limpeza Urbana - SLU;

VI- Representante da Secretaria de Fazenda e Planejamento.

Art. 7º Caberá ao Secretário de Obras definir a periodicidade das reuniões e a forma de atuação do Conselho de Gerência.

Art. 8º Caberá ao titular de cada um dos órgãos participantes do Conselho de Gerência indicar o representante daquela entidade.

Art. 9º A instalação e atividades da Comissão Central de Gerenciamento (CCG) não gerará despesa extraordinária de qualquer natureza ao Governo do Distrito Federal.

Brasília, 14 de Agosto de 1997
109º da República e 38º de Brasília

CRISTOVAM BUARQUE

SECRETARIA DE GOVERNO

SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CANDANGOLÂNDIA

ORDEM DE SERVIÇO DE 13 DE AGOSTO DE 1997

O Administrador Regional da Candangolândia, no uso de suas atribuições legais e de acordo com os Artigos 3º do Decreto nº 18.493, de 30 de julho de 1997, resolve:
Estabelecer o valor de R$ 0.35 (trinta e cinco centavos de Real) por m² (metro quadrado) utilizado para o cálculo de multa proporcional ás dimensões de terrenos não edificados, que não estejam limpos, cercados e com suas respectivas calçadas construídas, de acordo com o que estabelece o Decreto nº 18.493, de 30 de julho de 1997, publicado no DODF nº 145, de 31 de julho de 1997.

ABDEL RAUF HASSAN HUSNI KARAJAH

SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

DESPACHO DO SECRETÁRIO

PROCESSO Nº : 040.011.171/97
INTERESSADO : DEPARTAMENTO GERAL DE INFORMÁTICA/SEFP
ASSUNTO : REALIZAÇÃO DE CURSO

Ratifico, nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666/93, a inexibilidade de Licitação em favor da UCB - Universidade Católica de Brasília, objetivando atender despesa com a realização da inscrição e curso de Gerenciamento em Banco de Dados.
A Inexigibilidade foi reconhecida com fundamento no "caput" do artigo 25, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, republicada no DOU de 06 de julho de 1994.
Publique-se e encaminhe-se ao Departamento de Administração Geral / SEFP, para as devidas providências.

MÁRIO TINOCO DA SILVA

SUBSECRETARIA DA RECEITA

ATO DECLARATÓRIO Nº 85-SUREC/SEFP, DE 13 DE AGOSTO DE 1997

ABANDONO DE MERCADORIAS APREENDIDAS.

O SUBSECRETÁRIO DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria n.º 596-SEFP, de 30 de julho de 1996, e fundamentado no artigo 22, inciso II, §§ 1º, 3º e 4º, do Decreto n.º 16.106, de 30/11/94, e considerando ainda o que consta do Processo n.º 043.001.800/96, declara:

1. ABANDONADAS as mercadorias conforme discriminação e quantificação constantes do AIA n.º 35501, lavrado em nome de JEAN FELIPE BUTRUILE, em 09/10/96, que assim encontram-se especificadas:

QUANT	DISCRIMINAÇÃO	VALOR UNIT. R$	VALOR TOTAL R$
60 Un	Polpa de Pêssego 4x5	9,06	510,00
TOTAL			510,00

* A diferença entre o valor das mercadorias e valor total refere-se ao Desconto Promocional de R$ 33,60.

2. Aberto o prazo de que trata o § 3º, do artigo 22, do Decreto n.º 16.106, de 30 de novembro de 1994.
2.1 Os pedidos deverão ser dirigidos ao Secretário de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal, com a indicação do n.º do Ato Declaratório, do Processo e a discriminação da mercadoria solicitada.

WALDIR GONÇALVES DA SILVA

ATO DECLARATÓRIO Nº 86-SUREC/SEFP, DE 13 DE AGOSTO DE 1997

ABANDONO DE MERCADORIAS APREENDIDAS.

O SUBSECRETÁRIO DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria n.º 596-SEFP, de 30 de julho de 1996, e fundamentado no artigo 22, inciso II, §§ 1º, 3º e 4º, do Decreto n.º 16.106, de 30/11/94, e considerando ainda o que consta do Processo n.º 043.001.418/95, declara:

1. ABANDONADAS as mercadorias conforme discriminação e quantificação constantes do AIA n.º 28600, lavrado em nome de ASMIC - ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO MIN. IND. COMÉRCIO, em 20/09/95, que assim encontram-se especificadas:

QUANT	DISCRIMINAÇÃO	VALOR UNIT. R$	VALOR TOTAL R$
01 Pct	Curativo Band-Aid J.	27,20	27,20
01 Cx	Pilha R.O.V Peq.	12,93	12,93
01 Dz	Lavanda Johnson 100 ml	42,91	42,91
01 Cx	Leite Aveia Davene 120 ml	39,09	39,09
01 Dz	Loção Vasenol Cam/CL Amen	28,93	28,93
01 Dz	Sabonete 80g Johnson	8,52	8,52
01 Cx	Escovas Dentes Trip Condor	10,01	10,01
01 Cx	Escovas Dr. West Sortida	30,47	30,47
02 Cx	Haste Cotonete Johnsons	10,27	20,54
01 Cx	Escova Oral - B Indicador 35 Macia	20,23	20,23
01 Cx	S.H. Johnson Infantil 100 ml	20,81	20,81
01 Cx	Creme D. Close-Up 90g Branco	7,52	7,52
01 Cx	Creme D. Kolynos 90g	7,13	7,13
01 Cx	Creme D. Kolynos 50g	4,45	4,45
02 Cx	Creme D. Colgate 50g Leve 3 Pg 02	3,43	6,86
01 Cx	Creme D. Tandy T. Frutti Bisn. 50g	7,19	7,19
01 Cx	Creme Nívea 50g	21,19	21,19
01 Cx	Apar. Prestobarba Plus 24x1	10,73	10,73
01 Cx	ABS Tampax Médio 12x10	12,88	12,88
01 Cx	ABS Carefree	11,41	11,41
01 Cx	Creme de Barba Bozzano 65g	27,19	27,19
TOTAL			378,19

2. Aberto o prazo de que trata o § 3º, do artigo 22, do Decreto n.º 16.106, de 30 de novembro de 1994.
2.1 Os pedidos deverão ser dirigidos ao Secretário de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal, com a indicação do n.º do Ato Declaratório, do Processo e a discriminação da mercadoria solicitada.

WALDIR GONÇALVES DA SILVA

ATO DECLARATÓRIO Nº 87-SUREC/SEFP, DE 13 DE AGOSTO DE 1997

ABANDONO DE MERCADORIAS APREENDIDAS.

O SUBSECRETÁRIO DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria n.º 596-SEFP, de 30 de julho de 1996, e fundamentado no artigo 22, inciso II, §§ 1º, 3º e 4º, do Decreto n.º 16.106, de 30/11/94, e considerando ainda o que consta do Processo n.º 043.001.694/96, declara:

1. ABANDONADAS as mercadorias conforme discriminação e quantificação constantes do AIA n.º 40869, lavrado em nome de FÁBIO MARTINI, em 13/09/96, que assim encontram-se especificadas:

QUANT	DISCRIMINAÇÃO	VALOR UNIT. R$	VALOR TOTAL R$
52	Cobertores de Casal	5,83	303,16
TOTAL			303,16

2. Aberto o prazo de que trata o § 3º, do artigo 22, do Decreto n.º 16.106, de 30 de novembro de 1994.
2.1 Os pedidos deverão ser dirigidos ao Secretário de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal, com a indicação do n.º do Ato Declaratório, do Processo e a discriminação da mercadoria solicitada.

WALDIR GONÇALVES DA SILVA

ATO DECLARATÓRIO Nº 88-SUREC/SEFP, DE 13 DE AGOSTO DE 1997

ABANDONO DE MERCADORIAS APREENDIDAS.

O SUBSECRETÁRIO DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria n.º 596-SEFP, de 30 de julho de 1996, e fundamentado no artigo 22, inciso II, §§ 1º, 3º e 4º, do Decreto n.º 16.106, de 30/11/94, e considerando ainda o que consta do Processo n.º 043.001.526/96, declara:

1. ABANDONADAS as mercadorias conforme discriminação e quantificação constantes do AIA n.º 35254, lavrado em nome de TRANSRODOVIA TRANSPORTES LTDA, em 02/09/96, que assim encontram-se especificadas:

QUANT	DISCRIMINAÇÃO	VALOR UNIT. R$	VALOR TOTAL R$
57	Caixas de Desinfetante Atol 12x500	12,00	684,00
TOTAL			684,00

GOVERNO DEMOCRÁTICO E POPULAR
O povo em 1.º lugar

DIÁRIO OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL
Redação e Administração:
Anexo do Palácio do Buriti, Sala 111, Térreo.
CEP 70075-900, Brasília - DF.
Telefones: (061) 225-7803 - 316-4137 - 213-6312
Impressão: IMPRENSA NACIONAL

CRISTOVAM BUARQUE
Governador
ARLETE SAMPAIO
Vice-Governadora
LUIZ GONZAGA FIGUEIREDO MOTTA
Secretário de Comunicação Social
CLEMENTE LUZ
Editor-responsável

2. Aberto o prazo de que trata o § 3º, do artigo 22, do Decreto n.º 16.106, de 30 de novembro de 1994.
2.1 Os pedidos deverão ser dirigidos ao Secretário de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal, com a indicação do n.º do Ato Declaratório, do Processo e a discriminação da mercadoria solicitada.

WALDIR GONÇALVES DA SILVA

DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO Nº 330-DAT/SUREC/SEFP, DE 11 DE AGOSTO DE 1997

Imunidade ao ISS para instituição de assistência social.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I, alínea "a", item 3, da Ordem de Serviço nº 096/95 - SUREC/SEFP, de 11/09/95, e fundamentado no artigo 14 da Lei nº 5.172/66 - Código Tributário Nacional *e considerando ainda o que consta do processo nº 040.006503/97, declara:*

A ASSOCIAÇÃO POSITIVA DE BRASÍLIA, CGC nº 03.637.022/0001-55, imune ao Imposto sobre Serviços - ISS, em relação aos serviços por ela prestados em função do cumprimento de suas finalidades essenciais.

WALDIR GONÇALVES DA SILVA

ATO DECLARATÓRIO Nº 331-DAT/SR/SEFP, DE 11 DE AGOSTO DE 1997

Imunidade quanto ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I, alínea "a", item 3 da Ordem de Serviço nº 096/95-SUREC/SEFP, de 11.9.95, e fundamentado no artigo 150, inciso VI, alínea "b" da Constituição Federal, combinado com o artigo 4º, inciso II do Decreto nº 16.099, de 29.11.94, e considerando ainda o que consta do processo nº 040.017183/96, declara:

A IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLÉIA DE DEUS imune quanto ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, no exercício de 1997, em relação aos veículos integrantes de seu patrimônio VW/KOMBI placa JDY-6834 e GM/OMEGA placa JDQ-5464.
Vale lembrar que o benefício terá efeito para os exercícios posteriores, enquanto prevalecerem as razões que o fundamentaram, ficando o beneficiário obrigado a comunicar ao órgão que administra o tributo qualquer alteração que implique a cessação do benefício, no prazo de 30 dias, a contar da data em que ocorrer a alteração (parágrafos 1º e 2º do artigo 4º do Decreto nº 16.099/94, modificado pelo *Decreto nº 17.958/96*).
Este Ato Declaratório só terá validade após sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

WALDIR GONÇALVES DA SILVA

ATO DECLARATÓRIO Nº 332-DAT/SR/SEFP, DE 11 DE AGOSTO DE 1997

Imunidade do IPVA para instituição de assistência social.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I, alínea "a", item 3 da Ordem de Serviço nº 096/95-SUREC/SEFP, de 11.9.95, e fundamentado no artigo 150, inciso VI, alínea "c" da Constituição Federal combinado com o artigo 14 da Lei nº 5.172/66 - Código Tributário Nacional - e considerando ainda o que consta do processo nº 046.000290/97, declara:
A CASA DA CRIANÇA ANA MARIA RIBEIRO, CGC nº 02.561.249/0001-00, imune quanto ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, no exercício de 1997, em relação ao veículo integrante de seu patrimônio VW/KOMBI, placa BR-5311, lembrando que o benefício terá efeito para os exercícios posteriores, enquanto prevalecerem as razões que o fundamentaram, ficando o beneficiário obrigado a comunicar ao órgão que administra o tributo qualquer alteração que implique a cessação do benefício, no prazo de 30 dias, a contar da data em que ocorrer a alteração (parágrafos 1º e 2º do artigo 4º do Decreto nº 16.099/94, modificado pelo Decreto nº 17.958/96).
Este Ato Declaratório só terá validade após sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

WALDIR GONÇALVES DA SILVA

ATO DECLARATÓRIO Nº 333-DAT/SUREC/SEFP, DE 11 DE AGOSTO DE 1997

Imunidade ao IPTU e IPVA e isenção da TLP para instituição de assistência social.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I, alínea "a", item 3 da Ordem de Serviço nº 096/95-SUREC/SEFP, de 11.9.95, e fundamentado no artigo 150, inciso VI, alínea "c" da Constituição Federal, combinado com o artigo 14 da Lei nº 5.172/66 - Código Tributário Nacional - e no artigo 5º do Decreto nº 16.090, de 28/11/94, e considerando finalmente o que consta do processo nº 040.007006/97, declara:

A ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL E CARITATIVA, CGC Nº 89.428.734/0001-80, imune, em 1997, ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA em relação ao veículo de sua propriedade VW/GOL placa JEM-3515, e, em 1996 e 1997, ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU referente ao imóvel localizado na QNN 32, ÁREA ESPECIAL B, CEILÂNDIA SUL, e bem assim isenta, em 1997, da Taxa de Limpeza Pública - TLP no tocante ao mesmo imóvel.
Vale lembrar que a isenção da TLP deverá ser renovada anualmente (§ 1º do artigo 5º do Decreto nº 16.090/94) e que o reconhecimento de imunidade ao IPVA e IPTU terá efeito para os exercícios posteriores, enquanto prevalecerem as razões que o fundamentaram, ficando o beneficiário obrigado a comunicar ao órgão que administra o tributo qualquer alteração que implique a cessação do benefício, no prazo de 30 dias, a contar da data em que ocorrer a alteração (§§ 1º e 2º do artigo 4º do Decreto nº 16.099/94, modificado pelo Decreto nº 17.958/96 e §§ 1º e 2º do artigo 11 do Decreto nº 16.100, de 29.11.94, modificado pelo Decreto nº 17.960/96).
Este Ato Declaratório só terá validade após sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

WALDIR GONÇALVES DA SILVA

ATO DECLARATÓRIO Nº 334-DAT/SR/SEFP, DE 12 DE AGOSTO DE 1997

Isenção do ITCD - Lei 1343/96.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I, alínea "a", item 3 da Ordem de Serviço nº 096/95-SUREC/SEFP, de 11.9.95, e fundamentado no artigo 150, inciso VI, alínea "c" da Constituição Federal, combinado com o artigo 14 da Lei nº 5.172/66 - Código Tributário Nacional - e considerando o que consta do processo nº 040.004068/97, declara:
Sem Efeito o Ato Declaratório nº 199/97-DAT/SUREC/SEFP, de 5 de junho de 1997, publicado no DODF de 12/06/97, fls 4210.
Este Ato Declaratório só terá validade após sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

WALDIR GONÇALVES DA SILVA

ATO DECLARATÓRIO Nº 335-DAT/SR/SEFP, DE 12 DE AGOSTO DE 1997

Isenção do ITCD - Lei 1343/96.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I, alínea "a", item 3 da Ordem de Serviço nº 096/95-SUREC/SEFP, de 11.9.95, e fundamentado no artigo 150, inciso VI, alínea "c" da Constituição Federal, combinado com o artigo 14 da Lei nº 5.172/66 - Código Tributário Nacional - e considerando o que consta do processo nº 040.006539/97, declara:
Sem Efeito o Ato Declaratório nº 201/97-DAT/SUREC/SEFP, de 5 de junho de 1997, publicado no DODF de 12/06/97, fls 4211.
Este Ato Declaratório só terá validade após sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

WALDIR GONÇALVES DA SILVA

ATO DECLARATÓRIO Nº 336-DAT/SR/SEFP, DE 12 DE AGOSTO DE 1997

Isenção do ITCD - Lei 1343/96.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I, alínea "a", item 3 da Ordem de Serviço nº 096/95-SUREC/SEFP, de 11.9.95, e fundamentado no artigo 150, inciso VI, alínea "c" da Constituição Federal, combinado com o artigo 14 da Lei nº 5.172/66 - Código Tributário Nacional - e considerando o que consta do processo nº 040.002271/97, declara:
Sem Efeito o Ato Declaratório nº 97/97-DAT/SUREC/SEFP, de 25 de março de 1997, publicado no DODF de 26/03/97, fls 2104.
Este Ato Declaratório só terá validade após sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

WALDIR GONCALVES DA SILVA

ATO DECLARATÓRIO Nº 337-DAT/SUREC/SEFP, DE 12 DE AGOSTO DE 1997

Isenção do ICMS na compra de veículo por portador de deficiência física.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, com base no item 75, do Caderno I do Anexo I do Regulamento do ICMS, Decreto nº 16.102/94 (Convênio ICMS nº 48/97) e no artigo 1º da Portaria nº 379/94-SEFP, de 13.6.94, e no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I, alínea "a", item 3 da Ordem de Serviço nº 096/95-SUREC/SEFP, de 11.9.95, e tendo em vista o que consta do Processo nº 040.004875/97, declara:
Junto à EQUILÍBRIO COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA, que LUÍS ANTONIO DE MOURA, CPF nº 307.682.091-53, *está autorizado a adquirir, até o dia* 31 de agosto de 1997, *um veículo automotor* nacional com isenção do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, desde que haja o repasse do benefício fiscal sob a forma de redução no preço do produto.
Este Ato Declaratório tem validade de até 180 (cento e oitenta) dias, a contar da sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, prazo no qual o adquirente deverá cumprir as exigências contidas no parágrafo 1º do artigo 1º da Portaria 379/94-SEFP, de 13.6.94, sob pena de ter que recolher o ICMS com atualização monetária e acréscimos legais, ou ainda se incidir em qualquer uma das hipóteses elencadas no subitem 75.3 do Caderno I do Anexo I do Decreto nº 16.102/94.
Este Ato Declaratório só terá validade após sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

WALDIR GONÇALVES DA SILVA

ATO DECLARATÓRIO Nº 338-DAT/SUREC/SEFP, DE 12 DE AGOSTO DE 1997

Isenção do ICMS na compra de veículo por portador de deficiência física.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, com base no item 75, do Caderno I do Anexo I do Regulamento do ICMS, Decreto nº 16.102/94 (Convênio ICMS nº 48/97) e no artigo 1º da Portaria nº 379/94-SEFP, de 13.6.94, e no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I, alínea "a", item 3 da Ordem de Serviço nº 096/95-SUREC/SEFP, de 11.9.95, e tendo em vista o que consta do Processo nº 040.010988/97, declara:
Junto à ORCA VEÍCULOS LTDA, que PEDRO VIEIRA, CPF nº 001.411.861-00, está autorizado a adquirir, até o dia 31 de agosto de 1997, um veículo automotor nacional com isenção do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, desde que haja o repasse do benefício fiscal sob a forma de redução no preço do produto.
Este Ato Declaratório tem validade de até 180 (cento e oitenta) dias, a contar da sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, prazo no qual o adquirente deverá cumprir as exigências contidas no parágrafo 1º do artigo 1º da Portaria 379/94-SEFP, de 13.6.94, sob pena de ter que recolher o ICMS com atualização monetária e acréscimos legais, ou ainda se incidir em qualquer uma das hipóteses elencadas no subitem 75.3 do Caderno I do Anexo I do Decreto nº 16.102/94.
Este Ato Declaratório só terá validade após sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

WALDIR GONÇALVES DA SILVA

ATO DECLARATÓRIO Nº 339-DAT/SUREC/SEFP, DE 12 DE AGOSTO DE 1997

Isenção do IPVA para membros de Missão Diplomática.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I, alínea "a", item 3 da Ordem de Serviço nº 096/95-SUREC/SEFP, de 11.9.95, e fundamentado no artigo 6º, inciso IV do Decreto nº 16.099, de 29.11.94, e considerando ainda o que consta do processo nº 040.010872/97, declara:

NURIA FELIPE SORIA, funcionária internacional do PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD isenta do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, relativo ao exercício de 1997, incidente sobre o veículo de sua propriedade, Marca/Modelo GM/CORSA, Chassi 9BGSC08ZVVC750455, lembrando que o benefício deverá anualmente ser renovado mediante requerimento do interessado (§ 2º do artigo 6º do Decreto nº 16.099/94).
Este Ato Declaratório só terá validade após sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

WALDIR GONÇALVES DA SILVA

ATO DECLARATÓRIO Nº 340-DAT/SUREC/SEFP, DE 12 DE AGOSTO DE 1997

Isenção de ICMS nas operações de fornecimento de Energia Elétrica e de Serviços de Telecomunicações para Sedes de Missões Diplomáticas.
O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I, alínea "a", item 3 da Ordem de Serviço nº 096/95-SUREC/SEFP, de 11.9.95, e fundamentado no item 92 do Caderno I do Anexo I ao Decreto nº 16.102 de 30.11.94 (Convênio ICMS nº 158/94), declara:
Que a Sede da Missão Diplomática abaixo está isenta do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS nas operações de fornecimento de energia elétrica e de serviços de telecomunicações, referente aos números de medidores de energia elétrica, números de linhas telefônicas, FAX, DATAFAX e Terminal RENPAC, conforme especificados abaixo, utilizados na sua Sede, a partir de 22 de março de 1995.
Processo nº : 040.010250/97.
Interessado : BUREAU POPULAR DA GRANDE JAMAHRIYA ÁRABE POPULAR SOCIALISTA DA LÍBIA.
Endereço da Embaixada : SHIS QI 15, CH 26.

WALDIR GONÇALVES DA SILVA

ATO DECLARATÓRIO Nº 341-DAT/SUREC/SEFP, DE 13 DE AGOSTO DE 1997

Credenciar técnico habilitado para lacrar, deslacrar e promover intervenção técnica no equipamento ECF, da marca DATAREGIS.

O Diretor do Departamento de Arrecadação e Tributação, da Subsecretaria da Receita, da Secretaria de Fazenda e Planejamento, no uso de suas atribuições legais e fundamentado pelo disposto nos artigos 7º a 12 da Portaria nº 750 de 21/06/95 e Decreto nº 16.102 de 30/11/94, bem como pelo que consta do Processo nº 040.006.784/97, RESOLVE:
1 - Credenciar os técnicos Srs. Edson Jony de Freitas Queiroz, RG nº 1.637.903 - SSP-DF e CPF nº 803.482.541/72 e o Sr. Mário Eugênio Dantas de Souza, RG nº 1.574.080 - SSP-DF e CPF nº 787.078.201/78, funcionários da empresa BRUMAQ INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, estabelecida na W2 Sul Qd 511 Bl. A Sobreloja 54, CF/DF nº 07.302.364/001-06, para lacrar , deslacrar e efetuar intervenção técnica nos equipamentos da marca DATAREGIS: ECF-MR modelos DT-560 versões 08, 14 e 40; ECF-IF modelos IF/1, IF/1N, IF/2 e ECF-PDV modelo BABY.

WALDIR GONÇALVES DA SILVA

ATO DECLARATÓRIO Nº 342-DAT/SUREC/SEFP, DE 13 DE AGOSTO DE 1997

Credenciar técnico habilitado para lacrar, deslacrar e promover intervenção técnica no equipamento ECF, da marca YANCO.

O Diretor do Departamento de Arrecadação e Tributação, da Subsecretaria da Receita, da Secretaria de Fazenda e Planejamento, no uso de suas atribuições legais e fundamentado pelo disposto nos artigos 7º a 12 da Portaria nº 750 de 21/06/95 e Decreto nº 16.102 de 30/11/94, bem como pelo que consta do Processo nº 040.010.984/97, RESOLVE:
1 - Credenciar os técnicos Srs. Deusélio Bruno da Cruz, RG nº 1.070.824 SSP-DF e CPF nº 145.801.011/20; Sr. Manoel Bruno da Cruz, RG nº 108.598 SSP-DF e CPF nº 72.680.921/72; Sr. Edson Jony de Freitas Queiroz, RG nº 1.637.903 - SSP-

funcionários da empresa BRUMAQ INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, estabelecida na W2 Sul Qd 511 Bl. A Sobreloja 54, CF/DF nº 07.302.364/001-06, para lacrar , deslacrar e efetuar intervenção técnica nos equipamentos ECF-MR da marca YANCO, modelos: 6000-ECF versão 1.0; 6000I-ECF versão 1.0I. e 6000-PLUS.

WALDIR GONÇALVES DA SILVA

DESPACHOS DO DIRETOR
Em 12 de agosto de 1997

PROCESSO Nº : 040.002271/97.
INTERESSADO : MARIA JOSÉ DE SOUSA GONÇALVES.
ASSUNTO : ISENÇÃO ITCD.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I, alínea "a", item 3 da Ordem de Serviço nº 096/95 - SUREC/SEFP, de 11.9.95, decide:
Indeferir o pedido de isenção de ITCD em relação a imóvel localizado na Q 405, CONJ 15, LOTE 17, SAMAMBAIA, por ser o fato gerador do imposto anterior à vigência da Lei 1343/96.
Cabe ressaltar que o interessado tem o prazo de vinte dias para recorrer da presente decisão, conforme o disposto no parágrafo 3º, inciso II, do art. 70 do Dec. nº 16.106/94.

PROCESSO Nº : 040.004068/97.
INTERESSADO : ERONÍZIA SANTOS DO NASCIMENTO E OUTRA.
ASSUNTO : ISENÇÃO ITCD.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I, alínea "a", item 3 da Ordem de Serviço nº 096/95 - SUREC/SEFP, de 11.9.95, decide:
Indeferir o pedido de isenção de ITCD em relação a imóvel localizado na Q 13, CASA 82, SETOR OESTE, GAMA, por ser o fato gerador do imposto anterior à vigência da Lei 1343/96.
Cabe ressaltar que o interessado tem o prazo de vinte dias para recorrer da presente decisão, conforme o disposto no parágrafo 3º, inciso II, do art. 70 do Dec. nº 16.106/94.

PROCESSO Nº : 040.006539/97.
INTERESSADO : MARIA ALICE DE AGUIAR E OUTRO.
ASSUNTO : ISENÇÃO ITCD.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I, alínea "a", item 3 da Ordem de Serviço nº 096/95 - SUREC/SEFP, de 11.9.95, decide:
Indeferir o pedido de isenção de ITCD em relação a imóvel localizado na Q 15, CONJ B, LOTE 69, SOBRADINHO, por ser o fato gerador do imposto anterior à vigência da Lei 1343/96.
Cabe ressaltar que o interessado tem o prazo de vinte dias para recorrer da presente decisão, conforme o disposto no parágrafo 3º, inciso II, do art. 70 do Dec. nº 16.106/94.

PROCESSO Nº : 040.007031/97.
INTERESSADO : JOSÉ CORSINO GUIMARÃES E OUTROS.
ASSUNTO : ISENÇÃO ITCD.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I, alínea "a", item 3 da Ordem de Serviço nº 096/95 - SUREC/SEFP, de 11.9.95, decide:
Indeferir o pedido de isenção de ITCD em relação a imóvel localizado na QSF Q 13, LOTE 210, TAGUATINGA, por ser o fato gerador do imposto anterior à vigência da Lei 1343/96.
Cabe ressaltar que o interessado tem o prazo de vinte dias para recorrer da presente decisão, conforme o disposto no parágrafo 3º, inciso II, do art. 70 do Dec. nº 16.106/94.

WALDIR GONÇALVES DA SILVA

DIVISÃO DA ARRECADAÇÃO

DESPACHOS DO CHEFE
Em 12 de agosto de 1997

De acordo com a Ordem de Serviço nº 096/95 - SUREC/SEFP, de 11/09/95, AUTORIZO as restituições discriminadas abaixo:

Processo nº	Interessado	Imposto	Valor em R$
040.009.900/97	Juélita de Sousa Andrade	IPVA	173,84
040.007.144/97	Romeu Donizete Rufino	IPVA	155,59
040.009.138/97	Humberto Flecha	IPVA	200,33
040.008.537/97	José Rodrigues Camelo	IPVA	57,74
040.009.230/97	José Maria Nascimento F. Braga	IPVA	37,50
040.009.146/97	Ana Cecília Carvalho dos Santos	IPVA	34,80
040.008.403/97	Maria Cícera Parente Farias	IPVA	269,68
040.007.299/97	José Carlos Nogueira	IPVA	208,53
040.009.248/97	Neusa Maria Siqueira Fenelon	IPVA	136,14
040.008.612/97	Ronaldo Lobato Posada	IPVA	101,33
040.008.348/97	Diva Leal Dias	IPVA	115,56
040.008.733/97	Rita Maria Moura Coutinho	IPVA	151,49
040.009.137/97	Maron Com. e Rep. Imp. Exp. Ltda	IPVA	151,49
040.008.670/97	Diamante Engenharia e Comércio Ltda	IPVA	226,89
040.008.667/97	Hosamir Rocha Santiago	IPVA	108,89
040.009.239/97	Maria de Fátima Gonçalves	IPVA	200,33
040.009.148/97	Clarice de França Soares	IPVA	200,33
040.008.818/97	Marena Isdebski Salles	IPVA	200,31
040.008.986/97	Yang Chung Chi	IPVA	101,33
040.009.240/97	Josete Maria Cachenski Brito	IPVA	212,37
040.008.730/97	Antonio Gonçalves de Medonça	IPVA	368,90
040.008.516/97	Sandra Pereira Nardelli	IPVA	155,61
040.008.729/97	Maria de Lourdes N. de Negreiros	IPVA	207,69
040.007.844/97	Núbia Moreira Barros Maza	IPVA	200,31
040.008.302/97	Hélio Carvalho Santana	IPVA	200,33
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
040.007.318/97	Divino Ribeiro da Silva	IPVA	206,97
040.008.364/97	Rodrigo Otávio Gevaerd de Aguiar	IPVA	200,31
040.007.061/97	Gervasio José dos Santos	IPVA	242,08
040.007.428/97	Rodolpho Elias Barbosa	IPVA	87,43
040.007.253/97	Claudio Resende Junqueira de Souza	IPVA	58,16
040.008.293/97	Tamer Najar Seixas	IPVA	200,31
040.003.478/97	Geraldina Alves Montenegro	IPVA	40,78
040.009.045/97	Solange Maria Figueiredo Chaves	IPVA	200,33
040.008.826/97	Claudia F. Montenegro de Cerqueira	IPVA	80,74
040.009.246/97	Mirian Cardoso Pessoa	IPVA	79,41
040.007.148/97	José Antonio de Souza Abreu	IPVA	207,53
040.007.707/97	Danilo Carlos Pretto	IPVA	200,33
040.008.988/97	Anadir Germano dos Santos	IPVA	200,33
040.007.786/97	João Augusto de Luna	IPVA	159,48
040.008.992/97	Lídia Matias Soares	IPVA	200,31
040.009.231/97	Leda Franco de Oliveira	IPVA	46,97
040.008.736/97	Severino José Cavalcanti Ferreira	IPVA	88,65
040.008.983/97	Aguinaldo Alves Barbosa	IPVA	207,53
040.009.149/97	Maecelo Amorim Netto	IPVA	155,61
040.009.038/97	Leopoldo Antonio Gonçalves	IPVA	207,53
040.009.228/97	Celene Lobo de Aquino	IPVA	50,16
040.008.984/97	Túlio Nagae	IPVA	49,26
040.008.035/97	Maria Áurea Soares C. de Oliveira	IPVA	96,21
040.008.466/97	José Almeida de Souza	IPVA	12,18
040.005.849/97	Delegação Especial Palestina no Brasil	ICMS	4.656,50
040.008.336/97	Angela Maria dos Santos C. Vieira	IPVA	14,84
040.008.605/97	Marcos Henrique Sathler de Sousa	IPVA	67,57
040.009.150/97	Gerson Macedo Ribeiro	IPVA	37,83
040.009.152/97	Paulo Afonso Kalume Reis	IPVA	113,66
040.009.145/97	Caetano Maffia	IPVA	200,33

040.007.746/97	Gilmara Mendes Bernardino	IPVA	70,00
040.009.237/97	Alberto Nogueira Viana	IPVA	154,36
040.008.993/97	Selma Bimbato de Almeida Valle	IPVA	206,36
040.009.044/97	Licio de Freitas Pereira	IPVA	129,29
040.009.301/97	Said Najati Sidki	IPVA	398,75
040.008.994/97	Ivaldo Carvalho Gonçalves Lemos	IPVA	200,31
040.010.677/96	Maria Luiza Correa Vale	ITBI	875,32
040.006.858/96	Noêmia Nunes	IPTU	110,27
040.008.207/97	Embaixada do Paraguai	ICMS	3.939,03
040.009.008/97	R. C. Suporte e Manut. de Sist. De Inf. Ltda	Taxa de Expediente	100,00
040.002.413/97	Ricardo Castanheira	IPVA	88,49
040.006.256/97	Embaixada das Filiinas	ICMS	2.557,61
040.008.439/97	Francisca das Chagas Nunes Moreira	IPVA	107,20
040.008.669/97	Ariane Aparecida M. Martins	IPVA	46,95
040.007.359/97	Michel Arslanian Neto	IPTU	194,18
040.008.816/97	Roberto Garcia Salmeron	IPVA	108,91
040.007.055/97	Marcos Antonio da Costa Diniz	IPVA	247,31
040.007.611/97	Mariângela Palis Horta	IPVA	389,07
040.006.899/97	João Maria Rodrigues Tavares	IPVA	77,64
040.008.277/97	Vera Maria Schneider	IPVA	113,66
040.007.700/97	Alcione Taveira Ribeiro	IPVA	307,82
040.008.043/97	Oto José Correa	IPVA	207,53
040.008.606/97	Gilson Ribeiro de Azevedo	IPVA	214,46
040.008.059/97	Alice Silva Pereira Krorramchahi	IPVA	210,37
040.007.749/97	Roberto de Azevedo Nogueira	IPVA	204,27
040.008.373/97	José Aristodemo Pinnotti	IPVA	66,47
040.008.294/97	Geraldo Teixeira de Andrade	IPVA	242,08
040.008.603/97	Iraneth Maria Dias Weiler	IPVA	203,67

JOSÉ LUIZ MAGALDI DE OLIVEIRA

DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

DESPACHOS

CONSULTA Nº : 31/97
PROCESSO Nº : 040.009.528/97
INTERESSADO : CERVEJARIAS REUNIDAS SKOL CARACU S/A
RESUMO DA CONSULTA: ICMS - ALTERAÇÃO DE ATIVIDADES - PROCEDIMENTOS

Senhora Chefe,

Trata-se de consulta formulada por CERVEJARIAS REUNIDAS SKOL S/A, cuja atividade econômica consiste em fabricação de cervejas, chopes e malte. Considerando a implantação de venda direta ao consumidor, apresenta os seguintes questionamentos:

1 - Possui autorização para emitir documentos fiscais por meio eletrônico, utilizando um sistema denominado 7R. Tendo em vista que para a nova modalidade de vendas utilizará um sistema denominado PROMA, há necessidade de alterar essa autorização?

2 - A emissão de Notas Fiscais para pessoa física pode ser efetuada utilizando apenas o Registro Geral ou CPF do cliente?

3 - Nos formulários fiscais é possível constar a razão social simplificada da cervejaria? Ex: C.R.S.C. S/A (Cervejarias Reunidas Skol Caracu S/A).

4 - A apuração do imposto pode ser feita em livros separados: um para a fábrica e outro para a distribuição direta?

5 - O trânsito de vasilhames deve ser acobertado com Nota Fiscal ou romaneio? Em caso de Nota Fiscal, pode ser destacado o total do vasilhame na Nota Fiscal de venda ou é necessário Nota Fiscal de simples remessa?

6 - Existe alguma restrição por parte do Fisco quanto ao horário de entrega dos produtos aos pontos de vendas?

7 - O código de atividade da inscrição estadual deve ser alterado?

8- Há necessidade de alterar o estatuto social da empresa para nova atividade?

A Divisão da Receita do Gama procedeu ao preparo processual previsto no art. 48 do Decreto nº 16.128/94, às fls. 04/12.

É o relatório.

As indagações da consulente serão respondidas na ordem em que foram apresentadas.

1 - A emissão de documentos fiscais por sistema eletrônico de processamento de dados está disciplinada no Capítulo VII, Seção III, Título III, do Decreto nº 16.102/94 - Regulamento do ICMS. No que tange à autorização para uso de sistema, o art. 307 preceitua, *"in verbis"*:

"Art. 307. O uso, alteração do uso ou desistência do uso do sistema eletrônico de processamento de dados para emissão de documentos fiscais e/ou escrituração de livros fiscais, serão autorizados pela repartição fiscal a que estiver vinculado o estabelecimento interessado, em requerimento preenchido em formulário próprio, em quatro vias, contendo as seguintes informações (Anexo V, Doc. 64):

I - motivo do preenchimento;
II - identificação e endereço do contribuinte;
III - documentos e livros objeto do requerimento;
IV - unidade de processamento de dados;
V - configuração dos equipamentos;
VI - identificação e assinatura do requerente.

§ 1º O pedido de uso ou de alteração referido neste artigo deverá ser instruído com:

I - os modelos dos documentos e livros fiscais a serem emitidos ou escriturados pelo sistema;
II - declaração conjunta do contribuinte e do responsável pelos programas aplicativos, garantindo a conformidade destes à legislação vigente.

§ 2º Atendidos os requisitos exigidos, o Fisco terá trinta dias para sua apreciação.

§ 3º A solicitação de alteração e a comunicação de desistência do uso do sistema eletrônico de processamento de dados serão apresentadas ao Fisco com antecedência mínima de trinta dias.

§ 4º As vias do requerimento de que trata este artigo terão a seguinte destinação:

I - a original e outra via serão retidas pelo Fisco;
II - uma via será devolvida ao requerente para ser por ele entregue à Divisão de Tecnologia e Informações da Delegacia da Receita Federal a que estiver subordinado;
III - uma via será devolvida ao requerente para servir como comprovante da autorização." (grifamos)

2 - De acordo com o RICMS, as saídas de mercadorias para consumidor final podem ser acobertadas com a emissão de:

- Nota Fiscal modelo completo 1 ou 1-A, quando a mercadoria não for retirada do estabelecimento pelo consumidor. Neste modelo de Nota Fiscal está previsto campo próprio para indicar nome ou razão social e endereço completo do destinatário, e números de inscrição no CGC/MF e no CF/DF, quando for o caso. (alínea "b", inc. I, art. 79 c/c inc. VIII, art. 80; e art. 80, tudo do Decreto nº 16.102/94).
- Nota Fiscal modelo 2, quando a mercadoria for retirada do estabelecimento pelo consumidor. Neste caso, as indicações de nome e endereço do adquirente só constarão na Nota Fiscal a pedido deste. (inc. II, art. 84 do Decreto nº 16.102/94).

3 - O art. 313 do RICMS estabelece que "a nota fiscal emitida por sistema eletrônico de processamento de dados deverá conter todos os requisitos previstos neste Regulamento.". Conforme disposto pelos arts 80, 82 e 84 do RICMS (modelos de notas fiscais a serem emitidas pela consulente) reputa-se obrigatória a indicação impressa tipograficamente do nome ou razão social do emitente. Entende-se como nome ou razão social aquele com qual o contribuinte foi registrado na Junta Comercial. Em se tratando de sociedade anônima, obrigatoriamente, denominação social (Lei nº 6.404/76, art. 3º).

Ainda em relação aos formulários destinados à emissão de documentos fiscais, há que se observar os dispositivos dos arts. 318 e 319 do mesmo Diploma Legal.

4 - O art. 186 do RICMS dispõe que "quando o contribuinte mantiver mais de um estabelecimento, seja filial, sucursal, agência, depósito, fábrica ou outro, fará em cada um deles escrituração em livros fiscais distintos, vedada a sua centralização". Ou seja, se a consulente mantiver estabelecimentos distintos para a fábrica e para o ponto de vendas e distribuição, haverá de proceder conforme a disposição acima, além de providenciar a inscrição no CF/DF de cada estabelecimento, conforme dita o art. 23, § 2º do mesmo RICMS.

Tratando-se de estabelecimento único, proceder-se-á, normalmente, à manutenção e escrituração dos livros fiscais respectivos às suas atividades, elencados no art. 171 do supramencionado diploma legal.

5 - O trânsito de vasilhames, quando não cobrados ou não computados no valor das mercadorias que acondicionam, e desde que devam retornar ao estabelecimento da consulente, está beneficiado com isenção do ICMS, nos termos do item 73, do Caderno I, do Anexo I ao RICMS. Desta forma, a consulente deverá emitir nota fiscal de venda das mercadorias com uma via adicional, que servirá para acobertar o retorno dos vasilhames ao seu estabelecimento. Caso contrário, quando do trânsito dos vasilhames vazios deverá emitir a competente nota fiscal de venda, havendo incidência normal do imposto.

6 - O horário de funcionamento do comércio no Distrito Federal está normatizado pelo Decreto nº 2.866, de 21/03/75, e de acordo o art. 7º existe a possibilidade de permissão de funcionamento em horários diferentes dos ali estabelecidos, mediante licença especial fornecida por órgão próprio da Secretaria de Fazenda e Planejamento, no caso da consulente, a Divisão da Receita do Gama.

7 - Qualquer alteração nas informações cadastrais do contribuinte deverá ser comunicada à repartição fiscal da circunscrição em que se localizar o estabelecimento, no prazo de quinze dias, contado de sua ocorrência, mediante apresentação da Ficha Cadastral - FAC, devidamente preenchida (Dec. nº 16.102/94, art. 26 c/c art. 25, inc. I).

8 - Um dos documentos a serem apresentados quando da inscrição do contribuinte no CF/DF é o ato constitutivo da sociedade e suas alterações, devidamente registrados na Junta Comercial. Portanto, as informações constantes do cadastro do contribuinte devem estar em conformidade com os dados desse documento.

À consulente não se aplica o benefício da consulta previsto no art. 44 do Decreto nº 16.106/94, por não se tratar de matéria de natureza controvertida.

É o parecer sub censura.

Brasília, 13 de agosto de 1997.
VÂNIA NASCIMENTO DE CASTRO
Auditora Tributária
Mat. 46.233-0

No uso da competência delegada a esta Chefia, pela Ordem de Serviço nº 096-SUREC/SEFP, de 11 de setembro de 1995, APROVO o parecer do Serviço de Orientação e Consultas desta Divisão.

Esclarecemos que a consulente poderá recorrer da presente decisão ao Sr. Secretário de Fazenda e Planejamento, no prazo de 20 (vinte) dias contado da data da publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, conforme o artigo 53 do Decreto nº 16.106/94.

Publique-se e cientifique-se a consulente. Após, à Divisão da Receita do Gama, para conhecimento e devidas anotações.

Brasília, 13 de agosto de 1997.
JOSEMIRA DE MAURO SANTOS
Divisão de Tributação
Chefe

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

DESPACHOS DO PRESIDENTE
Em 7 de agosto de 1997

Recurso Voluntário nº 490/97
Recorrente : **REECE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA**
Recorrido : Subsecretaria da Receita/SEFP

REECE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA, irresignada com a sentença de primeira instância proferida no processo fiscal nº 040.003959/96, pertinente ao Auto de Infração e Apreensão nº 367/96, interpôs recurso a este egrégio Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, em 14 de julho de 1997 (documentos de fls. 300). O apelo é **TEMPESTIVO**, eis que a publicação da decisão condenatória ocorreu no DODF 23 de junho de 1997 (pag. 4490), evidenciando-se, assim, a observância do prazo previsto no artigo 27 da Lei nº 657, de 25/01/94, combinado com com os artigos 39 e 95 do Decreto nº 16.106, de 30/11/94. **1. RECEBO, POIS, O RECURSO**, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25/03/94. **2.** Audiência prévia da douta Representação Fazendária. **3.** Distribua-se e publique-se.

Recurso de Ofício nº 429/97
Recorrente : Subsecretaria da Receita
Recorrido : **REECE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA**

A autoridade julgadora de primeira instância, proferindo decisão contrária aos interesses da Fazenda Pública, no processo fiscal nº 040.003959/96, pertinente ao Auto de Infração e Apreensão nº 367/96, de 11 de março de 1996, recorreu de ofício nos termos do artigo 28 da Lei 657, de 25/01/94, combinado com o artigo 96 do Decreto nº 16.106, de 30/11/94. **1. RECEBO, POIS, O RECURSO,** com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25/03/94. **2.** Audiência prévia da douta Representação Fazendária. **3.** Distribua-se e publique-se.

Recurso Voluntário nº 488/97
Recorrente : BRASAL REFRIGERANTES S/A
Advogado : ADENOR DE OLIVEIRA E/OU
Recorrida : Subsecretaria da Receita/SEFP

BRASAL REFRIGERANTES S/A, irresignada com a sentença de primeira instância proferida no processo fiscal nº 040.009026/95, pertinente ao Auto de Infração e Apreensão nº 299/95, interpôs, via procurador habilitado (mandato incluso às fls. 63) recurso a este egrégio Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, em 25 de junho de 1997 (documentos de fls. 52). Constata-se que o apelo é **TEMPESTIVO**, eis que a publicação da decisão condenatória ocorreu no DODF de 9 de junho de 1997 (pag. 4099), evidenciando-se, assim, a observância do prazo previsto no artigo 27 da Lei nº 657, de 25/01/94, combinado com com os artigos 39 e 95 do Decreto nº 16.106, de 30/11/94. **1. RECEBO, POIS, O RECURSO,** com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25/03/94. **2.** Audiência prévia da douta Representação Fazendária. **3.** Distribua-se e publique-se.

Recurso de Ofício nº 411/97
Recorrente : Subsecretaria da Receita
Recorrido : **CHARBEL GRÁFICA E EDITORA LTDA**

A autoridade julgadora de primeira instância, proferindo decisão contrária aos interesses da Fazenda Pública, no processo fiscal nº 040.011240/95, pertinente ao Auto de Infração e

Apreensão nº 626/95-DFE, de 20 de outubro de 1995, recorreu de ofício nos termos do artigo 28 da Lei 657, de 25/01/94, combinado com o artigo 96 do Decreto nº 16.106, de 30/11/94. **1. RECEBO, POIS, O RECURSO**, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25/03/94. **2.** Audiência prévia da douta Representação Fazendária. **3.** Distribua-se e publique-se.

Recurso de Ofício nº 410/97
Recorrente : Subsecretaria da Receita
Recorrido : **SOMIB - SOCIEDADE DE MÉDICOS INTENSIVISTAS DE BRASÍLIA LTDA**

A autoridade julgadora de primeira instância, proferindo decisão contrária aos interesses da Fazenda Pública, no processo fiscal nº 040.014402/96, pertinente ao Auto de Infração e Apreensão nº 1889/96, de 19 de setembro de 1996, recorreu de ofício nos termos do artigo 28 da Lei 657, de 25/01/94, combinado com o artigo 96 do Decreto nº 16.106, de 30/11/94. **1. RECEBO, POIS, O RECURSO**, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25/03/94. **2.** Audiência prévia da douta Representação Fazendária. **3.** Distribua-se e publique-se.

Recurso de Ofício nº 257/97
Recorrente : Subsecretaria da Receita
Recorrido : **SÃO CAMILO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA**

A autoridade julgadora de primeira instância, proferindo decisão contrária aos interesses da Fazenda Pública, no processo fiscal nº 040.006020/96, pertinente ao Auto de Infração e Apreensão nº 706/96, de 23 de abril de 1996, recorreu de ofício nos termos do artigo 28 da Lei 657, de 25/01/94, combinado com o artigo 96 do Decreto nº 16.106, de 30/11/94. **1. RECEBO, POIS, O RECURSO**, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25/03/94. **2.** Audiência prévia da douta Representação Fazendária. **3.** Distribua-se e publique-se.

Recurso de Ofício nº 391/97
Recorrente : Subsecretaria da Receita
Recorrido : **BRASAL REFRIGERANTES S/A**

A autoridade julgadora de primeira instância, proferindo decisão contrária aos interesses da Fazenda Pública, no processo fiscal nº 040.009026/95, pertinente ao Auto de Infração e Apreensão nº 299/95, de 29 de agosto de 1995, recorreu de ofício nos termos do artigo 28 da Lei 657, de 25/01/94, combinado com o artigo 96 do Decreto nº 16.106, de 30/11/94. **1. RECEBO, POIS, O RECURSO**, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25/03/94. **2.** Audiência prévia da douta Representação Fazendária. **3.** Distribua-se e publique-se.

Em 11 de agosto de 1997

Recurso Voluntário nº 403/97
Recorrente : PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S/A
Advogado : VALDEIR DE QUEIROZ LIMA E/OU
Recorrida : Subsecretaria da Receita/SEFP

PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S/A, irresignada com a sentença de primeira instância proferida no processo fiscal nº 043.001792/95, pertinente ao Auto de Infração e Apreensão nº 28536/95, interpôs, via procurador habilitado (mandato incluso às fls. 47) recurso a este egrégio Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, em 16 de maio de 1997 (documentos de fls. 45). Constata-se que o apelo é **TEMPESTIVO**, eis que a publicação da decisão condenatória ocorreu no DODF de 29 de abril de 1997 (pag. 3030), evidenciando-se, assim, a observância do prazo previsto no artigo 27 da Lei nº 657, de 25/01/94, combinado com com os artigos 39 e 95 do Decreto nº 16.106, de 30/11/94. **1. RECEBO, POIS, O RECURSO**, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25/03/94. **2.** Audiência prévia da douta Representação Fazendária. **3.** Distribua-se e publique-se.

Recurso Voluntário nº 362/97
Recorrente : **GEOVANE VIANA FERREIRA**
Recorrido : Subsecretaria da Receita/SEFP

GEOVANE VIANA FERREIRA, irresignado com a sentença de primeira instância proferida no processo fiscal nº 043.001255/96, pertinente ao Auto de Infração e Apreensão nº 35228/96, interpôs recurso a este egrégio Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, em 19 de maio de 1997 (documentos de fls. 26). O apelo é **TEMPESTIVO**, eis que a publicação da decisão condenatória ocorreu no DODF 29 de abril de 1997 (pag. 3029), evidenciando-se, assim, a observância do prazo previsto no artigo 27 da Lei nº 657, de 25/01/94, combinado com com os artigos 39 e 95 do Decreto nº 16.106, de 30/11/94. **1. RECEBO, POIS, O RECURSO**, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25/03/94. **2.** Audiência prévia da douta Representação Fazendária. **3.** Distribua-se e publique-se.

Recurso Voluntário nº 358/97
Recorrente : PRO - TÊNIS COMÉRCIO DE MATERIAL ESPORTIVO LTDA
Advogado : GILBERTO ALVES NERY E/OU
Recorrida : Subsecretaria da Receita/SEFP

PRO - TÊNIS COMÉRCIO DE MATERIAL ESPORTIVO LTDA, irresignada com a sentença de primeira instância proferida no processo fiscal nº 040.006377/96, pertinente ao Auto de Infração e Apreensão nº 770/96 - DFE, interpôs, via procurador habilitado (mandato incluso às fls. 98) recurso a este egrégio Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, em 19 de maio de 1997 (documentos de fls. 92). Constata-se que o apelo é **TEMPESTIVO**, eis que a publicação da decisão condenatória ocorreu no DODF de 29 de abril de 1997 (pag. 3030), evidenciando-se, assim, a observância do prazo previsto no artigo 27 da Lei nº 657, de 25/01/94, combinado com com os artigos 39 e 95 do Decreto nº 16.106, de 30/11/94. **1. RECEBO, POIS, O RECURSO**, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25/03/94. **2.** Audiência prévia da douta Representação Fazendária. **3.** Distribua-se e publique-se.

Em 12 de agosto de 1997

Recurso de Ofício nº 375/97
Recorrente : Subsecretaria da Receita
Recorrido : **ETE ENGENHARIA DE TELECOMUNICAÇÕES E ELETRICIDADE S/A**

A autoridade julgadora de primeira instância, proferindo decisão contrária aos interesses da Fazenda Pública, no processo fiscal nº 040.011858/95, pertinente ao Auto de Infração e Apreensão nº 473/95, de 27 de outubro de 1995, recorreu de ofício nos termos do artigo 28 da Lei 657, de 25/01/94, combinado com o artigo 96 do Decreto nº 16.106, de 30/11/94. **1. RECEBO, POIS, O RECURSO**, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25/03/94. **2.** Audiência prévia da douta Representação Fazendária. **3.** Distribua-se e publique-se

Recurso de Ofício nº 377/96
Recorrente : Subsecretaria da Receita
Recorrido : **CHEIRO VERDE PRODUTOS NATURAIS LTDA**

A autoridade julgadora de primeira instância, proferindo decisão contrária aos interesses da Fazenda Pública, no processo fiscal nº 040.002671/96, pertinente ao Auto de Infração e Apreensão nº 223/96, de 16 de fevereiro de 1996, recorreu de ofício nos termos do artigo 28 da Lei 657, de 25/01/94, combinado com o artigo 96 do Decreto nº 16.106, de 30/11/94. **1. RECEBO, POIS, O RECURSO**, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25/03/94. **2.** Audiência prévia da douta Representação Fazendária. **3.** Distribua-se e publique-se.

Recurso de Ofício nº 409/97
Recorrente : Subsecretaria da Receita
Recorrido : **ELMO CALÇADOS S/A**

A autoridade julgadora de primeira instância, proferindo decisão contrária aos interesses da Fazenda Pública, no processo fiscal nº 040.009652/95, pertinente ao Auto de Infração e Apreensão nº 425/95, de 19 de setembro de 1995, recorreu de ofício nos termos do artigo 28 da Lei 657, de 25/01/94, combinado com o artigo 96 do Decreto nº 16.106, de 30/11/94. **1. RECEBO, POIS, O RECURSO**, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25/03/94. **2.** Audiência prévia da douta Representação Fazendária. **3.** Distribua-se e publique-se.

Recurso Voluntário nº 446/97
Recorrente : ETE ENGENHARIA DE TELECOMUNICAÇÕES E ELETRICIDADE S/A
Advogado : JOÃO BISPO DOS SANTOS JÚNIOR E/OU
Recorrida : Subsecretaria da Receita/SEFP

ETE ENGENHARIA DE TELECOMUNICAÇÕES E ELETRICIDADE S/A, irresignada com a sentença de primeira instância proferida no processo fiscal nº 040.011858/95, pertinente ao Auto de Infração e Apreensão nº 473/95, interpôs, via procurador habilitado (mandato incluso às fls. 900) recurso a este egrégio Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, em 10 de junho de 1997 (documentos de fls. 887). Constata-se que o apelo é **TEMPESTIVO**, eis que a publicação da decisão condenatória ocorreu no DODF de 21 de maio de 1997 (pag. 3658), evidenciando-se, assim, a observância do prazo previsto no artigo 27 da Lei nº 657, de 25/01/94, combinado com com os artigos 39 e 95 do Decreto nº 16.106, de 30/11/94. **1. RECEBO, POIS, O RECURSO**, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25/03/94. **2.** Audiência prévia da douta Representação Fazendária. **3.** Distribua-se e publique-se.

Recurso Voluntário nº 447/97
Recorrente : CHEIRO VERDE PRODUTOS NATURAIS LTDA
Advogado : JÚLIO CÉZAR ALVES RIBEIRO
Recorrida : Subsecretaria da Receita/SEFP

CHEIRO VERDE PRODUTOS NATURAIS LTDA, irresignado com a sentença de primeira instância proferida no processo fiscal nº 040.002671/96, pertinente ao Auto de Infração e Apreensão nº 223/96-DFE, interpôs, via procurador habilitado (mandato incluso às fls. 58) recurso a este egrégio Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, em 9 de junho de 1997 (documentos de fls. 276). Constata-se que o apelo é **TEMPESTIVO**, eis que a publicação da decisão condenatória ocorreu no DODF de 21 de maio de 1997 (pag. 3657), evidenciando-se, assim, a observância do prazo previsto no artigo 27 da Lei nº 657, de 25/01/94, combinado com com os artigos 39 e 95 do Decreto nº 16.106, de 30/11/94. **1. RECEBO, POIS, O RECURSO**, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25/03/94. **2.** Audiência prévia da douta Representação Fazendária. **3.** Distribua-se e publique-se.

Recurso Voluntário nº 485/97
Recorrente : **ELMO CALÇADOS S/A**
Recorrido : Subsecretaria da Receita/SEFP

ELMO CALÇADOS S/A, irresignada com a sentença de primeira instância proferida no processo fiscal nº 040.009652/95, pertinente ao Auto de Infração e Apreensão nº 425/95-DFE, interpôs recurso a este egrégio Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, em 4 de julho de 1997 (documentos de fls. 73). O apelo é **TEMPESTIVO**, eis que a publicação da decisão condenatória ocorreu no DODF 18 de junho de 1997 (pag. 4365), evidenciando-se, assim, a observância do prazo previsto no artigo 27 da Lei nº 657, de 25/01/94, combinado com com os artigos 39 e 95 do Decreto nº 16.106, de 30/11/94. **1. RECEBO, POIS, O RECURSO**, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25/03/94. **2.** Audiência prévia da douta Representação Fazendária. **3.** Distribua-se e publique-se.

CONCEIÇÃO ALVARES TEIXEIRA DE CASTRO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

DESPACHOS DO SECRETÁRIO

PROCESSO Nº: 082.010679/97, INTERESSADO: TCB - SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA LTDA, ASSUNTO: CONTRATAÇÃO (*)

RATIFICO, fulcrado no art. 26 da Lei 8.666/93, a presente dispensabilidade de licitação, na forma instruída pelo Departamento Geral de Admi-

nistração/Divisão de Material-FEDF, no valor total de R$ 70.000,00 (se tenta mil reais), em favor da TCB - SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA LTDA, bem como ordeno a despesa e determino a emissão da nota de empenho, por força do Decreto nº 17.954/96. Os recursos necessários estão alocados no Programa de Trabalho 08.042.0188.2138.0001, fonte 003, elemento de despesa 34.90.33.

ANTONIO IBANEZ RUIZ

(*) Republicado por ter saído com icorreção, do original, no DODF nº 152, de 11/08/97.

Em 12 de agosto de 1997

PROCESSO Nº: 030.006477/97
INTERESSADO : AUGUSTO MUNIZ CAVALCANTI
HOMOLOGO o Parecer nº 207/97-CEDF, de 07 de agosto de 1997, aprovado por unanimidade, pelo Conselho de Educação do Distrito Federal, em sessão plenária de mesma data, cuja conclusão é "por determinar a complementação de estudos, para fins de equivalência de ensino médio, devendo o aluno Augusto Muniz Cavalcanti:
a) realizar estudos de recuperação em Português - Língua e Literatura e Química, referentes ao 1º semestre da 2ª série do Ensino de 2º Grau, através de programação especial, admitindo-se, inclusive, a dispensa de frequência exigida dos alunos regulares;
b) retornar ao Conselho de Educação, de posse da avaliação dos estudos de recuperação, para que se possa reexaminar seu pedido de equivalência.

PROCESSO Nº: 030.006465/97
INTERESSADO : IVANNA VILELA GARCIA DE ARAUJO
HOMOLOGO o Parecer nº 205/97-CEDF, de 07 de agosto de 1997, aprovado por unanimidade, pelo Conselho de Educação do Distrito Federal, em sessão plenária de mesma data, cuja conclusão é "pela declaração de equivalência de estudos realizados por Ivanna Vilela Garcia de Araujo, no Winterset High School, em Winterset, Iowa, EUA, ao ensino médio (2º grau - educação geral), inclusive para fins de prosseguimento de estudos".

PROCESSO Nº: 030.005646/97
INTERESSADO : LUCAS DOMINGUES GUIMARÃES
HOMOLOGO o Parecer nº 201/97-CEDF, de 04 de agosto de 1997, aprovado por unanimidade, pelo Conselho de Educação do Distrito Federal, em sessão plenária de 07 de agosto de 1997, cuja conclusão é "pela declaração de equivalência de estudos realizados por Lucas Domingues Guimarães, no Riverton High School, em Riverton, Kansas, EUA, ao ensino médio (2º grau - educação geral), inclusive para fins de prosseguimento de estudos".

PROCESSO Nº: 030.006345/97
INTERESSADO : THENILLE FARIA MACHADO DO CARMO
HOMOLOGO o Parecer nº 198/97-CEDF, de 04 de agosto de 1997, aprovado por unanimidade, pelo Conselho de Educação do Distrito Federal, em sessão plenária de 07 de agosto de 1997, cuja conclusão é "pela declaração de equivalência de estudos realizados por Thenille Faria Machado do Carmo, no Kearny High School, em Kearny, Nova Jersey, EUA, ao ensino médio (2º grau - educação geral), inclusive para fins de prosseguimento de estudos".

PROCESSO Nº: 030.006190/97
INTERESSADO : MARIANNE HORTA BARBOSA FILGUEIRAS POHL
HOMOLOGO o Parecer nº 195/97-CEDF, de 04 de agosto de 1997, aprovado por unanimidade, pelo Conselho de Educação do Distrito Federal, em sessão plenária de 07 de agosto de 1997, cuja conclusão é "pela declaração de equivalência de estudos realizados por Marianne Horta Barbosa Filgueiras Pohl, no Tottenville High School, em New York, New York, EUA, ao ensino médio (2º grau - educação geral), inclusive para fins de prosseguimento de estudos".

Em 13 de agosto de 1997

PROCESSO Nº: 030.005911/97
INTERESSADO : CAROLINA PAIVA MOTTA
HOMOLOGO o Parecer nº 194/97-CEDF, de 04 de agosto de 1997 , aprovado por unanimidade, pelo Conselho de Educação do Distrito Federal, em sessão plenária de 07 de agosto de 1997, cuja conclusão é "pela declaração de equivalência de estudos realizados por Carolina Paiva Motta, no McDonald County High School, em Anderson, Missouri, EUA, ao ensino médio (2º grau - educação geral), inclusive para fins de prosseguimento de estudos".

PROCESSO Nº: 030.006364/97
INTERESSADO : ALBERT FREDERICO DE MENEZES II PAK
HOMOLOGO o Parecer nº 197/97-CEDF, de 04 de agosto de 1997, aprovado por unanimidade, pelo Conselho de Educação do Distrito Federal, em sessão plenária de 07 de agosto de 1997, cuja conclusão é "pela declaração de equivalência de estudos realizados por Albert Frederico de Menezes II Pak, no Massena Central High School, em Massena, Nova York, EUA, ao ensino médio (2º grau - educação geral), inclusive para fins de prosseguimento de estudos".

PROCESSO Nº: 030.006360/97
INTERESSADO : ANDRÉ LINHARES MATIAS
HOMOLOGO o Parecer nº 204/97-CEDF, de 04 de agosto de 1997, aprovado por unanimidade, pelo Conselho de Educação do Distrito Federal, em sessão plenária de 07 de agosto de 1997, cuja conclusão é "por determinar a complementação de estudos, para fins de equivalência do ensino médio, devendo o aluno André Linhares Matias:
a) realizar estudos de recuperação em Português, referentes ao 1º semestre da 2ª série do Ensino do 2º Grau, através de programação especial, admitida, inclusive, a dispensa de frequência exigida dos alunos regulares.
b) retornar ao Conselho de Educação, de posse da avaliação dos estudos de recuperação, para que se possa reexaminar seu pedido de equivalência.

PAULO BRASILEIRO DO VALLE FILHO
Adjunto

DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

DESPACHO DO DIRETOR (*)
Em 12 de agosto de 1997

PROCESSO Nº: 082.011097/96, INTERESSADO: SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA, ASSUNTO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS
À vista das instruções contidas no presente processo, e disposições contidas no Decreto 12.448/90, Art. 82, Inciso I e com base nos art. 80 e 81 do Decreto nº 16.089/94, RECONHEÇO a dívida, AUTORIZO a despesa e determino a emissão e liquidação de Nota de Empenho no valor de R$ 151,20 (cento e cinquenta e um reais e vinte centavos), em favor da SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA. Informo, por oportuno, que a despesa correrá à conta do elemento 34.90.92, Programa de Trabalho 08.007.0021.2038.0002, fonte 050.

JOSÉ LUIZ MARTINS DURÇO
Diretor

(*) Republicado, por ter saído com incorreção, do original, no DODF nº 153, de 12/8/97.

SECRETARIA DE SAÚDE

INSTITUTO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

DESPACHO DA DIRETORA
Em 11 de agosto de 1997

De conformidade com o que dispõe o artigo 26 de Lei 8.666/93 e as peças que instruem o(s) processo(s) abaixo, ratifico os procedimentos adotados pelo Diretor de Administração Geral/ISDF, referente ao reconhecimento dos atos de inexigibilidade e autorização de despesa em favor da(s) interessada(s) indicada(s), relativo à(s) Nota(s) de Empenho que especifica:

Processo	Interessado	Nº NE	Valor R$
062000024/97	CEB - Companhia Energética de Brasília	00315/97	4.954,00

A inexigibilidade de licitação está fundamentada no artigo 25, "caput" da lei 8.666/93

LIDIA MARIA PINTO DE LIMA

FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA

DESPACHOS DA DIRETORA-PRESIDENTE
Em 8 de agosto de 1997

PROCESSO : 063.000.130/97 - Assunto : INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - INTERESSADO : INSTITUTO TEBAR DE TREINAMENTO S/C LTDA. Aprovo a realização de despesa com inexigibilidade de licitação, fundamentada no inciso I do artigo 25 da Lei 8.666/93, em favor da INSTITUTO TEBAR DE TREINAMENTO S/C LTDA, NE N.º 00153/97, no valor de R$ 1.596,00 (um mil, quinhentos e noventa e seis reais), para custear despesas com treinamento de servidores na área de licitação. Ratifico para fins do artigo 26 da Lei 8.666/93 e determino a sua publicação no DODF.

PROCESSO : 063.000.071/97 - Assunto : INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - INTERESSADO : SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. Aprovo a realização de despesa com inexigibilidade de licitação, fundamentada no inciso I do artigo 25 da Lei 8.666/93, em favor da SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, NE N.º 00061/97, no valor de R$ 1.000,00 (mil reais), para custear despesas com publicações no DODF. Ratifico para fins do artigo 26 da Lei 8.666/93 e determino a sua publicação no DODF.

PROCESSO : 063.000.071/97 - Assunto : INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - INTERESSADO : SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. Aprovo a realização de despesa com inexigibilidade de licitação, fundamentada no inciso I do artigo 25 da Lei 8.666/93, em favor da SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, NE N.º 00225/97, no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), para custear despesas com publicações no DODF. Ratifico para fins do artigo 26 da Lei 8.666/93 e determino a sua publicação no DODF.

PROCESSO : 063.000.071/97 - Assunto : INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - INTERESSADO : SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. Aprovo a realização de despesa com inexigibilidade de licitação, fundamentada no inciso I do artigo 25 da Lei 8.666/93, em favor da SECRETARIA DE

COMUNICAÇÃO SOCIAL, NE N.º 00048/97, no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), para custear despesas com publicações no DODF. Ratifico para fins do artigo 26 da Lei 8.666/93 e determino a sua publicação no DODF.

PROCESSO : 063.000.261/97 - Assunto : INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - INTERESSADO : JAIRO JOSÉ ADORNO. Aprovo a realização de despesa com inexigibilidade de licitação, fundamentada no inciso I do artigo 25 da Lei 8.666/93, em favor de JAIRO JOSÉ ADORNO, NE N.º 00432/97, no valor de R$ 4.830,00 (quatro mil, oitocentos e trinta reais), para custear despesas com serviço técnico na área de informática e desenvolvimento de sistema desta Fundação para servir a Hemorrede. Ratifico para fins do artigo 26 da Lei 8.666/93 e determino a sua publicação no DODF.

PROCESSO : 063.000.215/97 - Assunto : INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - INTERESSADO : MB BIOQUÍMICA LTDA. Aprovo a realização de despesa com inexigibilidade de licitação, fundamentada no inciso I do artigo 25 da Lei 8.666/93, em favor da MB BIOQUÍMICA LTDA, NE N.º 00429/97, no valor de R$ 121,30 (cento e vinte e um reais e trinta centavos), para custear despesas com aquisição de reagente tartarato, sulfato, iodeto e soluções. Ratifico para fins do artigo 26 da Lei 8.666/93 e determino a sua publicação no DODF.

PROCESSO : 063.000.164/97 - Assunto : INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - INTERESSADO : MILLIPORE IND. E COM. LTDA. Aprovo a realização de despesa com inexigibilidade de licitação, fundamentada no inciso I do artigo 25 da Lei 8.666/93, em favor da MILLIPORE IND. E COM. LTDA, NE N.º 00407/97, no valor de R$ 10.152,00 (dez mil, cento e cinquenta e dois reais), para custear despesas com aquisição de cartucho polysep, tipo CP. Ratifico para fins do artigo 26 da Lei 8.666/93 e determino a sua publicação no DODF.

PROCESSO : 063.000.164/97 - Assunto : INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - INTERESSADO : REM INDÚSTRIA E COM. LTDA. Aprovo a realização de despesa com inexigibilidade de licitação, fundamentada no inciso I do artigo 25 da Lei 8.666/93, em favor da REM INDÚSTRIA E COM. LTDA, NE N.º 00402/97, no valor de R$ 914,10 (quatrocentos e quatorze reais e dez centavos), para custear despesas com aquisição de teste para HBSAG (Elisa). Ratifico para fins do artigo 26 da Lei 8.666/93 e determino a sua publicação no DODF.

PROCESSO : 063.000.338/96 - Assunto : INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - INTERESSADO : ELETROSPITALAR COM. E ASSIST. TÉCNICA LTDA. Aprovo a realização de despesa com inexigibilidade de licitação, fundamentada no inciso I do artigo 25 da Lei 8.666/93, em favor da ELETROSPITALAR COM. E ASSIST. TÉCNICA LTDA, NE N.º 00020/97, no valor de R$ 2.219,80 (dois mil, duzentos e dezenove reais e oitenta centavos), para custear despesas com aquisição de solução para controle de qualidade. Ratifico para fins do artigo 26 da Lei 8.666/93 e determino a sua publicação no DODF.

PROCESSO : 063.000.218/97 - Assunto : INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - INTERESSADO : MICRONAL S/A. Aprovo a realização de despesa com inexigibilidade de licitação, fundamentada no inciso I do artigo 25 da Lei 8.666/93, em favor da MICRONAL S/A., NE N.º 00380/97, no valor de R$ 1.002,00 (um mil e dois reais), para custear despesas com conserto de um espectrofotometro. Ratifico para fins do artigo 26 da Lei 8.666/93 e determino a sua publicação no DODF.

PROCESSO : 063.000.108/97 - Assunto : INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - INTERESSADO : IMPRENSA NACIONAL. Aprovo a realização de despesa com inexigibilidade de licitação, fundamentada no inciso I do artigo 25 da Lei 8.666/93, em favor da IMPRENSA NACIONAL, NE N.º 00338/97, no valor de R$ 534,32 (quinhentos e trinta e quatro reais e trinta e dois centavos), para custear despesas com assinatura anual do Diário Oficial da União. Ratifico para fins do artigo 26 da Lei 8.666/93 e determino a sua publicação no DODF.

PROCESSO : 063.000.233/97 - Assunto : INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - INTERESSADO : EDITORA NDJ LTDA. Aprovo a realização de despesa com inexigibilidade de licitação, fundamentada no inciso I do artigo 25 da Lei 8.666/93, em favor da EDITORA NDJ LTDSA, NE N.º 00308/97, no valor de R$ 1.050,00 (um mil e cinquenta reais), para custear despesas com inscrição no Simpósio sobre Licitações e Contratos Administrativos. Ratifico para fins do artigo 26 da Lei 8.666/93 e determino a sua publicação no DODF.

PROCESSO : 063.000.209/97 - Assunto : INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - INTERESSADO : UNIÃO SOCIAL CAMILIANA. Aprovo a realização de despesa com inexigibilidade de licitação, fundamentada no inciso I do artigo 25 da Lei 8.666/93, em favor da UNIÃO SOCIAL CAMILIANA, NE N.º 00299/97, no valor de R$ 200,00 (duzentos reais), para custear despesas com treinamento no VII Congresso Brasileiro de Engenharia e Arquitetura Hospitalar. Ratifico para fins do artigo 26 da Lei 8.666/93 e determino a sua publicação no DODF.

BEATRIZ MAC DOWELL SOARES

SECRETARIA DE OBRAS

PORTARIA Nº 59, DE 13 DE AGOSTO DE 1997

O SECRETÁRIO-ADJUNTO DE OBRAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas por delegação de competência outorgada pelo art.1º, inciso II, do Decreto nº 18.094, de 14 de março de 1997, e tendo em vista o contido no processo nº 141.002.787/95, resolve: Aprovar projeto de estacionamento público na área frontal ao lote 2/19, no Trecho 02 do Setor de Clubes Esportivos Sul - SCES, na Região Administrativa de Brasília - RA I, consubstanciado no Projeto Planimétrico PLN 043/97 e o seu respectivo Memorial Descritivo - MDE 043/97, na forma do Anexo I.

PAULO RENATO SILVEIRA BICCA

PROCESSOS:	141.002.787/95
DECISÕES:	
DATAS:	
DECRETOS:	
DATAS:	
PUBLICAÇÃO:	
REGISTRO NO CARTÓRIO .....OFICIAL	DATA

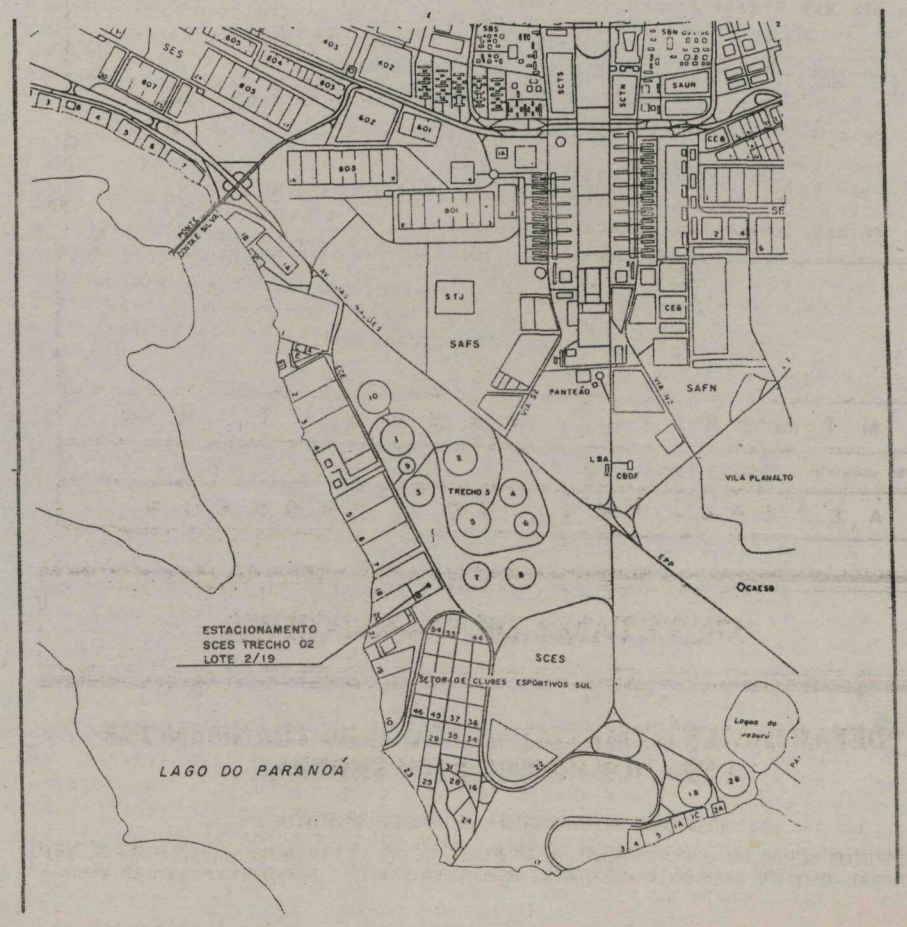
1- APRESENTAÇÃO

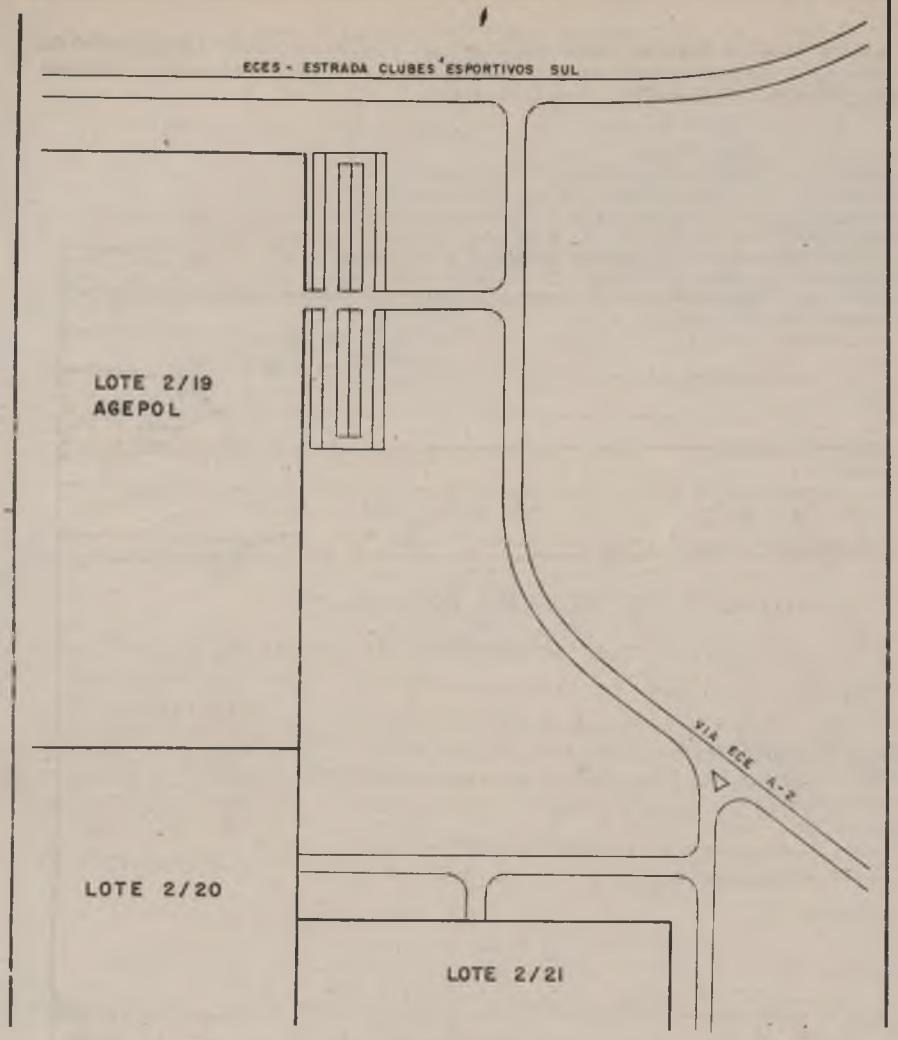
Através de estudos desenvolvidos pelo Nucleo de Circulação NUCIC/IPDF, foi elaborado o projeto de estacionamento público na área frontal ao lote 2/19 do SCES para atendimento à Associação Geral de Policiais Civis da Secretaria de Segurança Publica do Distrito Federal - ASEPOL.

Modifica e complementa a PLN 139/87 fls. 1/2 e 2/2 e as PRs 6/2, 21/11, 42/1 e 56/1.

Está composto deste MDE e da PLN 043/97., fls. 01/2 e 02/2 com correspondência no SICAD 138-III-3-A e 138-III-3-B, respectivamente.

MEMORIAL DESCRITIVO					
MDE — 043/97	BRASILIA - RA I SCES - SETOR DE CLUBES ESPORTIVOS SUL ESTACIONAMENTO EM FRENTE AO LOTE 2/19 - TRECHO 2				
FOLHA 01 / 05					
DATA 06 / 05 / 97	PROJETO: RONALD BELO	CONF. MDE:	VISTO: DIRETOR - BENNY	APROVO: DP - IPDF	
INSTITUTO DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E URBANO DO DISTRITO FEDERAL — IPDF/GDF					





2- DESCRIÇÃO DA AREA

Situa-se no trecho 2 do Setor de Clubes Esportivos Sul, em frente ao lote 2/19 onde funciona o clube AGEPOL.

Foi modificado o entroncamento da via ECE A-2 com a ECE visando favorecer a circulação e segurança.

Foi criada uma via de acesso ao lote 2/19 e o estacionamento com quatro pistas divididas em duas altas pela referia via que acessa o club.

O estacionamento conta com 160 (cento e sessenta vagas) na sua totalidade.

Existe interferência com a rede aérea da CEB. Alertamos para os devidos cuidados quando da execução das obras. Qualquer dano será de responsabilidade do executor.

A sinalização horizontal e vertical deverá ser executada após término das obras físicas.

M E M O R I A L D E S C R I T I V O		
MDE 045 / 97	FL 05/05	
A L T E R A Ç Õ E S D E P R O J E T O		

SECRETARIA DE TRANSPORTES

DEPARTAMENTO METROPOLITANO DE TRANSPORTES URBANOS DO DISTRITO FEDERAL

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO N.º 21, DE 12 DE AGOSTO DE 1997

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO METROPOLITANO DE TRANSPORTES URBANOS DO DISTRITO FEDERAL - DMTU/DF, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 6º, inciso V, do Regimento aprovado pelo Decreto n.º 14.451, de 04 de dezembro de 1992, tendo em vista o disposto no artigo 6º, inciso VI, do Decreto n.º 13.384, de 14 de março de 1992, e no artigo 2º do Decreto n.º 15.859, de 23 de agosto de 1994, e considerando a solicitação da Cooperativa dos Transportes Públicos Alternativos do Distrito Federal, a manifestação de folhas 50 a 52 e 78 a 79 do Serviço Jurídico, e o que mais consta no processo administrativo n.º 096.004164/96, resolve:

1. Credenciar a Cooperativa dos Transportes Públicos Alternativos do Distrito Federal, inscrita no CGC/MF sob o n.º 00.402.539/0001-77, para intermediar, junto ao Banco de Brasília S/A. - BRB, o resgate de vales-transporte, disciplinado pelo Decreto n.º 15.589, de 23 de agosto de 1994.
2. Esta Instrução de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.
3. Revogam-se as disposições em contrário.

JOSÉ CARLOS XAVIER

POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
Em 13 de agosto de 1997

PROCESSO 0052-000.648/96.
INTERESSADO: MERK S.A. INDÚSTRIAS QUIMICAS
ASSUNTO: Reconhecimento de dívida.
À vista das instruções contidas nos autos e, nos termos dos artigos 80 e 81 das Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, aprovadas pelo Decreto nº 16.098, de 29 de novembro de 1994, reconheço a dívida, no valor de R$ 4.286,70 (quatro mil, duzentos e oitenta e seis reais e setenta centavos), em favor da firma MERK S.A. INDÚSTRIAS QUÍMICAS, referente a fornecimento de materiais para laboratório, correndo a despesa à conta da dotação orçamentária alocada à Natureza de Despesa 34.90.92 - Despesas de Exercícios Anteriores, da Subatividade 2.046.0002 - Manutenção e Funcionamento dos Serviços Administrativos, da Unidade Orçamentária 24105 - Polícia Civil do Distrito Federal.
Publique-se e restitua-se ao Departamento de Administração Geral para as providências complementares.

TEODORO RODRIGUES PEREIRA

SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTES

DESPACHO DO SECRETÁRIO
Em 6 de agosto de 1997

PROCESSO: 011.000.264/97
INTERESSADO: LÚCIA MARIA MATOS DE SOUSA E OUTROS
ASSUNTO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Ratifico, nos termos do Artigo 26, da Lei 8.666/93, a inexigibilidade de Licitação em favor da FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS EDITORA, *com o objetivo de atender despesa com curso para este Departamento*. A Inexigibilidade foi fundamentada no que dispõe o Caput do artigo 25 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, tendo em vista o constante do processo acima citado. Publique-se e encaminhe-se ao Departamento de Educação Física Esportes e Recreação - DEFER.

HAMILTON PEREIRA DA SILVA

SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

DESPACHO DO SECRETÁRIO
Em 13 de agosto de 1997

PROCESSO Nº : 160.000.186/97
INTERESSADO : SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO
ASSUNTO : FOLHA DE SUPLEMENTAR ABONO PECUNIÁRIO
Conforme estabelecem os art. 80 e 81, do Decreto nº 16.098, de 29 de novembro de 1994, conforme informações contidas nos autos, e com fulcro no art. 34, incisos I e II, do Decreto nº 15.058, de 24 de setembro de 1993, **RECONHEÇO** a dívida, **AUTORIZO** a despesa, a emissão de Nota de Empenho no valor **de R$ 3.395,43 (três mil, trezentos e noventa e cinco reais e quarenta e três centavos)** a conta do elemento da despesa 3.1.90.92 - Despesas de Exercícios Anteriores, da Atividade 2.132-Manutenção e Funcionamento da Unidade, Subatividade 0001-Administração de Pessoal, e o pagamento no valor de **R$ 3.185,57 (três mil, cento e oitenta e cinco reais e cinquenta e sete centavos),** relativo a folha suplementar, **R$ 169,86 (cento e sessenta e nove reais e oitenta e seis centavos)** relativa pensão alimentícia, e **R$ 40,12 (quarenta reais e doze centavos)** relativo ao INSS.

LUIZ CÉSAR BRANDÃO MAIA
Adjunto

SECRETARIA DE TRABALHO

ATO DO CHEFE DE GABINETE

DESPACHO DO CHEFE
Em 12 de agosto de 1997

PROCESSO Nº 030.006.637/97
INTERESSADO: Grupo de Comunicações Três S/A
ASSUNTO: Ratificação de Inexigibilidade de Licitação

Com base na delegação de competência de que trata a alínea "B" da Portaria 003/95, de 12.04.95, RATIFICO, nos termos do artigo 26, da Lei 8.666/93, a inexibilidade de licitação com fulcro no Caput do artigo 25 da referida Lei, conforme Nota de Empenho 97NE00231, emitida em 12/08/97, na modalidade ordinária, elemento de despesa 34.90.39, fonte de recursos 004, em favor do interessado acima citado, no valor de R$ 180,00 (cento e oitenta reais), destinada a cobrir despesas com 01 (uma) assinatura da Revista Isto É, pelo período de 12 meses, para a Secretaria de Trabalho/DF. Publique-se e encaminhe-se ao DAG/STb-DF, para providências complementares.

LENIN FLORENTINO DE FARIA

COMITÊ DE CRÉDITO DO FUNDO DE SOLIDARIEDADE PARA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

DELIBERAÇÕES DE 12 DE AGOSTO DE 1997

O Comitê de Crédito do Fundo de Solidariedade para Geração de Emprego e Renda, no uso das atribuições conferidas com o Artigo 7º da Lei Complementar nº 005, de 14/08/95, combinado com o Artigo 6º, do Decreto nº 16.962, de 22/11/95, resolve:

Dar conhecimento das operações discutidas e deliberadas na reunião de 12/08//97.

NOME	Nº PROCESSO	Localidade	VALOR DO PLEITO (R$)	JULGADO
RICARDO COSTA PAZ	170.BT-04277/96	Valparaizo	2.743,99	APROVADO
SILVANA BATISTA DE PAULA	170.BT-05134/96	Santa Maria	1.855,00	SOBRESTADO
MARIA LIZ AZEVEDO FONSECA	170.BT-00613/97	Taguatinga	500,00	APROVADO
MARIA DILVA NUNES DURAES	170.BT-00664/97	Samambaia	1.000,00	APROVADO
FERNANDO RODRIGUES DE SOUZA	170.BT-00672/97	Taguatinga	700,00	SOBRESTADO
SIBELE LUCCHESI BARRETO DE SA	170.BT-00699/97	Nuc. Bandeirante	1.000,00	APROVADO
BEATRIZ DE FATIMA SILVA	170.BT-00701/97	Ceilandia	3.804,70	APROVADO
MARIA DE LOURDES ASSIS ALMEIDA	170.BT-00707/97	Planaltina	1.000,00	APROVADO
VICENTE GOMES LEAL	170.BT-00708/97	Planaltina	700,00	APROVADO
FLAVIA TOMAZ DE OLIVEIRA	170.BT-00709/97	Planaltina	1.000,00	APROVADO
SILVANIA MARCIA DE ASSIS ARAUJO	170.BT-00711/97	Nuc. Bandeirante	700,00	APROVADO
ROZANA MARCIA DE OLIVEIRA	170.BT-00712/97	Núc. Bandeirante	900,00	APROVADO
EDMAR JOSE PEIXOTO	170.BT-00713/97	Brazlandia	1.200,00	APROVADO
RAIMUNDO ROZILINO DOS SANTOS	170.BT-00714/97	Planaltina	1.000,00	APROVADO
SONIA MARIA MOTA MOREIRA	170.BT-00721/97	Taguatinga	200,00	APROVADO
EDSON FIGUEIREDO FREIRE	170.BT-00722/97	Ceilandia	1.343,39	APROVADO
FRANCISCO TEIXEIRA TAVARES	170.BT-00736/97	Gama	1.000,00	APROVADO
TEREZINHA DANTAS DE ALMEIDA	170.BT-00744/97	Gama	1.500,00	APROVADO
FRANCISCA AZEVEDO DE SOUZA	170.BT-00771/97	Taguatinga	700,00	APROVADO
FERNANDO FERREIRA DA SILVA	170.BT-00785/97	Taguatinga	700,00	APROVADO
IRAILDE PEREIRA MORAES	170.BT-00790/97	Taguatinga	600,00	SOBRESTADO

PAULO ROBERTO PAMPOLHA MENDES FERNANDES, Representante da Secretaria de Trabalho; JOAQUIM MAGALHÃES BARATA DE MOURA, Representante da Ação da Cidadania e VALDEMAR VASCONCELOS FILHO, Representante do Banco de Brasília - BRB.

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 102, DE 12 DE AGOSTO DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto no artigo 152, da Lei nº 8.112/90, e face ao que consta do Memorando nº 004/97 - CPSPAD/SLU/DF, resolve:
- PRORROGAR, por 60 (sessenta) dias, a partir de 08.08.97, o prazo estabelecido na Instrução de Serviço "SLU" nº 63, de 05.06.97, publicada no DODF nº 107, página 4126, de 09.06.97, que instaurou Processo Administrativo Disciplinar, para apurar os fatos de que trata o processo nº 094.001.321/95.

LUCIANO SALES OLIVEIRA

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 103, DE 12 DE AGOSTO DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto no artigo 152, da Lei nº 8.112/90, e face ao que consta do Memorando nº 003/97 - CPSPAD/SLU/DF, resolve:
- PRORROGAR, por 60 (sessenta) dias, a partir de 03.08.97, o prazo estabelecido na Instrução de Serviço "SLU" nº 62, de 28.05.97, publicada no DODF nº 104, página 3990, de 04.06.97, que instaurou Processo Administrativo Disciplinar, para apurar os fatos de que trata o processo nº 094.000.341/97.

LUCIANO SALES OLIVEIRA

PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL

DESPACHOS DO PROCURADOR GERAL
Em 11 de agosto de 1997

PROCESSO Nº : 020.001.035/97
INTERESSADO : LATIFE HAMU E OUTROS
ASSUNTO : Reconhecimento de Dívida
À vista das instruções contidas no presente processo e o disposto nos Artigos 80 e 81 do Decreto nº 16.098, de 29 de novembro de 1994 e de acordo com o que estabelece os incisos I, II e IV do Artigo 39 combinado com o inciso I do Artigo 38, do citado diploma legal, reconheço a dívida, autorizo a realização da despesa, determino a emissão de Nota de Empenho e o pagamento, no valor de R$ 9.444,49 (Nove mil quatrocentos e quarenta e quatro reais e quarenta e nove centavos), a favor de LATIFE HAMU E OUTROS, à conta do elemento 3.1.90.92 - Despesas de Exercícios Anteriores.

PROCESSO Nº : 020.001.022/97
INTERESSADO : ELIZABETE MAGALHÃES E OUTROS
ASSUNTO : Reconhecimento de Dívida
À vista das instruções contidas no presente processo e o disposto nos Artigos 80 e 81 do Decreto nº 16.098, de 29 de novembro de 1994 e de acordo com o que estabelece os incisos I, II e IV do Artigo 39 combinado com o inciso I do Artigo 38, do citado diploma legal, reconheço a dívida, autorizo a realização da despesa, determino a emissão de Nota de Empenho e o pagamento, no valor de R$ 3.523,47 (Três mil quinhentos e vinte e três reais e quarenta e sete centavos), a favor de ELIZABETE MAGALHÃES E OUTROS, à conta do elemento 3.1.90.92 - Despesas de Exercícios Anteriores.

MARCELO ALENCAR DE ARAÚJO

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DAS SESSÕES

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Nº 3269

Aos 05 dias do mês de agosto de 1997, às 15 horas, na Sala das Sessões do Tribunal, presentes os Conselheiros RONALDO COSTA COUTO e MAURÍLIO SILVA, o Conselheiro-Substituto JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS e a representante do Ministério Público junto a esta Corte, Procuradora MÁRCIA FERREIRA CUNHA FARIAS, o Presidente, Conselheiro JORGE CAETANO, declarou aberta a sessão.
Ausentes, por motivo de férias, o Conselheiro JOSÉ EDUARDO BARBOSA e, com causa participada, a Conselheira MARLI VINHADELI.

E X P E D I E N T E

Foram aprovadas as atas das Sessões Ordinária nº 3268 e Extraordinária Reservada nº 050, ambas de 31.07.97.

O Senhor Presidente submeteu à consideração do Plenário alteração de suas férias para o período de 01 a 20 de setembro vindouro.- O Tribunal aprovou a alteração.

J U L G A M E N T O S

RELATADOS PELO CONSELHEIRO RONALDO COSTA COUTO

PROCESSO Nº 3250/88 - Pensão civil concedida a BRASILINA PEREIRA DOS SANTOS REIS e outros-SEA. - DECISÃO Nº 5053/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, baixou os autos em diligência, reiterando à Secretaria de Administração do Distrito Federal que, no prazo de 60 dias, apense o processo de aposentadoria do instituidor da pensão, conforme Decisão nº 5793/95, exarada no Processo nº 1636/92.

PROCESSO Nº 0859/91 (anexo o de nº 1388/92) - Aposentadoria de GUILHERMINA SILVA PORTO-SES. - DECISÃO Nº 5054/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 1409/91 - Revisão dos proventos da aposentadoria de SEVERINO JOSÉ DE MORAIS-SSP. - DECISÃO Nº 5055/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, baixou os autos em diligência junto à Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, sejam ultimadas as seguintes providências: a. confeccionar novo abono provisório, em substituição ao documento de fl. 36, observando o disposto na DN nº 002/93-TCDF, a fim de corrigir a parcela referente ao ATS para 30%, atentando para os reflexos no cálculo da vantagem do artigo 184, II, da Lei 1711/52; b. apurar o montante recebido indevidamente a título de ATS e vantagem do artigo 184, II, da Lei 1711/52, providenciando o ressarcimento ao erário, nos termos do artigo 46 da Lei 8.112/90, fazendo constar dos autos as providências tomadas; c. tornar sem efeito os documentos substituídos.

PROCESSO Nº 4147/92 - Aposentadoria de ROSIMAR DAMASCENO LESSA BATISTA-FEDF. - DECISÃO Nº 5056/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 3816/94 - Auditoria especial realizada na Fundação Hospitalar do Distrito Federal a fim de verificar a legalidade, para fins de registro, de atos de admissões de pessoal. - DECISÃO Nº 5057/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 3582/95 (apenso o de nº 082.027.610/94) - Aposentadoria de ROSA LUISA RODRIGUES RABELO-FEDF. - DECISÃO Nº 5058/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu baixar os autos em diligência junto à FEDF, para que, no prazo de 60 dias, sejam ultimadas as seguintes providências: a) promover, se for o caso, a incorporação da gratificação de regência de classe, informando os períodos em que se submeteu a servidora ao regime de regência de classe (Lei 696/94); b) promover, se for o caso, a incorporação da gratificação de alfabetização, informando os períodos em que se submeteu a servidora ao regime de alfabetização de crianças ou adultos (Lei 654/94); c) comprovar o direito à gratificação de titulação.

PROCESSO Nº 5882/95 - Aposentadoria de ILTA MORAIS DE FREITAS-FEDF. - DECISÃO Nº 5059/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu baixar os autos em diligência junto à FEDF, para que, no prazo de 60 dias, sejam ultimadas as seguintes providências: a) anexar aos autos cópia autenticada dos documentos que geraram o direito à percepção do percentual "Parcela Autônoma" instituída pela Lei nº 771/94, acompanhada de declaração do setor competente afirmando que os referidos títulos ou certificados não foram utilizados para obtenção dos Incentivos Funcionais (salvo opção) ou progressão por merecimento; b) tendo em vista as informações de fl. 19, quanto à percepção das gratificações de Regência de Classe - GRC e de Alfabetização - GAL, verificar se a servidora faz jus ou não à incorporação em seus proventos de tais gratificações, nos termos das Leis 696/94 e 654/94, respectivamente; c) caso se confirme o direito à incorporação das gratificações retromencionadas: 1. atestar o período em que a interessada esteve em regime de regência de classe e em que lecionou alfabetizando crianças ou adultos; 2. elaborar novo abono provisório, em substituição ao de fl. 22, observando o item II da Decisão Normativa nº 002/93-TCDF, para consignar os valores correspondentes às gratificações em questão.

PROCESSO Nº 1425/96 - Aposentadoria de EDMÊ MARIA DE OLIVEIRA SCUCATO-FEDF. - DECISÃO Nº 5060/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu baixar os autos em diligência junto à FEDF, para que, no prazo de 60 dias, sejam ultimadas as seguintes providências: a) promover, se for o caso, a incorporação da gratificação de regência de classe, informando os períodos em que se submeteu a requerente ao regime de regência de classe (Lei 696/94); b) promover também, se for o caso, a incorporação da gratificação de alfabetização, informando os períodos em que se submeteu a requerente ao regime de alfabetização de crianças ou adultos (Lei 654/95); c) retificar o ato a fim de incluir-se o fundamento legal dos incentivos funcionais; d) autenticar os documentos de fls. 03 e 04; e) comprovar efetivo exercício temporal para incorporação das parcelas relativas a GRG e a Gratificação de Alfabetização.

PROCESSO Nº 2046/97 (apenso 1 volume) - Resultado de inspeção realizada na Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, visando apurar Indícios de irregularidades na Concorrência nº 01/97. - DECISÃO Nº 5061/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento: a) dos trabalhos de auditoria desenvolvidos na Cia. Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP (fls. 84/127), bem como dos documentos acostados às fls. 15/83 e 128/138 dos autos e fls. 1/236 do anexo I; b) do O.I. nº 603/97-PRES, anexado às fls. 167/170; II - revogar a suspensão da Concorrência nº 01/97, determinada na Sessão do dia 05.06.97; III - recomendar à NOVACAP que: a) encaminhe a esta Corte, no prazo de 10 (dez) dias, cópia do ato anulatório do item 13 do Edital; b) atente, nas licitações futuras, para todos os dispositivos da Lei nº 8.666/93, a fim de evitar falhas que, ainda que formais, possam prejudicar o procedimento; IV - restituir o processo à 3ª ICE, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 2401/97 - Representação da 2ª Inspetoria de Controle Externo sobre expediente da Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal, informando a falta de prestação de contas da Centrais de Abastecimento do Distrito Federal, referente ao exercício de 1996. - DECISÃO Nº 5062/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento do expediente da SEFP; II - fixar o prazo de trinta dias para que a CEASA apresente a esta Corte circunstanciados esclarecimentos sobre o atraso na entrega da prestação de contas concernente ao exercício de 1996.

PROCESSO Nº 2403/97 - Representação da 2ª Inspetoria de Controle Externo sobre expediente da Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal, informando a falta de prestação de contas da Fundação Cultural do Distrito Federal, referente ao exercício de 1996 - DECISÃO Nº 5063/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento do expediente da SEFP; II - fixar o prazo de trinta dias para que a FCDF apresente a esta Corte circunstanciados esclarecimentos sobre o atraso na entrega da prestação de contas concernente ao exercício de 1996.

PROCESSO Nº 2405/97 - Representação da 2ª Inspetoria de Controle Externo sobre expediente da Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal, informando a falta de prestação de contas da Fundação Hemocentro de Brasília, referente ao exercício de 1996. - DECISÃO Nº 5064/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento do expediente da SEFP; II - fixar o prazo de trinta dias para que a FHB apresente a esta Corte circunstanciados esclarecimentos sobre o atraso na entrega da prestação de contas concernente ao exercício de 1996.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO MAURÍLIO SILVA

PROCESSO Nº 0933/88 - Revisão dos proventos da aposentadoria de VANDI DA COSTA-SSP. - DECISÃO Nº 5065/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento das medidas adotadas pela Administração.

PROCESSO Nº 6809/91 (apenso o de nº 040.006.657/91) - Tomada de contas anual dos ordenadores de despesa da Região Administrativa I - Brasília, referente ao exercício de 1990. - DECISÃO Nº 5066/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: a) tomar conhecimento da tomada de contas anual em apreço; b) na forma do artigo 17, inciso II, da Lei Complementar nº 01/94 e do artigo 167, inciso II, do RI/TCDF, julgar regulares, com ressalvas, as contas dos ordenadores de despesa da Região Administrativa de Brasília - RA I, relativas ao exercício de 1990, autorizando, em conseqüência, a expedição do competente certificado de quitação aos servidores César Trajano de Lacerda e Paulo de Paiva Fonseca, no período de 1.1 a 31.12.1990; c) devolver os autos à 1ª Inspetoria de Controle Externo, para adoção das providências de praxe.

PROCESSO Nº 0113/93 - Revisão dos proventos da aposentadoria de SELMA LOPES GONÇALVES NETTO-SEA. - DECISÃO Nº 5067/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 1425/93 - Aposentadoria de VANILDA ALVES DA SILVA DIAS-FEDF. - DECISÃO Nº 5068/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 3137/93 - Pensão civil concedida a ZULEIKA MOREIRA DA SILVA e outra-SEA. - DECISÃO Nº 5069/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou a baixa dos autos em nova diligência, a fim de que a Secretaria de Administração do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias: a) apense aos autos o processo de aposentadoria do instituidor do benefício, conforme Decisão nº 5793/95, exarada no Processo nº 1636/92, na S. O. de 23.06.95; b) verifique se a Sra. Zuleika Moreira da Silva foi designada pelo servidor Mateus Gomes de Matos como companheira, juntando documentação que comprove a união estável como entidade familiar, conforme previsto no artigo 217, inciso I, alínea "c", da Lei nº 8.112/90; c) retifique o ato concessório de fls. 18, a fim de incluir a filha Rosileni Moreira Matos no rol dos beneficiários da pensão temporária; d) elabore outro Título de Pensão, em substituição ao de fls. 21, de forma que a beneficiária referida na alínea anterior seja contemplada no rateio da pensão temporária, atentando para o disposto na Decisão Normativa nº 002/93-TCDF; e) anexe aos autos declaração assinada pela requerente, atestando a não-acumulação de pensão ou acumulação lícita, pelos beneficiários, nos termos do artigo 225 da Lei nº 8112/90; f) torne sem efeito os documentos substituídos.

PROCESSO Nº 4331/93 (apenso o de nº 030.008.329/89) - Pensão civil concedida a MÁRCIA VALÉRIA MONTEIRO DA CUNHA-SEA. - DECISÃO Nº 5070/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou a baixa dos autos em diligência, a fim de que a Secretaria de Administração do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias: I - a) retifique o ato de fls. 13-apenso para considerar a concessão do benefício a contar de 05.06.89; b) autentique os documentos de fls. 03 a 07 apenso; c) junte demonstrativo das licenças concedidas ao servidor; d) anexe certidão da FEDF que comprove os 795 dias prestados a esta entidade no período de 21.03.61 a 31.05.63, conforme noticiado às fls. 26-v apenso; e) elabore outra certidão de tempo de serviço, em substituição a de fls. 26-apenso, para corrigir o total do tempo prestado ao GDF (8.842 dias) e para excluir o período correspondente à contagem em dobro de que cuida a Lei nº 22/89 pelos motivos aduzidos na instrução; f) confeccione novo Título de Pensão, em substituição ao de fls. 31-apenso, a fim de acertar o percentual dos adicionais, fixando-o em 25%, bem como altere a data de início dos efeitos financeiros da concessão para 05.06.89; g) torne sem efeito os documentos substituídos; II- a) formalize a respectiva revisão de pensão, com efeitos a partir de 01.01.92, fundamentando o ato no § 5º do artigo 40 da Constituição Federal e nos artigos 215 e 248 da Lei nº 8112/90; b) anexe comprovante da formal comunicação ao INSS, dando conta da concessão de pensão pelo DF, com indicação da data de vigência; c) junte aos autos extrato do processo de pensão concedida na Lei nº 3373/58 pelo INSS, com a indicação dos beneficiários na data do óbito, os cancelamentos porventura ocorridos e os que mantiveram as condições para a manutenção do benefício na vigência da Lei nº 8112/90; d) efetue o devido ajuste financeiro com relação aos valores realmente devidos e os eventualmente pagos pelo INSS a partir de 01.01.92; e) anexe declaração assinada pela requerente, atestando a não-acumulação de pensão ou acumulação lícita, nos termos do artigo 225 da Lei n º 8112/90; f) torne sem efeito os documentos substituídos.

PROCESSO Nº 7749/93 (apensos os de nºs 877/94, 565/95, 6069/95 e 6073/95) - Contrato nº 01/96 e outros, celebrados entre a Sociedade de Abastecimento de Brasília e terceiros. - DECISÃO Nº 5071/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento dos Contratos nºs 01/96, 02/94, 13/94, 13/95 e Convênio s/n-95 firmados pela Sociedade de Abastecimento de Brasília; b) devolver os autos à 2ª Inspetoria de Controle Externo, autorizando o seu arquivamento, bem como dos apensos.

PROCESSO Nº 3530/94 - Aposentadoria de CLAUDETE PEREIRA LIMA MIOTTI-FEDF. - DECISÃO Nº 5072/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou a baixa dos autos em diligência, a fim de que a Fundação Educacional do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias: a) tendo em vista que os documentos de fls. 03, 05 e 16 indicam que a servidora vinha percebendo, na atividade, a Gratificação de Regência de Classe-GRC, verifique o direito à percepção da referida Gratificação, juntando a documentação comprobatória pertinente; b) confirmando o direito, elabore novo Abono Provisório, em substituição ao de fls. 18, a fim de incluir aos proventos a parcela acima referida, atentando para o teor da Decisão Normativa nº 002/93-TCDF; c) torne sem efeito o documento substituído.

PROCESSO Nº 6146/95 - Aposentadoria de CONCEIÇÃO DE MARIA RIBEIRO DA CRUZ-FEDF. - DECISÃO Nº 5073/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou a baixa dos autos em diligência, a fim de que a Fundação Educacional do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias: a) esclareça o motivo pelo qual não foi incluída aos proventos a Gratificação de Regência de Classe - GRC, vez que a servidora vinha percebendo esta parcela na atividade. Junte, se for o caso, a documentação comprobatória do direito, nos termos da Lei nº 202/91, alterada pela Lei nº 696/94; b) se confirmado o direito à incorporação da referida vantagem, elabore novo Abono Provisório em substituição ao de fl. 21, observando a DN nº 02/93-TCDF, objetivando a inclusão do valor respectivo; c) torne sem efeito documento porventura substituído.

PROCESSO Nº 3460/96 - Aposentadoria de VANDA MARTINS FERREIRA-FEDF. - DECISÃO Nº 5074/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou a baixa dos autos em diligência, a fim de que a Fundação Educacional do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias: a) esclareça o motivo por que consta dos contracheques de fls. 5 e 6 a parcela referente à Gratificação de Regência de Classe (Leis-DF de nº 202/91 e 696/94), tendo em vista que a servidora esteve à disposição do Departamento de Pedagogia no período de janeiro de 1990 a junho de 1995 (fl. 21-verso); b) caso seja comprovada a irregularidade acima comentada, deve a FEDF providenciar o ressarcimento ao erário das quantias indevidamente percebidas pela inativa, nos termos do artigo 46 da Lei nº 8.112/90, fazendo constar dos autos o resultado das providências adotadas; c) evidenciada a regularidade de pagamento da Gratificação de Regência de Classe, deve a FEDF aferir o direito da servidora à sua incorporação, na forma da Lei-DF nº 696/94, providenciando, se for o caso, a elaboração de novo abono provisório para inclusão daquela parcela; d) torne sem efeito os documentos porventura substituídos.

PROCESSO Nº 8045/96 (apenso o de nº 054.001.771/96) - Tomada de contas especial instaurada pela Polícia Militar do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelos fatos constantes do citado apenso. - DECISÃO Nº 5075/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 1489/97 - Convênios nºs 038 e 039/96 firmados entre a Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal e terceiros. - DECISÃO Nº 5076/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento dos Convênios nºs 038 e 039/96, firmados pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal; b) devolver os autos à 1ª Inspetoria de Controle Externo, autorizando o seu arquivamento.

PROCESSO Nº 1491/97 - Convênio nº 014/96 e outros, firmados entre a Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal e terceiros. - DECISÃO Nº 5077/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento dos Convênios nºs 014 a 023/96, firmados pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal; b) relevar a falha mencionada na instrução, por ter sido objeto de análise e deliberação no Processo nº 3235/96; c) devolver os autos à 1ª Inspetoria de Controle Externo, autorizando o seu arquivamento.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO-SUBSTITUTO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS

PROCESSO Nº 3843/88 (anexo o de nº 3678/89) - Aposentadoria de BERENICE FERNANDES DE MELO-SEA. - DECISÃO Nº 5078/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 0746/89 (apenso o de nº 111.000.846/88) - Tomada de contas especial instaurada pela Companhia Imobiliária de Brasília para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens. - DECISÃO Nº 5079/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 3356/91 - Auditoria programada realizada na Região Administrativa VIII - Núcleo Bandeirante, com o objetivo de verificar o cumprimento das determinações feitas pelo Tribunal. - DECISÃO Nº 5080/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: I) determinar à RA-VIII que adote as providências abaixo indicadas, dando-lhe ciência do resultado, no prazo de 90 (noventa) dias: a) regularize os pagamentos das taxas de ocupação dos boxes da Feira Permanente e de Plantas, cobrando as taxas atrasadas e, na falta de pagamento, retome a área pública na forma do disposto no art. 9º do Decreto nº 17.079/95; b) promova a regularização dos boxes A-25, B-08, B-22, B-27/28, C-07/08 e C-25/26 da Feira Permanente, atualizando a parte legal e recolhendo as taxas devidas, bem assim proceda a revisão dos processos relativos aos demais boxes daquela feira e, no caso de irregularidades, adote o mesmo procedimento; II) recomendar à RA-VIII, no que se refere ao cálculo de taxas atrasadas da Feira Permanente e de Plantas, o imediato cumprimento do art. 8º do Decreto nº 17.079/95, combinado com o parágrafo único do art. 1º da Lei nº 1.118/96, ou seja, para cada taxa mensal atrasada: - no 1º mês de atraso incidência cumulativa de: 10% (dez por cento) de multa, variação da UFIR e 1% (um por cento) de juros; - a partir do segundo mês de atraso, incidência cumulativa de: variação da UFIR e 1% (um por cento) de juros compostos ao mês; III) determinar a citação do Sr. VIVALDO ALVES FILHO (Administrador Regional da RA-VIII em 1992) para apresentar defesa, pelo não cumprimento de determinação deste Tribunal, transmitida àquela unidade pelo OF GP nº 310/92, no sentido de regularizar a ocupação dos boxes da Feira Permanente e de Plantas.

PROCESSO Nº 0526/92 (apensos os de nºs 081.000.021/91, 081.000.565/91 e 081.000.566/91) - Tomada de contas especial instaurada pela Fundação Cultural do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens. - DECISÃO Nº 5081/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 1841/93 - Aposentadoria de NORBERTO DOS SANTOS ROCHA-FEDF. - DECISÃO Nº 5082/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu determinar à Fundação Educacional do Distrito Federal que, no prazo de 60 (sessenta) dias: I - comprove, em atenção ao estabelecido no inciso I do art. 1º da Lei nº 270/92, que o servidor esteve, no mínimo, 1/3 (um terço) do tempo de serviço exigido para aposentadoria com proventos integrais, no regime de quarenta horas semanais, o que corresponde a 11 anos, 8 meses e 3 dias, devendo ser computado neste período os 2 anos, 3 meses e 10 dias já comprovados pelo documento de fls. 26; II - na impossibilidade de ser oferecida a comprovação reclamada no item precedente, certifique o exercício da referida carga horária nos 4 (quatro) anos consecutivos imediatamente anteriores à aposentadoria do inativo, consoante possibilita o inciso III do art. 1º da citada Lei nº 270/92; III - caso não reste comprovado o exercício da carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, nos termos exigidos pela lei específica, altere o Abono Provisório desta inativação para refletir a carga horária de vinte horas semanais; IV - torne sem efeito os documentos substituídos.

PROCESSO Nº 3935/94 - Pedido de prorrogação de prazo, por mais 60 (sessenta) dias, para remessa de tomada de contas especial, formulado pela Polícia Militar do Distrito Federal via Ofício nº 1.959/97. - DECISÃO Nº 5083/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento do expediente de fls. 43 e concedeu a prorrogação de prazo solicitada.

PROCESSO Nº 1319/95 (apensos os de nºs 030.002.291/95 e 030.000.133/96) - Tomada de contas especial instaurada pela Secretaria de Obras do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelas divergências verificadas no inventário patrimonial de 1994, constante do Processo nº 030.002.291/95. - DECISÃO Nº 5084/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: I - tomar conhecimento da TCE em apreço; II - relevar o descumprimento das disposições contidas no inciso XI do art. 154 do RI/TCDF; III - determinar à Secretaria de Obras que, no prazo de 15 (quinze) dias: a) esclareça a data correta do desaparecimento dos bens arrolados às fls. 89 e 90 do Processo nº 030.002.291/95, uma vez que a Tomada de Contas Anual dos Agentes de Material, concernente ao exercício de 1993, não consignou registro sobre bens não localizados; b) caso os esclarecimentos previstos na alínea anterior levem à atribuição de responsabilidade a outros servidores, promover as correções devidas nas respectivas inscrições; c) retifique o valor inscrito no certificado de Auditoria, ante o reaparecimento do bem constante do Processo nº 030.000.133/96; IV) autorizar a devolução dos processos apensos à origem, para possibilitar o cumprimento da determinação constante do item anterior.

PROCESSO Nº 2357/95 - Tomada de contas especial instaurada pela Fundação Educacional do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens. - DECISÃO Nº 5085/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento dos O.I. nºs 433/96, 393/96, 570/96-DEX, da informação de fls. 37/38, dos Ofícios 033/97-GAB/SEFP, 98/97-GAB/SUAUD, 789/97-GAB/SEFP e dos documentos que os acompanham; II - dispensar, excepcionalmente, a Fundação Educacional do DF do cumprimento da determinação constante da alínea "c" da Decisão nº 7589/96; III - conceder à Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal, a contar de 12.06.97, 60 (sessenta) dias de prorrogação de prazo para remessa da instaurada TCE.

PROCESSO Nº 3740/96 (apensos 2 volumes) - Auditoria programada realizada no Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal para exame do Contrato nº 83/95, firmado entre aquela Autarquia e a empresa EMSA - Empresa Sul Americana de Montagens S.A. - DECISÃO Nº 5086/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu determinar ao DER-DF que, no prazo de 30 (trinta) dias: a) celebre novo aditamento ao Contrato nº 83/95, fixando percentuais exatos de multas dentro dos intervalos dispostos no art. 107 do Decreto nº 10.996/88; b) promova, junto à firma EMSA-Empresa Sul Americana de Montagens S.A., o ressarcimento do pagamento efetuado a maior à mencionada empresa, no valor de R$ 3.583,12 (três mil, quinhentos e oitenta e três reais e doze centavos), proveniente da diferença entre o tipo de serviço contratado e o prestado; c) aponte o responsável pelo pagamento de serviços que foram executados com características diferentes da orçada (execução de escavação mecânica para colocação de drenos e pagamento de serviços de escavação manual), para efeito das sanções previstas no art. 57, III, da Lei Complementar nº 01/94.

PROCESSO Nº 3910/96 - Tomada de contas especial instaurada pela Fundação do Serviço Social do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens (Processo nº 101.000.569/96). - DECISÃO Nº 5087/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento dos expedientes de fls. 1 e 45/46; II - relevar o atraso apontado pela instrução; III - determinar à Fundação do Serviço Social do DF que, no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhe à Corte a TCE constante do Processo nº 101.000.569/96; IV - alertar os dirigentes da entidade jurisdicionada que o descumprimento injustificado de diligência ou decisão da Corte, enseja a aplicação da sanção estabelecida no inciso III do art. 182 do Regimento Interno desta Casa.

PROCESSO Nº 0475/97 - Recurso interposto pela Fundação do Serviço Social do Distrito Federal, objetivando rever a Decisão da Corte de nº 8458/96 (S.O. nº 3196, de 17.09.96, fls. 121) exarada no Processo nº 2409/96, por meio da qual restou determinado a cessação do pagamento da "Gratificação de Produtividade 4%" aos servidores da FSSDF. - DECISÃO Nº 5088/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 3031/97 - Ofício nº 446/DP-4, mediante o qual a Polícia Militar do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, para cumprimento de determinação da Corte (Processo nº 054.003.060/93). - DECISÃO Nº 5089/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento do Ofício de fls. 1 e concedeu a prorrogação de prazo solicitada.

Encerrada a fase de julgamento de processos ordinários, o Senhor Presidente convocou Sessão Extraordinária, de caráter reservado, a realizar-se nesta data, para que o Tribunal apreciasse, na forma do disposto no art. 97, parágrafo 1º, da Lei Orgânica desta Corte, matéria sigilosa.

Nada mais havendo a tratar, às 15h30, o Senhor Presidente declarou encerrada a sessão. E, para constar, eu, ROBERTO PARENTONI MARTINS, Secretário das Sessões, lavrei a presente ata -contendo 37 processos- que, lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente, Conselheiros, Conselheiro-Substituto e representante do Ministério Público junto à Corte.

JORGE CAETANO, RONALDO COSTA COUTO, MAURÍLIO SILVA, JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS, JORGE ULISSES JACOBY FERNANDES.

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Nº 3270

Aos 07 dias do mês de agosto de 1997, às 10 horas, na Sala das Sessões do Tribunal, presentes os Conselheiros RONALDO COSTA COUTO e MAURÍLIO SILVA, o Conselheiro-Substituto JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS e o representante do Ministério Público junto a esta Corte, Procurador-Geral JORGE ULISSES JACOBY FERNANDES, o Presidente, Conselheiro JORGE CAETANO, declarou aberta a sessão.
Ausente, com causa participada, a Conselheira MARLI VINHADELI.

E X P E D I E N T E

Foram aprovadas as atas das Sessões Ordinária nº 3269 e Extraordinária Reservada nº 051, ambas de 05.08.97.

O Senhor Presidente convocou, nos termos dos artigos 84, V, e 45, II, do Regimento Interno, com a concordância dos demais membros do Plenário, Sessão Especial para a apreciação das contas do Governador do Distrito Federal, relativas ao exercício de 1996, a realizar-se às 10 horas do dia 21 do corrente mês.

A seguir, comunicou ao Plenário que recebera, em audiência, o Dr. LUIZ EDUARDO FRANCO DE ABREU, Presidente do Banco de Brasília S.A., e, em visita, o Deputado Distrital ODILON AIRES e o Conselheiro CELSO TESTA, Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

JULGAMENTOS

PROCESSO DEVOLVIDO À PRESIDÊNCIA

O Senhor Presidente deu continuidade ao julgamento do Processo nº 3399/92 (Relator: Conselheiro-Substituto JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS), de que pedira vista, em sessão anterior, o Conselheiro MAURÍLIO SILVA (Revisor). O processo trata da aposentadoria e revisão dos proventos de SANTA COUTINHO DE CARVALHO-SEA. - DECISÃO Nº 5090/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, com o qual concorda o Revisor, decidiu: a) considerar legal, para fins de registro, a concessão inicial de aposentadoria a SANTA COUTINHO DE CARVALHO (fls.6) e o respectivo abono provisório (fls.14); b) retornar os autos à 4ª ICE para que o reinstrua com relação à revisão de proventos de fls. 22 e novo abono provisório de fls. 23, posto que sobre este não falaram no mérito nem a instrução nem o douto Ministério Público. Decidiu, mais, mandar publicar, em anexo à presente ata, os votos do Revisor, fs. 43/48, e do Relator, fs. 34/41.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO RONALDO COSTA COUTO

PROCESSO Nº 3078/91 - Termos Aditivos aos Contratos nºs 91/013, 91/002, 91/014, 91/001 e 91/018, celebrados entre o Banco de Brasília S.A. e terceiros. - DECISÃO Nº 5091/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento dos I e II Termos Aditivos ao Contrato nº 90/013; I, II e III Termos Aditivos ao Contrato nº 91/002; I e II Termos Aditivos ao

Contrato nº 91/014; I Termo Aditivo ao Contrato nº 91/001; I e II Termos Aditivos ao Contrato nº 91/018; II - relevar as falhas mencionadas; III - autorizar o retorno dos autos à 1ª ICE, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 4129/91 (apensos os de nºs 111.001.136/91, 030.001.476/94 e 1 volume) - Prestação de contas da Companhia Imobiliária de Brasília, referente ao exercício de 1990. - DECISÃO Nº 5092/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu, preliminarmente, enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 7064/91 - Auditoria realizada na Companhia Imobiliária de Brasília para verificar os procedimentos relativos a perdão de dívida e permuta de imóveis. - DECISÃO Nº 5093/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento do resultado da auditoria realizada na Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP, Processos nºs 111.522.847/81-3, 111.687.148/78-4 e outros, bem como das fls. 27/232 e 234/238; II - em relação ao Processo nº 111.522.847/81-3, considerar regular o perdão de dívida das despesas processuais conferido à Sr.ª MADALENA MOREIRA DA SILVA; III - em relação ao Processo nº 111.687.148/78-4, considerar regulares os procedimentos inerentes à permuta efetuada; IV - determinar o arquivamento dos autos.

PROCESSO Nº 2933/93 (apensos os de nºs 3182/91, 041.000.189/93 e 5 volumes) - Prestação de contas anual do Banco de Brasília S.A., relativa ao exercício de 1992. - DECISÃO Nº 5094/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: I - tomar conhecimento dos Processos anexos nºs 3.182/91 e 041.000.189/93 (três volumes); II - considerar cumprida a diligência; III - em atendimento ao princípio da economicidade, relevar a existência de saldo na rubrica 8.1.7.99.45-7, "outras despesas administrativas - multas, juros e correção monetária", tendo em vista, também, as justificativas apresentadas pelo Banco; IV - autorizar o sobrestamento do julgamento do processo de prestação de contas em apreço, até decisão final dos Processos nºs 3.237/94, 1.943/96 e 7.716/96; V - autorizar a devolução ao BRB do Inventário Patrimonial apenso (5 volumes).

PROCESSO Nº 3560/95 (apenso 1 volume) - Contendo pedidos de prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, formulados por servidores da Companhia Imobiliária de Brasília, para apresentação de defesa. - DECISÃO Nº 5095/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento dos Ofícios nºs 505/97-GAB/SO e FISC 1443/97 e dos documentos de fls. 235 a 256; II - conceder as prorrogações de prazo, nas formas solicitadas às fls. 255 e 256.

PROCESSO Nº 3763/96 - Contendo pedido de prorrogação de prazo, por 30 (trinta) dias, formulado pela Fundação Educacional do Distrito Federal, para cumprimento de determinação da Corte. - DECISÃO Nº 5096/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, concedeu a prorrogação, nos termos do pedido.

PROCESSO Nº 7383/96 - Relatórios do Sistema de Controle Externo - SISCOEX, relativos a notas de empenho e notas de lançamento do Departamento de Emprego do Distrito Federal, correspondentes ao primeiro semestre de 1996. - DECISÃO Nº 5097/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento do Ofício nº 059-GAB-DEPEM/DF e seus anexos, considerando cumprida a diligência ordenada; b) autorizar o arquivamento dos autos.

PROCESSO Nº 7612/96 - Contendo pedido de prorrogação de prazo, por 30 (trinta) dias, formulado pela Secretaria de Administração do Distrito Federal, para remessa da tomada de contas especial objeto do Processo nº 030.009.297/96. - DECISÃO Nº 5098/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, concedeu a prorrogação, nos termos do pedido.

PROCESSO Nº 1175/97 - Diligência determinada à Secretaria de Transportes do Distrito Federal, constante da Decisão nº 8057/96 - DECISÃO Nº 5099/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I. tomar conhecimento do Ofício nº 679/96-GAB/ST, remetido pela Secretaria de Transportes a esta Corte, em atendimento à Decisão nº 8057/96 (fl. 13); II. determinar o arquivamento dos autos, sem prejuízo de futuras averiguações.

PROCESSO Nº 1307/97 - Contrato de locação DIRAD/DESEG nº 96/040 celebrado entre o Banco de Brasília S.A. e o Sr. Miguel Batista de Almeida. - DECISÃO Nº 5100/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento do Contrato DIRAD/DESEG - 96/040, em exame; II - autorizar a remessa dos autos à 1ª ICE, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 1317/97 - Contratos para a locação de equipamentos eletrônicos celebrados entre o Banco de Brasília S.A. e terceiros. - DECISÃO Nº 5101/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu, preliminarmente, enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 2007/97 (apenso o de nº 2402/97) - Contendo pedido de prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, formulado pela Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal, para conclusão da tomada de contas especial referente ao Processo nº 111.000.347/97-TCA. - DECISÃO Nº 5102/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, concedeu a prorrogação, nos termos do pedido.

PROCESSO Nº 2464/97 - Relação encaminhada pela Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal das entidades omissas na entrega da prestação de contas, relativa ao exercício de 1996. - DECISÃO Nº 5103/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento do Ofício nº 621/97-GAB/SEFP e anexo; b) relevar os atrasos apontados; c) fixar o prazo de 30 (trinta) dias para que a CODEPLAN, FUNAP e o SLU apresentem esclarecimentos sobre o atraso na entrega à Secretaria de Fazenda e Planejamento das Prestações de Contas referentes ao exercício de 1996, descumprindo o prazo estabelecido no "caput" do artigo 150, parágrafo 1º, do Regimento Interno/TCDF.

PROCESSO Nº 2474/97 - Consulta formulada pela Fundação Educacional do Distrito Federal sobre contratação temporária de professor, com base na Lei nº 1169/96. - DECISÃO Nº 5104/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu, preliminarmente, enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 2967/97 - Pedido de prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, formulado pela Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal, para cumprimento de determinação da Corte. - DECISÃO Nº 5105/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento do Ofício nº 932/97-GAB/SEFP; b) conceder, excepcionalmente, a prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, para cumprimento da diligência determinada pelo Tribunal no Processo nº 389/91 - TCDF (030.019.718/90-GDF), de interesse de Maurício Rodrigues Barbosa.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO MAURÍLIO SILVA

PROCESSO Nº 2684/86 - Contendo pedido de prorrogação de prazo, formulado pela Secretaria de Transportes do Distrito Federal, para cumprimento de determinação da Corte. - DECISÃO Nº 5106/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, ao tomar conhecimento do Ofício nº 334/97-GAB/ST, decidiu: a) conceder a prorrogação de prazo, por mais 60 (sessenta) dias, a contar do conhecimento desta deliberação; b) devolver os autos à 3ª Inspetoria de Controle Externo.

PROCESSO Nº 7437/91 - Contendo pedido de prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, formulado pela Companhia Imobiliária de Brasília, para cumprimento de determinação da Corte. - DECISÃO Nº 5107/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, ao tomar conhecimento do Ofício nº 324/97-PRESI, decidiu: a) conceder a prorrogação de prazo, na forma solicitada; b) devolver os autos à 3ª Inspetoria de Controle Externo.

PROCESSO Nº 4145/94 - Representação do Ministério Público junto à Corte, versando sobre o percentual mínimo de 25% que deve ser aplicado na manutenção e desenvolvimento de ensino e sobre o fator de multiplicação do orçamento de 1993. - DECISÃO Nº 5108/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento da instrução e dos documentos acostados às fls. 277 a 306; b) devolver os autos à 5ª Inspetoria de Controle Externo.

PROCESSO Nº 4448/95 (apensos 2 volumes) - Representação interposta pela firma GB - Equipamentos e Serviços Ltda. sobre possível irregularidade na Concorrência Pública nº 01/94, realizada pelo Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos do Distrito Federal. Aos autos juntou-se pedido de prorrogação de prazo. - DECISÃO Nº 5109/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, ao tomar conhecimento do requerimento subscrito por Ricardo Mendanha Ladeira, ex-Diretor Geral do Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos do Distrito Federal, concedeu a prorrogação de prazo, na forma solicitada, e devolveu os autos à 3ª Inspetoria de Controle Externo.

PROCESSO Nº 1787/97 - Memorando nº 092/97, pelo qual a 5ª Inspetoria de Controle Externo, visando levantar subsídios necessários à elaboração do Relatório Analítico das Contas do Governador, exercício de 1996, expõe a necessidade de realizar auditoria, objetivando o levantamento de dados sobre extinção e/ou privatização de empresas públicas distritais e, principalmente, a respeito dos resultados alcançados pelas comissões instituídas pelos Decretos nºs 16.321/95, 16.528/95 e 16.827/95. - DECISÃO Nº 5110/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento dos Ofícios nºs 867/97-GAB/SEFP e 919/97-GAB/SEFP, relevando o atraso apontado pela instrução; b) considerar parcialmente cumprida a diligência referida na Decisão nº 3714/97, deixando de reiterá-la, ante os motivos externados pelo órgão instrutivo na mencionada manifestação técnica; c) devolver os autos à 5ª Inspetoria de Controle Externo.

PROCESSO Nº 2049/97 - Pedido de prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, formulado pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, para conclusão de tomada de contas especial. - DECISÃO Nº 5111/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, ao tomar conhecimento do Ofício nº 966/97-SSP/DF, decidiu: a) conceder a prorrogação de prazo, na forma solicitada; b) devolver os autos à 1ª Inspetoria de Controle Externo

PROCESSO Nº 2051/97 - Contendo pedido de prorrogação de prazo, por mais 60 (sessenta) dias, formulado pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, para remessa à Corte de processo de tomada de contas especial. - DECISÃO Nº 5112/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, ao tomar conhecimento do Ofício nº 965/97-SSP/DF, decidiu: a) conceder a prorrogação de prazo, na forma solicitada; b) devolver os autos à 1ª Inspetoria de Controle Externo.

PROCESSO Nº 2052/97 - Contendo pedido de prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, formulado pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, para conclusão de tomada de contas especial. - DECISÃO Nº 5113/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, ao tomar conhecimento do Ofício nº 976/97-SSP/DF, decidiu: a) conceder a prorrogação de prazo, na forma solicitada; b) devolver os autos à 1ª Inspetoria de Controle Externo.

PROCESSO Nº 2053/97 - Pedido de prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, formulado pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, para conclusão de tomada de contas especial. - DECISÃO Nº 5114/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, ao tomar conhecimento do Ofício nº 963/97-SSP/DF, decidiu: a) conceder a prorrogação de prazo, na forma solicitada; b) devolver os autos à 1ª Inspetoria de Controle Externo.

PROCESSO Nº 2054/97 - Pedido de prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, formulado pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, para conclusão de tomada de contas especial. - DECISÃO Nº 5115/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, ao tomar conhecimento do Of. nº 964/97-SSP/DF, decidiu: a) conceder a prorrogação de prazo, na forma solicitada; b) devolver os autos à 1ª Inspetoria de Controle Externo.

PROCESSO Nº 2606/97 - Pedido de prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, formulado pela Fundação Educacional do Distrito Federal, para remessa de processos de aposentadoria. - DECISÃO Nº 5116/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, ao tomar conhecimento do OI. nº 1005/97-DEx/FEDF, decidiu: a) conceder a prorrogação de prazo, na forma solicitada; b) devolver os autos à 4ª Inspetoria de Controle Externo.

PROCESSO Nº 2607/97 - Ofícios nºs 1009 a 1012/97-DEx, mediante os quais a Fundação Educacional do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, para remessa de processos de aposentadoria. - DECISÃO Nº 5117/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator,

ao tomar conhecimento dos Ofícios nºs 1009 a 1012/97-DEx/FEDF, decidiu: a) conceder a prorrogação de prazo, na forma solicitada; b) devolver os autos à 4ª Inspetoria de Controle Externo.

PROCESSO Nº 2712/97 - Ofícios nºs 1051, 1054 a 1057, 1059, 1060, 1072 e 1074/97, mediante os quais a Fundação Educacional do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, para remessa à Corte de processos de aposentadoria. - DECISÃO Nº 5118/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, ao tomar conhecimento dos documentos encaminhados pelo Diretor Executivo da Fundação Educacional do Distrito Federal, decidiu: a) conceder a prorrogação de prazo, na forma solicitada; b) devolver os autos à 4ª Inspetoria de Controle Externo.

PROCESSO Nº 2865/97 - Pedido de prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, formulado pela Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal, para remessa de tomada de contas especial. - DECISÃO Nº 5119/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, ao tomar conhecimento dos Ofícios nºs 1220 e 1280/96-AUD/PRES/NOVACAP e 902/97-GAB/SEFP, decidiu: a) conceder a prorrogação de prazo, na forma solicitada; b) devolver os autos à 3ª Inspetoria de Controle Externo.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO-SUBSTITUTO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS

PROCESSO Nº 1508/90 - Aposentadoria de JOÃO SOARES DE MIRANDA-SEA. - DECISÃO Nº 5120/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento dos documentos de fls. 33/45, 54/64 e 76/79, dando por cumpridas as diligências determinadas nas Sessões de 05 de novembro de 1992, de 27 de junho de 1995 e de 27 de fevereiro do corrente ano, fls. 31, 52 e 74, respectivamente; II - considerar legal a presente concessão, para fins de registro do ato de fls. 79; III - determinar à Secretaria de Administração do Distrito Federal que, posteriormente, confeccione novo mapa de quintos, em substituição ao de fls. 76, para nele consignar a data de aquisição das parcelas incorporadas do GRG, do 6º ao 11º ano de exercício, e das funções transportadas, para os proventos, para 07.09.77, 22.10.80, 22.10.81, 22.10.82; 22.10.83 e 05.01.90; IV - autorizar a inclusão dos autos em roteiro de futura auditoria programada, para que seja averiguado o atendimento da providência ordenada no item precedente.

PROCESSO Nº 0799/91 - Aposentadoria de LUIZ GONZAGA LIMA-SEA. - DECISÃO Nº 5121/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu determinar à Secretaria de Administração do Distrito Federal que, no prazo de 60 (sessenta) dias, adote as seguintes providências: I - esclareça a divergência verificada entre os documentos de fls. 15 e 16, no tocante ao nível de encargo atribuído ao servidor, no período de 1978 a 1989 (se Auxiliar ou Assistente); II - anexe aos autos, se for o caso, o ato de dispensa do encargo GRG-Auxiliar e o de nomeação para o encargo de GRG-Assistente, observando, neste mister, os reflexos dessas providências no mapa de quintos (fls. 80) e no abono provisório (fls. 82); III - junte ao processo o demonstrativo dos valores pagos a maior, decorrentes da proporcionalidade obtida com errônea contagem em dobro do tempo de serviço prestado pelo servidor ao CASEB/MEC, e, ato contínuo, providencie o ressarcimento ao Erário dos respectivos valores, cientificando a Corte das medidas tomadas; IV - confeccione novo Abono Provisório, em substituição ao de fls. 82, para que, a par de outras correções que se fizerem necessárias, suas parcelas venham expressas no padrão monetário (Cruzeiro) vigente à época da concessão desta aposentação (30.11.90); V - torne sem efeito os documentos porventura substituídos.

PROCESSO Nº 7552/93 - Aposentadoria de MAGALY CAMPOS PEREIRA-FEDF. - DECISÃO Nº 5122/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 2660/94 - Tomada de contas especial instaurada pela Secretaria de Administração do Distrito Federal para apurar responsabilidades por danos causados a veículo de sua propriedade, em decorrência de acidente de trânsito. - DECISÃO Nº 5123/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 3759/94 - Contendo o Ofício nº 192/97-PRESI, mediante o qual a Sociedade de Abastecimento de Brasília solicita prorrogação de prazo, por 30 (trinta) dias, para cumprimento de determinação da Corte. - DECISÃO Nº 5124/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento do expediente de fls. 35; II - relevar o atraso apontado pela instrução; III - conceder a prorrogação de prazo postulada, até 21.08.97, para o fiel cumprimento dos termos da Decisão nº 2362/97.

PROCESSO Nº 5851/94 (apenso o de nº 054.001.199/94) - Tomada de contas especial instaurada pela Polícia Militar do Distrito Federal para apurar responsabilidades por danos causados a veículo de sua carga patrimonial. - DECISÃO Nº 5125/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: a) tomar conhecimento dos documentos de fls. 34 a 75; b) julgar regulares as contas e considerar o Soldado LUIS QUINTINO LELIS quite, neste caso, com a Fazenda Pública do Distrito Federal; c) determinar o arquivamento dos autos.

PROCESSO Nº 6815/94 (apenso o de nº 053.000.049/95) - Tomada de contas especial instaurada pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal para apurar responsabilidades por danos causados a veículo de sua carga patrimonial, em decorrência de acidente de trânsito. - DECISÃO Nº 5126/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 1695/95 (apensos os de nºs 6287/94, 477/95 e 1165/95) - Relação trimestral de tomadas de contas especiais instauradas pelo Departamento de Trânsito do Distrito Federal, nos meses de dezembro/94, janeiro e fevereiro de 1995 (art. 156, parágrafo 4º, do RI/TCDF). - DECISÃO Nº 5127/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, determinou o arquivamento dos autos.

PROCESSO Nº 2338/95 (apenso o de nº 061.013.316/94) - Tomada de contas especial instaurada pela Fundação Hospitalar do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de materiais cirúrgicos, ocorrido no exercício de 1994, no Hospital Regional de Sobradinho. - DECISÃO Nº 5128/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: I - tomar conhecimento dos documentos de fls. 18/20, dando por cumprida a diligência ordenada; II - relevar o atraso verificado no cumprimento da decisão da Corte; III - autorizar o arquivamento dos autos e a devolução do processo apenso à origem.

PROCESSO Nº 2375/95 (apenso o de nº 082.000.916/95) - Tomada de contas especial instaurada pela Fundação Educacional do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens. - DECISÃO Nº 5129/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu, preliminarmente, enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 3784/95 - Ofício nº 996/97, mediante o qual a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, para conclusão da tomada de contas especial objeto do Processo nº 050.000.868/96. - DECISÃO Nº 5130/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento do expediente de fls. 44, que é cópia fiel do OF. 609/97, de 05 de maio último, que instruiu o anterior pedido de prorrogação (pelo mesmo prazo: 60 dias); b) considerar prorrogado até 21.09.97 o prazo para a remessa da TCE; c) recomendar à SSP que promova esforços no sentido de, no prazo concedido, concluir os trabalhos apuratórios da TCE em apreço.

PROCESSO Nº 0991/96 - Ofício nº 99/97, mediante o qual a Fundação do Serviço Social do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, para conclusão da tomada de contas especial de que trata o Processo nº 101.001509/95. - DECISÃO Nº 5131/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento do expediente de fls. 72 e concedeu a prorrogação de prazo, na forma solicitada.

PROCESSO Nº 3911/96 - Contendo o Ofício nº 146/97, mediante o qual a Fundação do Serviço Social do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo para conclusão de tomada de contas especial. - DECISÃO Nº 5132/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento do Ofício de fls. 25 e concedeu a prorrogação de prazo, na forma solicitada.

PROCESSO Nº 3915/96 - Contendo o Ofício nº 146/97, mediante o qual a Fundação do Serviço Social do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo, por mais 60 (sessenta) dias, para conclusão da tomada de contas especial objeto do Processo nº 101.001474/95. - DECISÃO Nº 5133/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento do Ofício de fls. 33 e concedeu a prorrogação de prazo, na forma solicitada.

PROCESSO Nº 5313/96 - Aposentadoria de DIRCE VIEIRA DOS REIS-FEDF. Aos autos juntou-se pedido de prorrogação de prazo, formulado pela Fundação Educacional do Distrito Federal. - DECISÃO Nº 5134/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I) tomar conhecimento do expediente de fls. 18; II) conceder a prorrogação de prazo, na forma solicitada.

PROCESSO Nº 5862/96 - Tomada de contas especial instaurada pela Secretaria de Turismo do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens. - DECISÃO Nº 5135/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu, preliminarmente, enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 0931/97 - Tomada de contas especial instaurada pela Sociedade de Abastecimento de Brasília para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens, ocorrido no MM - 12/Lago Sul (Processo nº 075.000.017/97). - DECISÃO Nº 5136/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento do Ofício nº 193/97-PRESI/SAB e concedeu a prorrogação de prazo, na forma solicitada.

PROCESSO Nº 1160/97 - Ofício nº 1735/96, mediante o qual o Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal presta à Corte informações em atendimento à Decisão nº 10.277/96, encaminhada àquela Autarquia por meio do Ofício-Circular nº 022/96. - DECISÃO Nº 5137/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: a) tomar conhecimento do expediente de fls. 7 e considerar cumprida a diligência ordenada; b) determinar ao DER/DF que ante expressa disposição da Lei nº 786/94, regulamentada pelo Decreto nº 16.423/95, cesse, imediatamente, fornecimento de qualquer tipo de alimentação preparada (jantar, almoço, desjejum e lanche - inclusive fornecimento de gêneros alimentícios que possam se assemelhar a qualquer uma dessas refeições) aos servidores contemplados com "tíquete-alimentação"; ou, apresente autorização superior, legalmente válida, para assim proceder; c) determinar à Secretaria de Transportes que, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 153 do Regimento Interno deste Tribunal, promova a instauração de Tomada de Contas Especial, para apurar responsabilidades pelos prejuízos decorrentes do fornecimento simultâneo de mais de um tipo de "Benefício-Alimentação".

PROCESSO Nº 1745/97 - Tomada de contas especial instaurada pela Fundação do Serviço Social do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo atraso no pagamento do aluguel do prédio situado na 515 Norte, Bloco "B", lote 02, gerando, referida falha, indevidas despesas financeiras para a FSSDF. - DECISÃO Nº 5138/97.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I) tomar conhecimento dos expedientes de fls. 1 e 6/7; II) conceder a prorrogação de prazo postulada, até 29.09.97, para conclusão da TCE nº 101.002811/89.

Encerrada a fase de julgamento de processos, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Procurador-Geral do Ministério Público junto a esta Corte, JORGE ULISSES JACOBY FERNANDES, que propôs, com o apoio dos demais membros do Plenário, o registro em ata de um voto de congratulações ao servidor JULIANO RICARDO DE VASCONCELLOS COSTA COUTO pela sua formatura no curso de Direito.

Nada mais havendo a tratar, às 11h05, o Senhor Presidente declarou encerrada a sessão. E, para constar, eu, ROBERTO PARENTONI MARTINS, Secretário das Sessões, lavrei a presente ata - contendo 49 processos- que, lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente, Conselheiros, Conselheiro-Substituto e representante do Ministério Público junto à Corte.

JORGE CAETANO, MARLI VINHADELI, RONALDO COSTA COUTO, MAURÍLIO SILVA, JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS, JORGE ULISSES JACOBY FERNANDES.

ANEXO

PROCESSO Nº 3399/92 (A)
ÓRGÃO DE ORIGEM: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO (415-3)
ASSUNTO: A) APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO
B) REVISÃO DE PROVENTOS
EMENTA: APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE SERVIÇO DE SANTA COUTINHO DE CARVALHO, NO CARGO DE AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO QUADRO DE PESSOAL DO DF, COM PROVENTOS INTEGRAIS E AS VANTAGENS DO ART. 184, ITEM II, DA LEI Nº 1711/52. UTILIZAÇÃO DO ARREDONDAMENTO PREVISTO NO ART. 101, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI Nº 8112/90, DECLARADO INCONSTITUCIONAL PELO STF (ADIn Nº 609-6, LIMINAR PUBLICADA EM 08.04.92). REVISÃO DE PROVENTOS PARA SUBSTITUIÇÃO DA VANTAGEM DO ART. 184, ITEM II, DA LEI Nº 1711/52 PELO BENEFÍCIO DO ITEM I DO MESMO DISPOSITIVO LEGAL CITADO.

VOTO DE VISTA

Relatados pelo ilustre Conselheiro-Substituto, Dr. José Roberto de Paiva Martins, na Sessão Ordinária nº 3265, realizada em 22.07.97, pedi vista destes autos para melhor inteirar-me da matéria neles apreciada.

O Voto proferido pelo digno relator é no sentido de ser considerada legal a aposentadoria em epígrafe, apesar do entendimento contrário da Inspetoria e do douto órgão Ministerial junto a esta Casa, tendo em vista que "...no dia 26 de março de 1992, quando a servidora requereu sua aposentadoria (conforme carimbo do protocolo em seu requerimento) o § único do art. 101, da Lei nº 8112/90, estava em pleno vigor, e a servidora contava 29 anos, 307 dias de efetivo exercício, ou seja, 30 anos para fins de aposentadoria".

Para corroborar seu posicionamento, cita Abreu de Oliveira que na sua monografia "Aposentadoria no Serviço Público" anuncia que a aposentadoria "rege-se pela lei em vigor ao tempo em que se integraram os elementos exigidos por lei para que o funcionário faça jus à sua concessão.", e vai mais além, concluindo, com base em decisões do TCU e do STF, que a "... Regra Jurídica, de aplicação insofismável, decorre ..., da doutrina segundo a qual a aposentadoria se rege pela lei vigente à data da consolidação do direito (comprovação de invalidez; cumprimento de tempo de serviço) ou quando surge o fato *certus* quando da idade-limite".

Destarte, o ilustre relator, também faz menção à Súmula 359 do STF que reafirma a situação acima esposada.

Com relação à revisão de proventos, à primeira vista, o relator a tem por procedente, mas não se manifesta conclusivamente, uma vez que, tanto a Inspetoria quanto o Ministério Público não se pronunciaram sobre o mérito da sua concessão. Consequentemente, opina pelo retorno do presente feito à 4ª ICE a fim de que esta reinstrua o processo no tocante à revisão de proventos.

O ponto capital da aposentadoria em análise é a aceitação do uso do disposto no art. 101, § único, da Lei nº 8112/90 na data em que a interessada requereu a sua inativação, com proventos integrais (26.03.92), uma vez que, naquele momento, já reunia os pré-requisitos temporais exigidos na legislação então vigente, reconhecendo assim, o direito adquirido da inativa.
A meu ver, tal entendimento prospera, com apoio na Decisão nº 11.099/96 (Processo nº 2629/92) onde este Plenário, na S.O. de 12.12.96, por maioria de votos, entendeu ter a ADIn 609-6 efeitos *ex nunc*.

A doutrina ensina que a instituição do direito adquirido ainda padece de conceituação clara e precisa. Contudo, conhecendo de decisões outras, provenientes de Tribunais Judiciários bem como desta Colenda Corte, a corrente doutrinária existente atualmente, faculta a alguém requerer, a qualquer tempo, o recebimento de todo benefício, desde que tenha se incorporado ao patrimônio do interessado na vigência da lei que lhe deu origem.

Nesse sentido, também ministra o professor Vicente Ráo:

"Não há confundir-se, porém, o tempo do nascimento da faculdade com o de seu exercício: a faculdade nasce com a norma, mas pode ser exercida a qualquer momento, enquanto persistir a eficácia obrigatória da norma que a criou e com a qual nasceu. E mesmo após a cessação da vigência da norma, mesmo após a sua revogação, os poderes por ela incorporados ao patrimônio do titular do direito subjetivo, definitivamente continuam a lhe pertencer, como direitos adquiridos". (In O Direito e a Vida dos Direitos - Vol. I - Tomo II - pág. 159).

No âmbito desta Casa, as decisões revelam a tendência do reconhecimento do direito adquirido. Senão vejamos:

. **Processo nº 3069/96**: Representação nº 01/96, do Auditor Osvaldo Rodrigues de Souza sobre a proposta de reexame da orientação da Corte (Decisão nº 5778/94), consubstanciada no Processo nº 5019/92 (Auditoria Programada na área de concessões realizada na FEDF), tendo em vista decisão exarada pelo STF, relacionada com a função de magistério. O relator do feito, Cons. Frederico Bastos, na S.O. de 27.08.96, decidiu resguardar as situações constituídas até 11.07.96, data da Decisão nº 6085/96 que suspendeu *ad cautelam* a orientação indicada no Processo nº 5019/92 (Decisão 7638/96). Posteriormente, a FEDF entrou com pedido de reexame da Decisão nº 7638/96 para incluir no conceito de função de magistério o exercício dos cargos comissionados de diretor e vice-diretor das escolas oficiais. Juntaram-se também aos autos embargos de declaração interpostos por servidores daquela jurisdicionada em que solicitam a definição da expressão "situações constituídas até 11.07.96" exarada na Decisão nº 7638/96. Apreciando os requerimentos interpostos nos autos, na S.O. de 29.04.97, dentre outras medidas, o Tribunal decidiu na alínea "d" da Decisão nº 2566/97 "(...) preservar o direito adquirido de todos os professores que, até 11.07.96, tenham alcançado o tempo mínimo para a aposentadoria especial de magistério (30 anos, se professor, e 25 anos, se professora) sob a orientação firmada no Processo nº 5019/93 independentemente: d.1) da data de protocolização do requerimento; d.2) da data de publicação do ato de inativação;".

. **Processo nº 1098/93** - Pedido de reexame da aposentadoria voluntária, com proventos integrais e as vantagens do art. 184, item II, da Lei nº 1711/52, de Josias Firmino de Sousa, considerada ilegal na S.O. de 21.09.95 (Decisão nº 11.347/95), por ter sido a publicação do ato (07.05.92) posterior à publicação da liminar na ADIn nº 609-6 em que o STF suspendeu a eficácia do § único do art. 101, da Lei nº 8112/90. (08.04.92). Nesse caso, o inativo detinha tempo suficiente para aposentar-se com proventos integrais, valendo-se do arredondamento, 2 ou 3 meses antes da publicação do ato de aposentadoria, portanto, anteriormente à suspensão do dispositivo legal citado. Na S.O. de 10.06.97, acatando o voto do relator, Cons. José Eduardo Barbosa, o Plenário decidiu, por unanimidade, dar provimento ao pedido de reexame reconhecendo o seu direito adquirido à vantagem do art. 184, item II, da Lei nº 1711/52.

Embora ciente que o assunto aqui em discussão gera controvérsias na doutrina, existindo a corrente *ex tunc* e a *ex nunc* quando se trata do efeito da declaração de inconstitucionalidade exarada pela Suprema Corte, encontro-me entre os que defendem os efeitos *ex nunc* da declaração de inconstitucionalidade, sem desmerecer e desrespeitar os argumentos doutrinários em contrário. Permito-me tal posicionamento por entender que os efeitos do dispositivo legal considerado inconstitucional cessam de viger a partir desse momento, mas os já adquiridos ou praticados até então são protegidos em nome da segurança jurídica, principalmente quando se trata de direito subjetivo. Conforme sustenta Jorge Reinaldo Vanossi, citado pelo mestre José Afonso da Silva: "A segurança jurídica consiste no conjunto de condições que tornam possível às pessoas o conhecimento antecipado e reflexivo das conseqüências diretas de seus atos e de seus fatos à luz da liberdade reconhecida." (Curso de Direito Constitucional Positivo - 5ª edição - página 373).

Isso posto e em prol da uniformidade e coerência das decisões deste Tribunal, peço vênia ao douto órgão Ministerial e à Inspetoria para, na íntegra, acompanhar o voto do insigne relator.

Brasília, em 07 de agosto de 1997.
CONS. MAURÍLIO SILVA

Processo nº: 3.399/92 (B)
Órgão de Origem: Secretaria de Administração (415-3)
Assunto: Aposentadoria por Tempo de Serviço (1510-8)
Ementa: Aposentadoria voluntária, com proventos integrais, concedida a SANTA COUTINHO DE CARVALHO, no cargo de Auxiliar de Administração Pública, Classe Única, Padrão VI, a partir de 20.04.92, com fundamento no art. 40, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal.

RELATÓRIO

A concessão de aposentadoria de que trata este processo vige a contar de 20.04.92, data de sua publicação, tendo sido utilizado no cômputo do tempo de serviço, para se atingir os 30 (trinta) anos de serviço, o arredondamento previsto no parágrafo único do art. 101, da Lei nº 8.112/90.

2. Como o citado dispositivo legal teve sua eficácia suspensa pelo Egrégio Supremo Tribunal Federal em data anterior 08.04.92, dita concessão, segundo entende a instrução padece de ilegalidade, o mesmo se dando com a alteração efetivada em decorrência da aplicação da Lei nº 427/93 (substituição das vantagens do art. 184, II, da Lei nº 1.711/52 pelas vantagens do art. 192, I, da Lei nº 8.112/90, conf. ato de fls. 22).

3. O Ministério Público concorda com a instrução aditando a necessidade de providências tendentes à reposição da quantia paga à servidora a título de vantagem do art. 184, inciso II, da Lei nº 1.711/52, in verbis:

"3. Para o cômputo do requisito temporal necessário à aposentadoria com provento integral, a servidora valeu-se do benefício do arredondamento de tempo de serviço previsto no art. 101, parágrafo único, da Lei nº 8.112/90. Esse dispositivo teve sua eficácia suspensa por medida cautelar deferida pelo E. Supremo Tribunal Federal nos autos da ADIn nº 609-6-DF, por juízo de inconstitucionalidade (DJU de 8.4.1992).

4. A aposentadoria deu-se em 20.4.1992 (ato de fl. 6), posterior e contrária, portanto, à decisão do Excelso Pretório, motivo por que se tornou ilegal. À inativa foi deferida a vantagem revista no artigo 184, inciso II, da Lei nº 1.711/52, tornando-se imperioso que a SEA/DF providencie a compensação, em folha de pagamento, dos valores indevidamente recebidos pela servidora, pois que a ninguém é lícito locupletar-se à custa de prejuízo alheio".

VOTO

4. Preliminarmente há que se destacar: A concessão inicial, sendo de 20 de abril de 1992, não poderia jamais invocar a Lei nº 1.711/52 posto que, por força da Lei nº 197 (local), de 04 de dezembro de 1991, desde 1º de janeiro de 1992 aplicam-se (no que couber) aos servidores da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal, "... as disposições da Lei Federal nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e legislação complementar, até a aprovação do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Distrito Federal pela Câmara Legislativa" (art. 5º).

5. No tocante à revisão de proventos: substituição da vantagem do art. 184, II da Lei nº 1.711/52 (provento aumentado de 20%, quando ocupante da última classe da respectiva carreira) pela vantagem do art. 192, I, da Lei nº 8.112/90 (remuneração do padrão da classe imediatamente superior àquela em que se encontrava posicionada a servidora), quer me parecer, à primeira vista, que andou bem a Secretaria de Administração em concedê-la, pois, quando **REQUERIDA** originalmente a aposentadoria, em 26 de março de 1992, o cargo de Auxiliar de Administração Pública era de Classe Única, só vindo a ser reestruturado (com inclusão de novas classes) pela Lei nº 427, de 07 de abril de 1993. Considerando o disposto no parágrafo 4º, do art. 40, da Constituição Federal, a inativa teria, pois, direito a tal benefício, se prosperar a legalidade (até aqui contestada) de sua aposentadoria inicial. De toda sorte, não consta dos autos pronunciamento de mérito sobre tal alteração, quer da instrução, quer do Ministério Público.

6. Antes porém, de adentrar o mérito das concessões (inicial e revisão) creio ser imperioso manifestar uma crítica severa, porém construtiva, no tocante ao fortalecimento dos "controles internos" da Administração. Refiro-me à informação de fls. 20, da Supervisão de Processos Administrativos. Diz a informação **in verbis**:

"Cumpre ressaltar que em que pese a servidora ter sido aposentada sob a égide da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, a mesma poderia ter seus proventos de aposentadoria revistos com base na Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990, tendo em vista que em **01 de janeiro de 1993** (sic), passou a ser aplicada aos servidores do Distrito Federal a supracitada Lei nº 8.112/90, por força da Lei nº 197, de **04 de dezembro de 1990** (sic-g.n.) (fls. 20)".

7. Ora, a Lei nº 197 é de 04 de dezembro de 1991 (DODF de 05.12.91) e, segundo seu art. 5º, a Lei nº 8.112/90 "e legislação complementar" passou a ser expressamente aplicada aos servidores locais a partir de 1º de janeiro de 1991 (e não 1º.01.93 conforme textualmente se informa). Erros como este podem trazer sérios transtornos ao exame de qualquer processo. Como atenuante, pode-se registrar que em termos de legislação de pessoal o Distrito Federal carece **urgentemente** senão de uma consolidação geral, de, pelo menos, uma reunificação crítica desse importante repositório jurídico-legal. Senão vejamos: desde 1º de janeiro de 1991, data em que entrou em vigor a Lei nº 8.112/90, os Policiais Civis do Distrito Federal a ela já se subordinam por força da **interpretação** de dispositivos constitucionais (art. 21, XIV, c/c o art. 32, parágrafo 4º).Os servidores civis das Fundações Públicas do Distrito Federal já haviam adquirido o **status** de funcionários públicos, com todos os direitos e deveres da Lei nº 1.711/52 (hoje Lei 8.112/90) desde a edição da Lei (local) nº 119, de 16 de agosto de 1990, e, como já visto, a Lei nº 197, de 04 de dezembro de 1991, no seu art. 5º, mandou aplicar, a partir de 1º de janeiro de 1992, "aos servidores da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal" ... "as disposições da Lei Federal nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e legislação complementar".

8. Além, de tudo isso, ainda temos os servidores dos QUADROS SUPLEMENTARES !!, ou seja, aqueles servidores que em 05 de outubro de 1988, por não terem sido admitidos por concurso público e por não contarem pelo menos cinco anos de exercício no cargo ou emprego, **deixaram de ser estabilizados pelo art. 19, do ADCT**. No entanto, mesmo estes, após uma série de Leis: 87, de 29.12.89; 94, de 23.04.90; 100, de 30.05.90, entre outras, são hoje regidos pela Lei nº 8.112/90, conforme expressamente dispõe a Lei nº 327, de 06 de outubro de 1992. Neste emaranhado de normas, só com redobrado cuidado não se labora em equívoco quando do exame de concessões de aposentadorias, reformas e pensões. Diga-se de passagem, a concessão de aposentadoria e o deferimento de pensões a dependentes de "servidores" integrantes desses QUADROS SUPLEMENTARES já está gerando questionamentos no Plenário deste Tribunal, onde as decisões têm sido, sempre, por maioria (cf. Proc. 3848/94, 7455/93, entre outros).

9. Quanto ao mérito, **data venia** da instrução e do douto Ministério Público, não vejo ilegalidade no arredondamento (exatos 29 (vinte e nove) dias que permitiram à servidora alcançar os 30 (trinta) anos de serviço a que se refere o art. 40, inciso III, alínea a, da Constituição Federal. Passo a explicar: **no dia 26 de março de 1992, quando a servidora requereu sua aposentadoria** (conforme carimbo do protocolo aposto em seu requerimento) **o parágrafo único do art. 101, da Lei nº 8.112/90, estava em pleno vigor, e a servidora contava no mínimo 29 anos, 330 dias de efetivo exercício, ou seja, 30 anos para fins de aposentadoria**. Quando a administração concluiu o exame de seu requerimento, deferindo-o e mandando-o à publicação em 20 de abril de 1992, aí sim, realmente o parágrafo único do art. 101, da Lei nº 8.112/90 estava com sua eficácia suspensa em virtude de decisão liminar do Egrégio Supremo Tribunal Federal **publicada** no DJU de 08 de abril de 1992.

10. ABREU DE OLIVEIRA em sua imprescindível e sempre atual monografia "Aposentadoria no Serviço Público" (Freitas Bastos, 1970), leciona:

"Lê-se freqüentemente que a aposentadoria se rege pela lei do momento. Dita e repetida nesses termos, a assertiva vai ganhando foros de dogma. Parecia suficiente proclamá-lo, como estereotipada matriz a que se deveria conformar, **in genere**, toda a diversificação. Quem se der ao trabalho de compulsar os repertórios de jurisprudência e os estudos mais autorizados, verificará, entretanto, que a solução da **quaestio** não se traduz numa fórmula simplista aplicável a todas as situações, indistintamente (pág. 294)".

11. Prossegue o renomado autor, profundo conhecedor da matéria, que "as diversas soluções poderiam ser enunciadas, de um modo geral, como segue:

a) a aposentadoria rege-se pela lei vigente na **data da publicação** do ato; ou

b) na própria **data do ato**;

c) é aplicável a lei da **data** em que a aposentadoria seja **requerida;**

d) rege-se pela lei vigente ao tempo da nomeação;

e) rege-se pela lei em vigor ao tempo em que se integraram os elementos exigidos por lei para que o funcionário faça jus à sua concessão. "(os destaques são do próprio original).

12. Com toda sua argúcia discorre da página 293 à página 306, sobre a doutrina e a jurisprudência do TCU e do STF que embasaram cada uma dessas teorias concluindo que a "... Regra Jurídica de aplicação insofismável decorre ,..., da doutrina segundo a qual a aposentadoria se rege pela lei vigente à data da consolidação do direito (comprovação da invalidez; cumprimento do tempo de serviço) ou quando surge o fato **certus** quando da idade-limite" (parágrafo 5ª, página 297).

13. Na concessão em exame, o direito ao arredondamento do tempo de serviço (exatos 29 dias, segundo a CTS de fls. 10), considerando a data do requerimento: 26.03.92 e a data da r. Decisão do STF: 08.04.92, encontra amparo em brilhante VOTO do ilustre Ministro VICTOR NUNES LEAL, do STF, já em 1963 (ROMS nº 10870, DJ de 08.08.63, pág. 638, citado por A. OLIVEIRA à pág. 298) **in verbis:**

" ... quando o interessado requer a aposentadoria no regime da lei anterior e o decreto só vem a ser expedido na vigência da lei nova, **os efeitos da aposentadoria são os da época do requerimento**, desde que reunidos, ao tempo, os requisitos necessários". (g.n.).

14. Tal entendimento evoluiu para a Súmula 359...

"Súmula 359 RESSALVADA A REVISÃO PREVISTA EM LEI, OS PROVENTOS DA INATIVIDADE REGULAM-SE PELA LEI VIGENTE AO TEMPO EM QUE O MILITAR, OU O SERVIDOR CIVIL, REUNIU OS REQUISITOS NECESSÁRIOS, INCLUSIVE A APRESENTAÇÃO DO REQUERIMENTO QUANDO A INATIVIDADE FOI VOLUNTÁRIA".

15. A parte final desta Súmula, como se sabe, foi excluída a partir de "inclusive a apresentação ... voluntária", pois, conforme comentário do ilustre Professor ROBERTO ROSAS, que já pontificou no Ministério Público desta Corte, ... "assim entendeu o STF, porque a afirmação do direito à aposentadoria, conduz ao direito adquirido. Se já houve a aquisição desse direito, não pode estar condicionado a outra exigência "("Direito Sumular", 6ª edição, pág. 150)".

Com estes esclarecimentos, longos mais necessários a um justo julgamento, VOTO por que o Tribunal:

a) considere legal par fins de registro a concessão inicial de aposentadoria a SANTA COUTINHO DE CARVALHO (fls.6) e o respectivo abono provisório (fls.14);

b) retorne os autos à 4ª ICE para que o reinstrua com relação à **revisão** de proventos de fls. 22 e novo abono provisório de fls. 23, posto que sobre este não falaram no mérito nem a instrução nem o douto Ministério Público.

Sala das Sessões, 22 de julho de 1997.

JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS
Conselheiro-Substituto
Relator

BRASÍLIA



ONDE TODOS PODEM LER

BRASÍLIA DIZ SIM À ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Um Governo Democrático e Popular se faz com a participação de todos. Por isso, o Governo do Distrito Federal, através da Secretaria de Educação e, em parceria com a sociedade civil organizada, está lançando o programa BRASÍLIA ONDE TODOS PODEM LER. Uma iniciativa para acabar com o analfabetismo entre jovens e adultos no DF. Para que isto aconteça estamos buscando a parceria com toda a comunidade: estudantes, empresários, funcionários públicos, ONGs, políticos, religiosos, clubes de serviços. Enfim, todo voluntário que quiser participar.

SE VOCÊ PARTICIPAR, TODO MUNDO ASSINA EMBAIXO

Maiores Informações na Divisão Regional de Ensino mais próxima da sua casa

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL

GOVERNO DEMOCRÁTICO E POPULAR
O povo em 1º lugar

SEÇÃO II

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETOS DE 14 DE AGOSTO DE 1997

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA

NOMEAR OLAVO JOSÉ DA SILVA, para o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-03, de Secretário Administrativo, da Divisão Regional de Serviços Públicos;

NOMEAR ANTONIA MARIA DA CONCEIÇÃO, Auxiliar de Administração Pública, matrícula nº 31.329-7, para o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-02, de Encarregado do Serviço de Fiscalização de Zona Rural, da Divisão Regional de Fiscalização de Obras e Posturas,

DA SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS, DA SECRETARIA DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA

NOMEAR TED LUIZ DOS SANTOS, para o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-02, de Encarregado do Serviço de Fiscalização de Obras, da Divisão Regional de Fiscalização de Obras e Posturas;

NOMEAR VICENTE PINTO DE LIMA, Matrícula nº 61.756-3/NOVACAP, para o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-02, de Encarregado do Serviço de Fiscalização de Posturas, da Divisão Regional de Fiscalização de Obras e Posturas;

NOMEAR RAIMUNDA CLAUDETE PEREIRA LIMA, Auxiliar de Administração Pública, Matrícula nº 38.597-2, para o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-02, de Encarregado da Divisão Regional de Cultura;

EXONERAR RENATO SANTANA DA SILVA, Auxiliar de Administração Pública, Matrícula nº 43.719-0, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-02, de Encarregado da Seção de Obras e Reparos, da Divisão Regional de Obras;

NOMEAR RENATO SANTANA DA SILVA, Auxiliar de Administração Pública, Matrícula nº 43.719-0, para o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-03, de Secretário Administrativo do Gabinete;

NOMEAR FRANCISCO ELISEU VIDAL, Matrícula nº 36.061-9, para o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-03, de Secretário Administrativo do Gabinete;

NOMEAR JOSÉ NESTOR DOS SANTOS, para o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-02, de Encarregado da Seção de Obras e Reparos, da Divisão Regional de Obras;

EXONERAR FRANCISCO ELISEU VIDAL, Matrícula nº 36.061-9, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-10, de Chefe do Serviço de Topografia, da Divisão Regional de Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos;

EXONERAR CÉLIO ANTONIO CARVALHO, Engenheiro Agrimensor, Matrícula nº 48.512-8, do Cargo em Comissão, Símbolo DFA-08, de Assistente, da Divisão Regional de Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos;

NOMEAR CÉLIO ANTONIO CARVALHO, Engenheiro Agrimensor, Matrícula nº 48.512-8, para o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-10 de Chefe do Serviço de Topografia, da Divisão Regional de Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos;

EXONERAR, por ter sido nomeado para outro cargo, JOÃO EUSTÁQUIO CORREIA, Inspetor de Obras, Matrícula nº 18.771-2, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-10, de Chefe do Serviço de Fiscalização de Zona Rural, da Divisão Regional de Fiscalização de Obras e Posturas, a partir de 06 de agosto de 1997;

EXONERAR ANTONIO MARIA DA SILVA FREITAS VALLE, Matrícula nº 19.849-3, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-08, de Chefe da Seção de Material e Patrimônio, da Divisão de Administração Geral;

NOMEAR PAULO DE ALBUQUERQUE DE GIGUIRI FILHO, para o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-08, de Assistente, da Divisão Regional de Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos;

DA SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS, DA SECRETARIA DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgância do Distrito Federal, resolve:

Tornar sem efeito o Ato de Nomeação de **FRANCISCO DE ASSIS BEZERRA**, publicado no DODF nº 117, de 23/06/97, pág. 4457, para o cargo em comissão de Encarregado de Apoio Administrativo, símbolo DFG-03, da Administração do Estádio de Futebol Mané Garrincha, do Departamento de Educação Física Esportes e Recreação - DEFER, da Secretaria de Cultura e Esporte do Distrito Federal, por não ter tomado posse dentro do prazo legal.

Nomear **DAMIÃO ALVES DO NASCIMENTO** para exercer o cargo em comissão de Encarregado de Apoio Administrativo, símbolo DFG-03, da Administração do Estádio de Futebol Mané Garrincha, do Departamento de Educação Física, Esportes e Recreação - DEFER, da Secretaria de Cultura e Esporte do Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO

EXONERAR, a pedido, ALCEMIR DE SOUZA PESSOA, matrícula nº 47.962-4, do Cargo em Comissão, Símbolo DFA-03, de Secretário Administrativo, da Divisão Regional de Desporto, Lazer e Turismo;

NOMEAR ALEXANDRE ALBERTO SOUTO DE ARAÚJO, para o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-03, de Secretário Administrativo, da Divisão Regional de Desporto, Lazer e Turismo,

DA SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS, DA SECRETARIA DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgância do Distrito Federal, resolve:

TORNAR SEM EFEITO o Decreto publicado no DODF nº 142, de 28 de julho de 1997, que nomeou ACHILLES DE SANTANA, para exercer o cargo em comissão de Gerente de Material e Serviços Gerais, símbolo DFG-11, do Departamento de Administração Geral, do Instituto de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal.
EXONERAR, por estar sendo nomeada para outro cargo, MARIA SALETE ATAIDE BRAGA, matrícula nº 85.201-5, do Cargo em Comissão de Gerente de Recursos Humanos, símbolo DFG-11, do Departamento de Administração Geral, do Instituto de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal.
EXONERAR, por estar sendo nomeada para outro cargo, GRACIANA GARCIA LOBO, matrícula nº 85.209-0, do Cargo em Comissão de Assistente , símbolo DFA-09, da Presidência do Instituto de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal.
EXONERAR, por estar sendo nomeada para outro cargo, NEILA CRISTINA OLIVEIRA GUEDES, matrícula nº 85.108-6, do Cargo em Comissão de Secretário Administrativo I, símbolo DFA-04, do Departamento de Administração Geral, da Presidência do Instituto de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal.
NOMEAR, MARIA SALETE ATAIDE BRAGA, matrícula nº 85.201-5, para exercer o Cargo em Comissão de Gerente de Material e Serviços Gerais, símbolo DFG-11, do Departamento de Administração Geral, do Instituto de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal.
NOMEAR, GRACIANA GARCIA LOBO, matrícula nº 85.209-0, para exercer o Cargo em Comissão de Gerente de Recursos Humanos, símbolo DFG-11, do Departamento de Administração Geral, do Instituto de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal.
NOMEAR, NEILA CRISTINA OLIVEIRA GUEDES, matrícula nº 85.108-6, para exercer o Cargo em Comissão de Assistente, símbolo DFA-09, da Presidência do Instituto de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgância do Distrito Federal, resolve:

Tornar sem efeito no Decreto de 08 de agosto de 1997, publicado no DODF nº 152, de 11 de agosto de 1997, pág. 6064, a nomeação de **CÉLIA LEITE DE MELO**, Professora requisitada da Fundação Educacional do Distrito Federal, para exercer o cargo em comissão de Gerente de Projetos, símbolo DFG-11, da Coordenadoria do Programa de Bibliotecas, da Secretaria de Cultura e Esporte do Distrito Federal, por motivo de desistência da interessada em assumir o cargo.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XXVII da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

Exonerar, a pedido, ADRIANO SOUSA BORGES, do Cargo em Comissão, Símbolo DFA-05, de Assistente da Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, da Secretaria de Governo do Distrito Federal, a partir de 1º/08/97.

Exonerar, por estar sendo nomeada para exercer outro Cargo MARIA JÚLIA DE CARVALHO, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-02, de Encarregada de Atendimento e Orientação da Divisão de Informação e Divulgação da Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, da Secretaria de Governo do Distrito Federal.

Nomear MARIA JÚLIA DE CARVALHO, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-05, de Assistente da Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, da Secretaria de Governo do Distrito Federal.

Nomear CINARA MOREIRA DA SILVA, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-02, de Encarregada de Atendimento e Orientação da Divisão de Informação e Divulgação da Subsecretaria de Defesa do Consumidor - PROCON/DF, da Secretaria de Governo do Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, e tendo em vista o disposto no artigo 7º do Regimento da Junta Administrativa de Recursos de Infrações do Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto n.º 17.942, de 26 de dezembro de 1996, resolve:
Dispensar, JERÔNIMO DA ROCHA CLERIAZI da função de Membro Efetivo da Junta Administrativa de Recursos de Infrações do Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos do Distrito Federal, na qualidade de representante dos usuários para a qual foi designado por Decreto de 07 de janeiro de 1997.
Dispensar GRACINHA PEREIRA COSTA da função de Membro Suplente da Junta Administrativa de Recursos de Infrações do Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos do Distrito Federal, na qualidade de representante dos usuários para a qual foi designado por Decreto de 07 de janeiro de 1997.
Designar SHIRLEON BARBOSA GUIMARÃES para exercer a função de Membro Efetivo da Junta Administrativa de Recursos de Infrações do Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos do Distrito Federal, na qualidade de representante dos usuários para a qual foi designado por Decreto de 07 de janeiro de 1997.
Designar JORGE LUÍS MONTANHA DOS SANTOS para exercer a função de Membro Suplente da Junta Administrativa de Recursos de Infrações do Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos do Distrito Federal, na qualidade de representante dos usuários para a qual foi designado por Decreto de 07 de janeiro de 1997.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO

NOMEAR RODRIGO MARCELO DO AMPARO SIMÕES, para o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-05, de Chefe da Seção de Bancas de Jornais e Revistas, da Divisão Regional de Serviços Públicos;

NOMEAR LUIZ CARLOS DA SILVA, para o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-03, de Secretário Administrativo, da Divisão Regional de Cultura,

DA SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS, DA SECRETARIA DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ

NOMEAR MARCUS BARRETO PIRES, Engenheiro Civil, para o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-10, de Chefe do Serviço de Exame e Aprovação de Projetos, da Divisão Regional de Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos,

DA SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS, DA SECRETARIA DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO SUL

NOMEAR CARLA AMARAL SASSON, para o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-02, de Encarregado da Divisão Regional de Obras e Serviços Públicos,

DA SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS, DA SECRETARIA DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:
Retificar o Decreto de 22.07.97, publicado no DODF nº 139, de 23.07..97, página 5614, da Secretaria do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia do Distrito Federal:
Onde se lê: **JUSCELINO FRANÇA LOBO.**
Leia-se: **JUSCELINO FRANÇA LÔPO.**

CRISTOVAM BUARQUE

DESPACHOS DO GOVERNADOR
Em 14 de agosto de 1997

PROCESSO N.º : 030.010.375/96 - **INTERESSADO**: Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília - TCB - **ASSUNTO:** Contratação de pessoal

Com fulcro no artigo 2º, do Decreto n.º 17.105, de 10 de janeiro de 1996, AUTORIZO a contratação de 88 (oitenta e oito) motoristas e 81 (oitenta e um) cobradores aprovados em concurso público, promovido pela Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília - TCB, em 1996, condicionando que as admissões sejam executadas em paralelo aos desligamentos previstos na Decisão nº 30/97, do Tribunal de Contas do Distrito Federal. Publique-se e encaminhe-se à Secretaria de Transportes para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 030.005.510/97 - **INTERESSADO**: Nélio Lacerda Wanderlei - **ASSUNTO:** Afastamento do Pais

1.Autorizo, nos termos do Decreto "N" 542, de 17 de novembro de 1966, combinado com o artigo 95, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, o Afastamento do País, com dispensa de ponto do servidor Nélio Lacerda Wanderlei, matrícula nº 25.238-7, Auditor Tributário, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para participar do Curso Master of Business Administration/MBA (Public Sector), no período de 15 de agosto de 1997 a 05 de outubro de 1998, a realizar-se na University of Strathclyde em Glasgow - Reino Unido, sem ônus para o Distrito Federal, à exceção do vencimento e demais vantagens fixas.
2.Publique-se e encaminhe-se à Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal, para os fins pertinentes.

PROCESSO N.º: 030.006.704/97, INTERESSADO: PEDRO CELSO, ASSUNTO : AFASTAMENTO DO PAÍS

1. AUTORIZO, nos termos do que preceitua o Decreto n.º 5.052, de 28 de dezembro de 1979, o afastamento do País, no período de 18 a 23 de agosto do ano em curso, do Secretário do Trabalho do Distrito Federal, PEDRO CELSO, a fim de participar do *Encontro sobre Economia Informal*, a realizar-se na cidade de Lima, Peru, sem ônus para o Distrito Federal, à exceção de seus vencimentos e demais vantagens fixas.
2. Publique-se e encaminhe-se à Secretaria do Trabalho do Distrito Federal, para as providências complementares.

CRISTOVAM BUARQUE

SECRETARIA DE GOVERNO

PORTARIA DE 14 DE AGOSTO DE 1997

O SECRETÁRIO DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII do art. 39 do Decreto nº 15.063, de 24 de setembro de 1993, resolve:

Prorrogar por 30 (trinta) dias o prazo estabelecido para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância constituída pela Portaria de 17 de julho de 1997, publicada no DODF nº 136, de 18 de julho de 1997, incumbida de apurar os fatos constantes no Processo nº 030.001.513/97.

SWEDENBERGER BARBOSA

ASSINATURA SEMESTRAL

Retirada no Anexo do Palácio do Buriti	Remessa via Correios
R$ 87,12	R$ 223,08

Anexo do Palácio do Buriti
telefones: (061) 225-7803
316-4137 e 213-6312

DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

ORDEM DE SERVIÇO DE 14 DE AGOSTO DE 1997

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS DA SECRETARIA DE GOVERNO, no uso das atribuições regimentais e considerando o disposto na Portaria n.º 017 - SEG, de 22 de novembro de 1995, resolve:

I - Designar os servidores abaixo relacionados como executores dos contratos que menciona, a contar da data de assinatura até 31/12/97, cabendo-lhes supervisionar, fiscalizar, acompanhar a execução e atestar as faturas, de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal:

MAJ. QOPM FERNANDO DE OLIVEIRA PAREDES, matrícula n.º 00.427-8 (PMDF) para Substituir TEN. ROMILDO ALVES DA SILVA, matrícula n.º 0737-4 (PMDF) Contratada: H2O EMPRESA DE SERVIÇOS GERAIS LTDA. Processo n.º 030-010.581/96. Objeto: Manutenção, conservação e limpeza de piscina na Residência Oficial de Águas Claras. Contratada: MAQFRIGOR REFRIGERAÇÃO E MÁQUINAS LTDA. Processo n.º 030-009.837/96. Objeto: Serviço de reparo e manutenção em equipamento do tipo doméstico da Residência Oficial de Águas Claras. contratada: MINASGÁS DISTRIBUIDORA DE GÁS COMBUSTÍVEL S.A. Processo n.º 030-009.836/96. Objeto: Aquisição de gás liquefeito de petróleo para a Residência Oficial de Águas Claras. Contratas: BRITO E MENDES LTDA., PÉTASO DIST. DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA., COMERCIAL ATACADISTA UNIÃO LTDA., SUPERMERCADO COELHO LTDA., MULTILIMP COM. E REPRESENTAÇÕES LTDA., PIRÂMIDE COM. DE DESCARTÁVEIS E LIMPEZA LTDA. e GRANDES MARCAS DISTRIBUIÇÕES E REPRESENTAÇÕES LTDA. Processo n.º 030-009.412/96. Objeto: Aquisição de material de higiene e limpeza e utensílios para copa e cozinha da Residência oficial de Águas Claras. Contratadas: BRITO E MENDES LTDA., BOMTEMPO COM. E REPRESENTAÇÕES LTDA., UNIÃO CEREALISTA E DIST. DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDAS., PEIXARIA MARANHÃO COMÉRCIO E REP. LTDA., INDUSTRIA E COMERCIO DE CAFÉ LOPES CARVALHO LTDA., CAN COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA. e SUPERMERCADO COELHO LTDA. Processo n.º 030-009.413/96. Objeto: Fornecimento de gênero alimentícios para a Residência Oficial de Águas Claras. Contratada: SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA S.A. - SAB. Processo: 030-003.006/97. Objeto: Aquisição de pães diversos e gêneros alimentícios para a Residência Oficial de Águas Claras. contratadas: FONSECA E CIA LTDA. e BRITO E MENDES LTDA. Processo: 030-003.006/97. Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para a Residência Oficial de Águas Claras. Contratada: MINÁGUA COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA. Processo n.º 030.003.006/97. Objeto: Aquisição de água mineral para a Residência Oficial de Águas Claras.

ROSEMARY MENDES DA SILVA, matrícula n.º 30 212-0 para Substituir VERÔNICA BAHIA MOURA, matrícula n.º 33.693-9. Contratada: VIDROLAR MOLDURAS LTDA. Processo n.º : 030-000.487/97. Objeto: Aquisição de molduras, serviço de emolduramento de fotos e quadros para a Secretaria de Governo e Gabinete do Governador. Contratada: HBL CARIMBOS E PLACAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. Processo n.º 030-009.830/96. Objeto: Aquisição de carimbos para a Secretaria de Governo. Contratada: A CAPITAL CARIMBOS COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA. Processo n.º 030.009.830/96. Objeto: Aquisição de placas em alumínio para a Secretaria de Governo.

VERÔNICA BAHIA MOURA, matrícula n.º 33.693-9 para Substituir IVONILDO BRAGA MAGALHÃES, matrícula n.º 43.829-4, no período de 04/08/97 a 03/09/97, contratada: EXITOURS - AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA. Processo n.º 030.000.939/97. Objeto: Fornecimento de passagens aéreas (regionais, nacionais e internacionais) e terrestres para a Secretaria de Governo. Contratada: PLAN-HOTEL OPERADORA DE TURISMO LTDA. Processo n.º 030-003.751/97. Objeto: Serviços de recepção e hospedagens para atender a Secretaria de Governo e Gabinete do Governador.

PAULO HENRIQUE DUTRA CARDOSO, matrícula n.º 44.648-3. Contratada: AIC INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO LTDA., Processo n.º 030-003.556/97. Assinatura mensal para acesso/pesquisa ao Banco de dados - Memória Jornalística de Brasília, constituindo de matérias jornalísticas sobre o Distrito Federal e Entorno desde janeiro de 1994.

TC. QOPM FRANCISCO EUDES DE SILVEIRA VARELA, matrícula n.º 48.866-6. Contratada: MINÁGUA COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA. Processo n.º 030-003.006/97. Objeto: Aquisição de água mineral para a Secretaria de Governo. Contratada: ELEVADORES ATLAS S.A. Processo n.º 030-001.809/97. Objeto: Manutenção preventiva e corretiva com reposição de peças originais nos elevadores do Palácio do Buriti.

LUIZ ANTONIO PEREIRA DE CARVALHO

SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRASÍLIA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 170, DE 13 DE AGOSTO DE 1997

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE BRASÍLIA-RA-I, no uso da competência que lhe é atribuída pelo inciso XLVI, do artigo 64, do Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 16.246, de 29 de dezembro de 1994, resolve:
CONCEDER, o Auxilio-Natalidade à servidora **WILMA LUCENA DE OLIVEIRA,** matrícula nº 23.863-5, Assistente da Divisão Regional de Serviços Públicos, símbolo DFG-05, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, no valor R$ 120,00 (cento e vinte reais), com base no § 2º do artigo 196, da Lei nº 8.112/90, conforme apresentação do requerimento e Certidão de Nascimento.
CONCEDER, à servidora **WILMA LUCENA DE OLIVEIRA,** matrícula nº 23.863-5, Assistente da Divisão Regional de Serviços Públicos, Símbolo DFG-05, o benefício Salário Família, com base no inciso I, Paragráfo Único, do artigo 197, da Lei nº 8.112/90, da dependente **LUCAS LUCENA SANTOS,** nascido em **09.07.97.**

ANTÔNIO CARLOS DE ANDRADE

ORDEM DE SERVIÇO Nº 171, DE 13 DE AGOSTO DE 1997

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE BRASÍLIA-RA-I, no uso da competência que lhe é atribuída pelo inciso XXV, do artigo 64, do Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 16.246, de 29 de dezembro de 1994, resolve:
CONCEDER, ao servidor **MARÇAL DE ASSIS BRASIL**, matrícula nº 44.457-X, Diretor da Divisão Regional de Licenciamento, Símbolo DFG-12, Indenização de Transpote, prevista no Decreto nº 13.447, de 17 de setembro de 1991, a partir da data da publicação deste ato. Para fazer jus ao pagamento da referida Indenização de Transporte, o servidor beneficiado deverá observar as normas estabelecidas no mencionado Decreto, bem como apresentar o relatório mensal dos serviços externos realizados. A Divisão de Administração Geral/DAG/RA-I, caberá cumprir e fazer cumprir as normas estabelecidas naquele dispositivo legal.

ANTÔNIO CARLOS DE ANDRADE

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 54, DE 13 DE AGOSTO DE 1997

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE BRAZLÂNDIA-RA-IV, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o artigo 53, inciso XLVI, do Decreto nº 16.247, de 29 de dezembro de 1994, e tendo em vista o que consta do processo nº 133.000.222/97, resolve:
1 -Designar o Diretor da Divisão Regional de Serviços Públicos como executor dos Contratos de Prestação de Serviços nºs 06, 07 e 08 / 97, nos Termos do Padrão nº 01/96.
2 - Caberá ao executor a observância do art. 13, inciso II e § 3º do inciso II do Decreto nº 16.098, de 29 de novembro de 1994, que aprova as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal.
3 - Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.
4 - Revogam-se as disposições em contrário.

JAMIL FRANCISCO DOS SANTOS

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CANDANGOLÂNDIA

ORDEM DE SERVIÇO DE 13 DE AGOSTO DE 1997

O Administrador Regional da Candangolândia, no uso de suas atribuições legais e de acordo com os Artigos 1º e 2º do Decreto nº 1.484, de 04 de outubro de 1991, resolve:
Designar os servidores, DALVINA OLIVEIRA ALMEIDA, Chefe da Seção de Serviços Gerais, mat. nº 44.651-3, CLEITON DAS CHAGAS FERNANDES, Encarregado do Serviço de Aprovação de Projetos, mat. nº 40.565-5, EMERSON KUPLICH DE OLIVEIRA, Chefe da Seção de Pessoal, mat. nº 40.537-X e AMPHRISIO ROMEIRO FILHO, Auxiliar de Administração Pública, mat. 43.750-6, para sob a presidência do primeiro e secretariado pelo último comporem Comissão Especial de Licitação para no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar desta data, realizarem concorrência pública, de compras e serviços.
Revogam-se todas as disposições em contrário.

ABDEL RAUF HASSAN HUSNI KARAJAH

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA

ORDENS DE SERVIÇO DE 13 DE AGOSTO DE 1997

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE CEILÂNDIA, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso XXV, Artigo 53, do Regimento Aprovado pelo Decreto nº 16.247, de 29 de dezembro de 1994, resolve:
CONCEDER Indenização de Transporte ao servidor JUAN CARLOS DEL CARPIO / NATCHEFF, matr. 41.492-1, Diretor da Divisão Regional de Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos, conforme processo 138.000.862/97.
Cabe ao Diretor da Divisão de Administração Geral, a observância das normas estabelecidas no citado Decreto.

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE CEILÂNDIA, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso XXXIII, Artigo 53, do Regimento Aprovado pelo Decreto / nº 16.247, de 29 de dezembro de 1994, resolve:
DESIGNAR os servidores desta Administração Regional de Ceilândia, para comporem a Comissão Especial de Licitação para Execução de Obras nesta RA.IX, tendo a seguinte composição: PRESIDENTE- JUAN CARLOS DEL CARPIO / NATCHEFF, matr. 41.492-1; VICE-PRESIDENTE- LUIZ FERNANDO ALVES MACHADO / matr. 48.700-7; MEMBROS- CLAUDÊMIO COSTA SILVA, matr. 30.934-6; LUCICLEIDE REGINA VIEIRA DA SILVA, matr. 30.657-6.

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE CEILÂNDIA, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso XXV, Artigo 53, do Regimento Aprovado pelo Decreto nº 16.247, de 29.12.94, resolve:
CONCEDER Adicional de Décimos, previsto no Artigo 1º, da Lei 1.004, de 11.01.96, regulamentada pelo Decreto nº 17.182, conforme discriminação / abaixo:

IDENTIFICAÇÃO	RESUMO DE CONCESSÃO	
	FRAÇÃO	VIGÊNCIA
NOME: JACOB FREIRE NETO MATRÍCULA: 37.749-X PROCESSO:138.000793/97	1/10 DFG-03	25.04.97
NOME: LECI FERREIRA DE ALMEIDA MATRÍCULA: 26.948-4 PROCESSO:138.001626/94-B	1/10 DFG-02	01.08.97

JOSE EUDES OLIVEIRA COSTA

DESPACHOS DA CHEFE DE PESSOAL
Nos termos do Artigo 208 da Lei 8.112/90, Parágrafo Único, concede Licença Paternidade, ao servidor abaixo:
NOME: JOSE GENEROSO FERREIRA
MATRÍCULA: 37.728-7
Concedo Licença Paternidade de 20.07.97 a 24.07.97, pelo nascimento do dependente MARCOS PAULO DE ARAUJO FERREIRA, filho nascido em 20.07.97, conforme documentação apresentada.

Nos termos do Artigo 196, §2º, da Lei 8.112/90, concede Auxilio Natalidade ao servidor abaixo:
NOME: JOSE GENEROSO FERREIRA
MATRÍCULA: 37.728-7
Concedo o benefício de Auxilio Natalidade, pelo dependente MARCOS PAULO DE ARAUJO FERREIRA, filho nascido em 20.07.97, conforme documentação apresentada.

Nos termos do Artigo 197, da Lei 8.112/90, concede Salário Família, ao servidor abaixo:
NOME: JOSE GENEROSO FERREIRA
MATRÍCULA: 37.728-7
Concedo o benefício de Salário Família, pelo dependente MARCOS PAULO DE ARAUJO FERREIRA, filho nascido em 20.07.97, conforme documentação apresentada.

ELIANA DE SOUZA DIAS

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO

ORDEM DE SERVIÇO DE 11 DE AGOSTO DE 1997 (*)

ADMINISTRADOR REGIONAL DO CRUZEIRO, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso XXXIII, do artigo 53, do Regimento Interno da Administração Regional do Cruzeiro, aprovado pelo Decreto nº16.247, de 29 de dezembro de 1994, resolve:
I - DESIGNAR os servidores **IOLANDA ILHA REYS**, matrícula 45.975-5, Diretora da Divisão Regional de Obras, **ADALÚCIA TIBURTINO DE OLIVEIRA**, matrícula nº 41.531-6, Diretora da Divisão de Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos, **PATRÍCIA MELASSO GARCIA HERNANDES**, matrícula nº 40.768-2, Diretora da Divisão Regional de Fiscalização de Obras e Posturas, para comporem a Comissão de Recebimento Definitivo das Obras constantes nos processos: 139.001.213/96, 139.001.119/96, 139.000.412/96, 139.001.273/96, 139.000.714/96, 139.000.496/96, 139.001.212/96, 139.000.803/96, 139.001.106/96, 139.001.132/96 e 139.001.253/96.
II - TORNAR sem efeito a Ordem de Serviço de 04 de março de 1997 publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, nº 045, página nº 1574 de 07/03/97.

HÉLIO LOPES DOS SANTOS

(*) Republicado por ter saído com incorreção, do original, no DODF nº 154, de 13.8.97, pág. 6128.

DESPACHO DA DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

Concedo os benefícios do Auxílio Natalidade e do Salário Família de acordo com os Artigos 196 e 197, da Lei 8.112 de 11 de dezembro de 1.990, ao servidor abaixo especificado:
SERVIDOR: LUIZ CLAÚDIO DOS SANTOS MARTINS
MATRÍCULA: 36.395-2
DEPENDENTE: MATHEUS DOS SANTOS MARTINS, filho nascido em 02.08.97, conforme certidão de nascimento apresentada.

Concedo Licença Paternidade, de acordo com o Artigo 208 da Lei 8.112 de 11 de dezembro de 1.990, ao servidor abaixo especificado:
SERVIDOR: LUIZ CLAÚDIO DOS SANTOS MARTINS
MATRÍCULA: 36.395-2
PERÍODO: 02.08.97 a 06.08.97

ANADETE GONÇALVES REIS

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA

DESPACHO DO ADMINISTRADOR

PROCESSO Nº : 131.000964/97
INTERESSADO : ROBERTO CARLOS DA SILVA e OUTROS
ASSUNTO : Reconhecimento de dívida
À vista das instruções contidas no presente processo e o disposto nos Artigos 80 e 81 do Decreto nº 16.098/94 e de acordo com o que se estabelece o item I do Artigo 38 combinado com o item II do Artigo 39 do citado Diploma Legal, reconheco a dívida, autorizo a realização da despesa e determino a Emissão da Nota de Empenho no valor de R$ 203,99 (duzentos e três reais e noventa e nove centavos), em favor de ROBERTO CARLOS DA SILVA E OUTROS.
Publique-se e encaminhe-se o presente processo à Divisão de Administração, para emissão da respectiva Nota de Empenho, à conta da Dotação do Elemento 31.90.92 - Despesas de Exercícios anteriores, do orçamento desta Administração Regional.

CÍCERO CÂNDIDO SOBRINHO

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO SUL

ORDEM DE SERVIÇO Nº 46, DE 13 DE AGOSTO DE 1997

O ADMINISTRADOR REGIONAL DO LAGO SUL/RA-XVI, no uso da competência que lhe é atribuída pelo ítem XXIV, do artigo 20 do Regimento aprovado pelo Decreto nº 16.244, de 28 de dezembro de 1994, resolve:

CONCEDER ao servidor abaixo relacionado, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, que opera na área externa de fiscalização desta Região Administrativa, Indenização de Transporte, prevista no Decreto supra mencionado. Ao servidor beneficiado caberá observar as normas estabelecidas no mencionado Decreto, bem como apresentar os relatórios mensais dos serviços externos realizados. A

Divisão de Administração Geral/DAG/RA-XVI, caberá apenas cumprir e fazer cumprir as normas estabelecidas naquele dispositivo legal, cabendo à chefia imediata atestar os relatórios mensais.

Matrícula	Nome	Cargo
42.560-5	Jamal Adan Mustafa Lino	Técnico de Administração Pública-SLU

PAULO CÉZAR TIMM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIAS DE 14 DE AGOSTO DE 1997

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo art. 3º do Decreto n.º 18.054, de 28 de fevereiro de 1997, que regulamenta a Lei n.º 1.370, de 6 de janeiro de 1997, resolve:
Autorizar a prorrogação de cessão da servidora MARIA DO SOCORRO GOMES DA SILVA, Auxiliar de Administração Pública, 11Z - Segunda Classe, Padrão IV, Especialidade I - Limpeza Urbana, matrícula n.º 83.106-9, do Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal para o Departamento de Educação Física, Esportes e Recreação, até 31/12/97, conforme Processo n.º 030.001.854/97.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo art. 3º do Decreto n.º 18.054, de 28 de fevereiro de 1997, que regulamenta a Lei n.º 1.370, de 6 de janeiro de 1997, resolve:
Autorizar a prorrogação da cessão do servidor JOSÉ DANILO DA SILVA, Auxiliar de Atividades Rodoviárias, 3ª classe, Padrão I, matrícula n.º 94.353-3, do DER, para a Secretaria de Comunicação Social , até 31/12/97, conforme Processo n.º 030.002.639/97.

TORQUATO FERNANDO LIMA
Interino

DESPACHOS

PROCESSO Nº: 030.005.301/97 INTERESSADO: ZILDA PEREIRA DA SILVA - ASSUNTO: Acumulação de Cargos. Senhor Secretário:
À vista dos elementos constantes do presente processo, a Comissão Permanente de Acumulação de Cargos instituída pela Portaria nº 23, de 07 de março de 1994, alterada pela Portaria nº 112/94, de 17/08/94, publicada no DODF nº 61 de 18/08/94, declara haver cessado a acumulação ILÍCITA em que incorreu a servidora em decorrência de sua exoneração, a pedido, conforme Portaria de 03.07.97, publicada no DOU nº 126 de 04.07.97, a partir de 26.06.97, do Quadro de pessoal do Ministério Público Federal.
À superior consideração de Vossa Excelência.

Brasília, 14 de agosto de 1997.

EDVALDO MENDES CHAGAS
Presidente

De acordo. Publique-se, cientifique-se as partes e arquive-se.

TORQUATO FERNANDO LIMA
Secretário de Administração
Interino

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

ORDEM DE SERVIÇO DE 13 DE AGOSTO DE 1997

O Chefe da Divisão de Administração Geral, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto no artigo 12 do Decreto nº 17.182, de 06.03.96, resolve:

Conceder o adicional de DÉCIMOS, previsto no Art. 1º da Lei nº 1.004, de 11/01/96, regulamentada pelo Decreto nº 17.182, de 06/03/96, com alteração da fórmula de cálculo pela 1.141/96 de 11.07.96 aos servidores abaixo relacionados:

Identificação do Servidor	Décimos	
	Fração	Vigência
Nome: CLÁUDIO LUIS SOUZA BORGES **Matrícula:** 32.148-6 **Processo nº:** 030.008.850/94	1/10 da GE-01 - Lei 1.00-/96	07.02.97
Nome: PAULO ROBERTO R. DE SOUZA **Matrícula:** 40.753-4 **Processo nº:** 030.005.909/97	1/10 da Rep.do DF-02 - Lei 1.141/96	13.12.96
Nome: JOZÉLIA PRAÇA DE MEDEIROS **Matrícula:** 42.945-7 **Processo nº:** 030.005.903/97	1/10 da Rep. do DF-03 - Lei 1.141/96	09.04.97
Nome: ERLI TOLEDO DA SIILVA **Matrícula:** 43.029-3 **Processo nº:** 030.006.509/97	1/10 da Rem. do DF-03 - Lei 1.004/96 1/10 da Rep do DF-03 - Lei 1.141/96	16.03.96 16.03.97
Nome: ADENIZIA LOPES DE SOUZA **Matrícula:** 43.098-6 **Processo nº:** 030.005.893/97	1/10 da Rep. do DF-03 - Lei 1.141/96	04.07.97
Nome: EDINA DAS GRAÇAS CAIXETA LIMA **Matrícula:** 43.116-8 **Processo nº:** 030.006.457/97	1/10 da Rep. do DF-11 - Lei 1.141/96	28.02.97
Nome: JOSÉ ANTÔNIO ALVES DE SOUZA **Matrícula:** 43.852-9 **Processo nº:** 030.005.571/97	1/10 da Rep. do DF-02 - Lei 1.141/96	02.05.97

GERALDO LOURENÇO DE ALMEIDA

SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

PORTARIA Nº 490, DE 14 DE AGOSTO DE 1997

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Decreto nº 7.299, de 15 de dezembro de 1982, resolve:

I - Delegar competência ao Chefe de Gabinete da Secretaria de Fazenda e Planejamento para apreciar e dar andamento no trâmite dos processos das Tomadas e Prestações de Contas, inclusive das Tomadas de Contas Especiais, auditadas e certificadas pela Subsecretaria de Auditoria desta Secretaria.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

MÁRIO TINOCO DA SILVA

PORTARIA Nº 491, DE 14 DE AGOSTO DE 1997

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o que consta do processo nº 040.010.378/97, resolve:

Art. 1º Fica criada a Comissão Especial de Licitação, com o objetivo de contratar serviços técnicos de informática para a Secretaria de Fazenda e Planejamento.

Parágrafo único. A Comissão de que trata este artigo será composta pelos seguintes membros:

FERNANDO CABRAL VIANA FILHO, matrícula nº 42.081-6, Presidente; MÁRIO GERALDO ABREU DE MACEDO, matrícula nº 46.150-4; JOSÉ WALDEMAR POMPÔLO, matrícula nº 39.320-7; MARCELO ALVES PEREIRA, matrícula nº 42.914-7; e SÉRGIO AUGUSTO PARÁ BITTENCOURT NETO, matrícula nº 46.183-0.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

MÁRIO TINOCO DA SILVA

PORTARIA Nº 492, DE 14 DE AGOSTO DE 1997

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o que consta do processo nº 030.003.114/97, resolve:

Art. 1º Fica criada a Comissão Especial de Licitação, com o objetivo de adquirir equipamentos de informática para a Secretaria de Fazenda e Planejamento.

Parágrafo único. A Comissão de que trata este artigo será composta pelos seguintes membros:

FERNANDO CABRAL VIANA FILHO, matrícula nº 42.081-6, Presidente; MÁRIO GERALDO ABREU DE MACEDO, matrícula nº 46.150-4; JOSÉ WALDEMAR POMPÔLO, matrícula nº 39.320-7; VAGNER GONÇALVES BENCK DE JESUS, matrícula nº 74.097-7; SÉRGIO AUGUSTO PARÁ BITTENCOURT NETO, matrícula nº 46.183-0; e MARCELO ALVES PEREIRA, matrícula nº 42.914-7.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

MÁRIO TINOCO DA SILVA

DESPACHOS DO SECRETÁRIO

PROCESSO Nº: 040.011.219/97
INTERESSADO: DELMA DE JESUS NOBREGA FRANÇA E OUTROS
ASSUNTO: EXERCÍCIO ANTERIOR

A vista das instruções contidas no presente processo e o disposto nos artigos 80 e 81 do Decreto nº 16.098/94, de acordo com o estabelecido no item I, do Art. 38, combinado com o item II e IV, do Art. 39, do citado diploma legal, reconheço a divida, autorizo a realização da despesa no valor de R$ 70.834,21 (Setenta mil oitocentos e trinta e quatro reais e vinte e um centavos), e determino a emissão de Nota de Empenho, Nota de Lançamento e Programação de Desembolso, em favor de **DELMA DE JESUS NOBREGA FRANÇA e OUTROS**, referente a 3ª Parcela da conversão de 1/3 de Férias em Abono Pecuniário relativo aos meses de Janeiro e Fevereiro/96.
Publique-se e encaminhe-se o processo ao DAG, para emissão da respectiva Nota de Empenho, Nota de Lançamento e Programação de Desembolso, a conta da dotação do elemento 319092 - Exercício Anterior da Atividade 2010.0001 - Administração de Pessoal desta Secretaria de Fazenda e Planejamento.

PROCESSO Nº: 040.011.256/97
INTERESSADO: ADÃO NUNES DA SILVA E OUTRO
ASSUNTO: EXERCÍCIO ANTERIOR

A vista das instruções contidas no presente processo e o disposto nos artigos 80 e 81 do Decreto nº 16.098/94, de acordo com o estabelecido no item I, do Art. 38, combinado com o item II e IV, do Art. 39, do citado diploma legal, reconheço a divida, autorizo a realização da despesa no valor de R$ 2.069,78 (Dois mil sessenta e nove reais e setenta e oito centavos), e determino a emissão de Nota de Empenho, Nota de Lançamento e Programação de Desembolso, em favor de **ADÃO NUNES DA SILVA e OUTRO**, referente a 3ª Parcela da conversão de 1/3 de Férias em Abono Pecuniário relativo aos meses de Janeiro e Fevereiro/96.
Publique-se e encaminhe-se o processo ao DAG, para emissão da respectiva Nota de Empenho, Nota de Lançamento e Programação de Desembolso, a conta da dotação do elemento 319092 - Exercício Anterior da Atividade 2355.0001 - Pagamento de Pessoal Inativo desta Secretaria de Fazenda e Planejamento.

MÁRIO TINOCO DA SILVA

DIVISÃO DE PESSOAL

ORDEM DE SERVIÇO DE 2 DE JANEIRO DE 1997(*)

O Chefe da Divisão de Pessoal, no uso de suas atribuições regimentais e, tendo em vista o que consta no artigo 7º do Decreto nº 17.182, de 06.03.96, resolve:

Transformar para décimos a vantagem pessoal da servidora abaixo relacionada:

			Transformação das Parcelas		
Matrícula	Nome do Servidor	Lei nº 8.911/94	Vigência	Lei nº 1.004/96	Vigência
32.168-0	Fernanda Antonia de S. Bastos	3/5 RM do DF-05 1/5 RM do DF-04	05.03.95	6/10 RM do DF-05 2/10 RM do DF-04	01.02.96

EDSON CORREIA QUEIROZ

(*) Republicado por ter saído com incorreção do original, no DODF nº 2, de 3.1.97, pág. 32.

ORDEM DE SERVIÇO DE 5 DE AGOSTO DE 1997

O Chefe da Divisão de Pessoal, no uso de suas atribuições regimentais e, tendo em vista o que consta no artigo 7º do Decreto nº 17.182, de 06.03.96, resolve:

Transformar para décimos a vantagem pessoal do servidor abaixo relacionado:

			Transformação das Parcelas		
Matrícula	Nome do Servidor	Lei nº 8.911/94	Vigência	Lei nº 1.004/96	Vigência
32.331-4	Mário Celso S. Menezes	1/5 RM do DFA-05	07.12.94	2/10 RM do DFA-05	01.02.96

EDSON CORREIA QUEIROZ

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA

INSTRUÇÕES DE 31 DE JULHO DE 1997

O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais e tendo em vista o que dispõe o artigo 97, item III-b da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:
Conceder LICENÇA NOJO ao servidor JOSÉ ROBERTO MEGALE VALE, matrícula nº 78.926-7, função MG3Q, no período de 02/06/97 a 09/06/97.

O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais e tendo em vista o que dispõe o artigo 97, item III-b da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:
Conceder LICENÇA NOJO ao servidor ADELMO A DE SOUZA, matrícula nº 47.976-4, função vigia, no período de 11/07/97 a 18/07/97.

JACY BRAGA RODRIGUES

INSTRUÇÕES DE 14 DE AGOSTO DE 1997

O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, resolve:
1.Designar os servidores abaixo relacionados, para sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Vale-Transportes.
- MARIA AMÁLIA SANTOS ADJUTO, matrícula nº 27.422-4;
- LUCINARA SANTOS ADJUNTO, matrícula nº 44.841-9;
- MARIA DAS GRAÇAS AFONSO, matrícula nº 77.899-0.
2.Revogar a Instrução de 30.10.95 e demais disposições em contrário.

O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso III do Artigo 30, do Estatuto da Entidade, tendo em vista a Lei nº 197, de 04.12.91, considerando o Artigo 34, da Lei nº 8.112/90 e o constante do Processo nº 082.007673/97, resolve:
- Retificar a Instrução datada de 24 de junho de 1997, publicada no DODF nº 119, de 25 de junho de 1997, que exonerou, a pedido ROSANA COGUI AMBRÓSIO, Agente de Educação/Vigilância, matrícula nº 30.570-7, para considerá-la, exonerada, a pedido, a partir de 11 de junho de 1997.

O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso III do Artigo 30, do Estatuto da Entidade, tendo em vista a Lei nº 197, de 04.12.91, considerando o disposto no Inciso VIII, do Artigo 33, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e o constante do Processo nº 082.013835/96, resolve:
DECLARAR VAGO o cargo de Professor MG1V, ocupado por MARIA ALICE DE CAMPOS MARTINS, matrícula nº 43.487-6, do Quadro de Cargos de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, a contar de 19.08.97, em virtude de posse em outro cargo público inacumulável.

MARIA TAMEME SOARES
Respondendo

ATO DA DIRETORA

RELAÇÃO DOS SERVIDORES EXONERADOS, A PEDIDO, DO QUADRO DE PESSOAL DA FEDF, NOS TERMOS DO ARTIGO 34, DA LEI Nº 8.112/90:
- EMERSON LUIS HOEFLING, Cargo Efetivo: Especialista de Educação/ME3V, matrícula n.º 30.585-5, Processo n.º 082.006170/97, Data da Instrução: 14.08.97, a partir de 13.05.97.
- MURILO MAIA HERZ, Cargo Efetivo: Especialista de Assistência à Educação/Apoio Técnico Administrativo, matrícula n.º 28.526-9, Processo n.º 082.010709/97, Data da Instrução: 14.08.97, a partir de 25.07.97.
- SIMONE GIANOTTI, Cargo Efetivo: Professor MG2V, matrícula n.º 33.611-4, Processo n.º 082.011179/97, Data da Instrução: 14.08.97, a partir de 04.08.97.
- ALEXANDRE SOUZA CASTRO, Cargo Efetivo: Professor MG3V, matrícula n.º 30.537-5, Processo n.º 082.011110/97, Data da Instrução: 14.08.97, a partir de 01.08.97.
- JOSÉ MAURO FAGUNDES SILVEIRA, Cargo Efetivo: Professor MG3Q, matrícula n.º 78.128-2, Processo n.º 082.011042/97, Data da Instrução: 14.08.97, a partir de 05.08.97.
- GRACE KIOKO NISIGUCHI, Cargo Efetivo: Especialista de Assistência à Educação/Apoio Técnico Administrativo, matrícula nº 24.005-2, Processo nº 082.010372/97, Data da Instrução: 14.08.97, a partir de 18.07.97.
- ALDA CRISTINA XAVIER DA SILVA, Cargo Efetivo: Professor MG1Q, matrícula n.º 31.029-8, Processo nº 082.010900/97, Data da Instrução: 14.08.97, a partir de 01.08.97.
- JOSÉLIA LEMOS DE ARRUDA, Cargo Efetivo: Professor MG2Q-GT3, matrícula n.º 44.969-5, Processo nº 082.010877/97, Data da Instrução: 14.08.97, a partir de 02.05.97.

MARIA TAMEME SOARES
Respondendo

DESPACHOS DA DIRETORA

PROCESSO Nº:082.008560/97; INTERESSADA: ISABEL CRISTINA DE FREITAS FERNANDES.
Autorizo a Licença por Motivo de Afastamento do Cônjuge, à servidora IZABEL CRISTINA DE FREITAS FERNANDES, Professor MG3Q, matrícula nº 23.586-5, a partir de 18.08.97, nos termos do art.84 da Lei 8.112/90.

PROCESSO Nº: 082.010625/95; INTERESSADA: ONÉZIMA GONÇALVES DE BARROS.
Autorizo a REASSUNÇÃO DE EXERCÍCIO relativa à servidora ONÉZIMA GONÇALVES DE BARROS, Professor MG3V, matrícula nº 50.032-1, a partir de 15.07.97.

PROCESSO Nº: 082.002740/96; INTERESSADA: GERALDA CAIXETA.
Autorizo a REASSUNÇÃO DE EXERCÍCIO relativa à servidora GERALDA CAIXETA, Auxiliar de Educação/Conservação e Limpeza, matrícula nº 40.477-2, a partir de 04.08.97.

PROCESSO Nº: 082.020752/96; INTERESSADA: MÁRCIA HELENA LACERDA RIBEIRO TORRES.
Autorizo a Licença por Motivo de Afastamento do Cônjuge à servidora MÁRCIA HELENA LACERDA RIBEIRO TORRES, Professor MG3Q, matrícula nº 26.736-8, a partir de 25.08.97, nos termos do art. 84 da Lei 8.112/90.

PROCESSO Nº: 082.011034/97; INTERESSADA: ELENICE DIVINA FREITAS DOS SANTOS GONÇALVES.
Autorizo a Licença para Acompanhar Cônjuge à servidora ELENICE DIVINA FREITAS DOS SANTOS GONÇALVES, Especialista de Assistência à Educação/Apoio Técnico Administrativo, matrícula nº 29.927-8, a partir de 07.08.97, nos termos do art. 84 da Lei nº 8.112/90.

PROCESSO Nº: 082.007102/97; INTERESSADA: EDNA MARIA MENDES MARTINS.
Autorizo a REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO para acompanhamento de dependente deficiente, à servidora EDNA MARIA MENDES MARTINS, Professor MG3Q, matrícula nº 66.608-4, nos termos do art. 3º do Decreto nº 14.970 de 27.08.93.

MARIA TAMEME SOARES
Respondendo

DIVISÃO DE PESSOAL

ORDENS DE SERVIÇO DE 13 DE AGOSTO DE 1997

A DIRETORA DA DIVISÃO DE PESSOAL DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução nº 551, de 31 de janeiro de 1996, resolve:
1-Retificar a Ordem de Serviço de 11 de junho de 1996, publicada no DODF nº 114, de 14 de junho de 1996, página 4.856, que concedeu Licença-Prêmio por Assiduidade à MARIA APARECIDA DOS S. BERNINI, matrícula nº 72.274-X, lotado(a) DRE/PP-CRUZEIRO, conforme se segue:
Onde se lê: 1º quinquênio: 18.05.77 a 01.06.82
2º quinquênio: 02.06.82 a 04.06.87
3º quinquênio: 05.06.87 a 25.05.92
Leia-se: 1º quinquênio: 14.03.78 a 28.03.83
2º quinquênio: 29.03.83 a 31.03.88
3º quinquênio: 01.04.88 a 21.04.93
2-Retificar a Ordem de Serviço de 28 de junho de 1996, publicada no DODF nº 126, de 02 de julho de 1996, página 5.361, que concedeu Licença-Prêmio por Assiduidade à MARIA DAS DORES M. SILVA, matrícula nº 94.023-2, lotado(a) DRE/TAGUATINGA, conforme se segue:
Onde se lê: 4º quinquênio: 18.05.89 a 17.05.94
Leia-se: 4º quinquênio: 17.05.89 a 16.05.94
3-Retificar a Ordem de Serviço de 25 de setembro de 1996, publicada no DODF nº 189, de 27 de setembro de 1993, página 8.066, que concedeu Licença-Prêmio por Assiduidade à ANTÔNIO JOSÉ FERNANDES, matrícula nº 52.961-3, lotado(a) DRE/CEILÂNDIA, conforme se segue:
Onde se lê: 3º quinquênio: 08.06.91 a 07.07.96
Leia-se: 3º quinquênio: 10.06.91 a 09.07.96
4-Retificar a Ordem de Serviço de 29 de novembro de 1993, publicada no DODF nº 244, de 06 de dezembro de 1993, página 19, que concedeu Licença-Prêmio por Assiduidade à ANTÔNIO JOSÉ FERNANDES, matrícula nº 52.961-3, lotado(a) DRE/CEILÂNDIA, conforme se segue:
Onde se lê: 2º quinquênio: 08.06.86 a 07.06.91
Leia-se: 2º quinquênio: 08.06.86 a 09.06.91

5-Retificar a Ordem de Serviço de 02 de março de 1993, publicada no DODF nº 50, de 10 de março de 1993, página 02, que concedeu Licença-Prêmio por Assiduidade à JOSÉ CARDOSO SILVEIRA, matrícula nº 99.076-0, lotado(a) DRE/N. BANDEIRANTE, conforme se segue:
Onde se lê: 3º quinquênio: 08.03.87 a 07.03.92
Leia-se: 3º quinquênio: 08.03.87 a 26.03.92

A DIRETORA DA DIVISÃO DE PESSOAL DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução nº 551, de 31 de janeiro de 1996, e considerando o que consta na Resolução nº 4.377, de 16 de dezembro de 1993, resolve:
Conceder Licença-Prêmio por Assiduidade aos servidores abaixo relacionados, nos termos do Artigo 87 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinada com o Artigo 1º da Lei nº 221, de 27 de dezembro de 1991, condicionando o período de gozo aos critérios da Administração, deduzidos os meses porventura usufruídos:
Nome: AURILICE ALVES CALDEIRA , Matrícula: 98.427-2 ,
Exercício: DRE/PLANALTINA , Quinquênio(s): 1º 14.09.76 a 16.09.81; 2º 17.09.81 a 16.09.86.
Esta concessão anula a anterior, concedida nos termos da Lei nº 1.711/52, publicada no DODF nº 170, de 30.08.91, referente ao 1º decênio.
Nome: ELSO PEREIRA DE BRITTO , Matrícula: 99.311-5 ,
Exercício: PES.À DISP. DA S.E. , Quinquênio(s): 1º 15.03.77 a 24.03.82; 2º 25.03.82 a 24.03.87.
Esta concessão anula a anterior, concedida nos termos da Lei nº 1.711/52, publicada no DODF nº 181, de 27.09.91, referente ao 1º decênio.
Nome: SEVERINO BENVINDO DE MORAIS , Matrícula: 97.548-6 ,
Exercício: DRE/TAGUATINGA , Quinquênio(s): 1º 13.05.76 a 16.05.81; 2º 17.05.81 a 16.05.86.
Esta concessão anula a anterior, concedida nos termos da Lei nº 1.711/52, publicada no DODF nº 103, de 31.05.91, referente ao 1º decênio.
Nome: ANDRESA PEREIRA PIRANGI , Matrícula: 72.855-1,
Exercício: DRE/TAGUATINGA , Quinquênio(s): 1º 01.06.77 a 03.06.82; 2º 04.06.82 a 03.06.87.
Esta concessão anula a anterior concedida nos termos da Lei nº 1.711/52, publicada no DODF nº 77, de 24.04.91, referente ao 1º decênio.

MARIA TAMEME SOARES
Respondendo

DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS

ORDEM DE SERVIÇO DE 13 DE AGOSTO DE 1997.

O DIRETOR DA DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, com base nas atribuições regimentais e disposto na Instrução 432/93 e art. 13 do Decreto 16.098/94, resolve:
Designar o servidor HÉLIO MIGUEL DA SILVEIRA, mat. 52.938-9, Assistente de Educação/Condutor de Veículos Automotores, executor do Contrato nº 84/97 firmado entre a FEDF e a empresa SÓ VEÍCULOS PEÇAS SERVIÇOS MECANIZADOS LTDA., para fazer face a despesas com retífica de motor Volkswagen, com aplicação de peças.

RICARDO VILLELA ALVES

DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DE CEILÂNDIA

ORDEM DE SERVIÇO DE 1º DE JULHO DE 1997

O DIRETOR DA DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DE CEILÂNDIA, no uso das atribuições regimentais, com base nos artigos 121 e 129 da Lei 8.112, de 11.12.90, resolve:
1. Aplicar pena disciplinar de **advertência** ao servidor ANTÔNIO ALVES FERREIRA, matrícula nº 50.752-0, por ter o mesmo infringido os dispostos nos artigos 116, incisos I, II e X e 117, inciso I, ambos da Lei 8.112, de 11.12.90, estando, portanto, incurso nas sanções do artigo 127, inciso I do mesmo Diploma Legal.
2. Determinar que este ato entre em vigor a partir desta data.

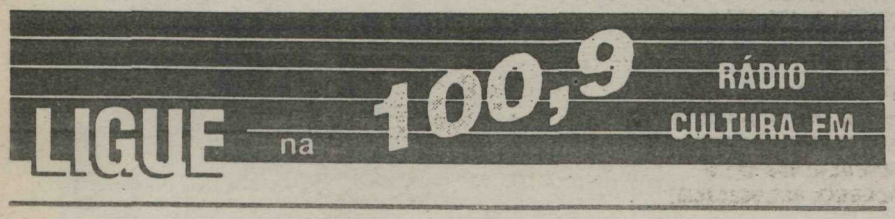
ORLANDO OLIVEIRA ALENCAR

DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA

ORDEM DE SERVIÇO DE 14 DE AGOSTO DE 1997

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução 555, de 04 de março de 1996, resolve:
DESIGNAR **MAGDA ADRIANA RIBEIRO DE ASSIS,** professora MG1Q-GT2, matrícula nº 64.925-2, para substituir a Diretora da Divisão Regional de Ensino de Sobradinho, DFG-11, no período de 16.07 a 29.08.97, por motivo de Licença para Tratamento de Saúde e férias da titular.

INÊS BETTONI



SECRETARIA DE SAÚDE

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

ORDENS DE SERVIÇO DE 12 DE AGOSTO DE 1997

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através do item II, da Instrução 13, de 01 de agosto de 1.995, resolve:
AUTORIZAR o pagamento de Adicional de Insalubridade, de acordo com o Laudo Pericial expedido pela Divisão de Higiene Medicina e Segurança do trabalho, nos termos da Portaria n.º 3.214, de 08 de junho de 1.978 e Leis nºs 8.112 de 11 de dezembro de 1.990 e 8.270 de 17 de dezembro de 1.991, aos servidores:
NOME: ISAAC DA SILVA PINA
MATRICULA: 123.922-8
LOTAÇÃO: DRM
PROCESSO: 061.006564/97
GRAU: MÉDIO
A PARTIR : 08 DE MAIO DE 1.997
NOME: MARIA LÚCIA DA SILVA
MATRICULA: 134.789-6
LOTAÇÃO : DRM
PROCESSO: 061.006576/97
GRAU: MÉDIO
A PARTIR: 08 DE MAIO DE 1.997
NOME: JAIRO RODRIGUES CORTES
MATRICULA: 116.833-9
PROCESSO: 061.006566/97
LOTAÇÃO : DRM
GRAU: MÉDIO
A PARTIR: 08 DE MAIO DE 1.997
NOME: INÊS DE CÁSSIA DUARTE XAVIER
MATRICULA: 123.286-1
PROCESSO: 061.006563/97
LOTAÇÃO :DRM
GRAU: MÉDIO
A PARTIR: 08 DE MAIO DE 1.997
NOME: IZABEL CRISTINA ARAÚJO VITALINO
MATRICULA: 133.934-6
PROCESSO: 061.006565/97
LOTAÇÃO : DRM
GRAU: MÉDIO
A PARTI: 08 DE MAIO DE 1.997
NOME: CATARINO DOS SANTOS
MATRICULA: 121.226-5
PROCESSO: 061.007567/96
LOTAÇÃO : DRM
GRAU: MÉDIO
A PARTIR: 08 DE MAIO DE 1.997
NOME: RODRIGUE SANCIO LORA
MATRICULA: 135536-8
PROCESSO: 061.006581/97
LOTAÇÃO : DRM
GRAU: MÉDIO
A PARTIR: 08 DE MAIO DE 1.997
NOME: CARLA CARLOS DOS SANTOS
MATRICULA: 135.647-0
PROCESSO: 061.006549/97
LOTAÇÃO : DRM
GRAU: MÉDIO
A PARTIR: 08 DE MAIO DE 1.997
NOME: SILMARA DE ALMEIDA GONÇALVES
MATRICULA: 132.227-3
PROCESSO:061.006583/97
LOTAÇÃO : DRM
GRAU: MÉDIO
A PARTIR: 08 DE MAIO DE 1.997

NOME: ANGÉLICA MEIRA MACHADO DE ANDRADE
MATRICULA: 123.386-6
PROCESSO: 061.006545/97
LOTAÇÃO : DRM
GRAU: MÉDIO
A PARTIR: 08 DE MAIO DE 1.997
NOME: ARTMIZIA LEAL LEITE NEAS
MATRICULA: 130.958-7
PROCESSO: 061.006548/97
LOTAÇÃO : DRM
GRAU: MÉDIO
A PARTIR: 08 DE MAIO DE 1.997
NOME: EUNICE DE JESUS LEITE SILVEIRA
MATRICULA: 134.760-8
PROCESSO : 061.006559/97
LOTAÇÃO : DRM
GRAU: MÉDIO
A PARTIR: 08 DE MAIO DE 1.997
NOME: EUNICE SANTOS CORDEIRO
MATRICULA: 134.831-1
PROCESSO: 061.006560/97
LOTAÇÃO : DRM
GRAU: MÉDIO
A PARTIR: 08 DE MAIO DE 1.997
NOME: MÔNICA FERRARI SILVA RIBEIRO
MATRICULA: 134.397-1

PROCESSO: 061.006577/97
LOTAÇÃO : DRM
GRAU: MÉDIO
A PARTIR:08 DE MAIO DE 1.997
NOME: CINTIA FERNANDES REIS
MATRICULA: 130.733-9
LOTAÇÃO: DRM
PROCESSO : 061.006552/97
GRAU: MÉDIO
A PARTIR: 08 DE MAIO DE 1.997
NOME: ADRIANA DOBAL CAMPIGLIA
MATRICULA: 122.214-7
PROCESSO: 061.006543/97
LOTAÇÃO : DRM
GRAU: MÉDIO
A PARTIR: 08 DE MAIO DE 1.997
NOME : COSME TELES DA SILVA
MATRÍCULA : 121.814-10
PROCESSO : 061.006554/97
LOTAÇÃO: DRM
GRAU : MÉDIO
A PARTIR : 08 DE MAIO DE 1.997
NOME : VANDERLAN DOS SANTOS LEITE
MATRÍCULA : 125.068-0
PROCESSO : 061.006585/97
LOTAÇÃO : DRM
GRAU : MÉDIO
A PARTIR : 08 DE MAIO DE 1.997
NOME: ANTONIO RICARDO NASCIMENTO
MATRÍCULA: 135.313-6
PROCESSO: 061.006546/97
LOTAÇÃO : DRM
GRAU : MÉDIO
A PARTIR : 08 DE MAIO DE 1.997
NOME: SERGIO RICARDO FERNANDES MARINHO
MATRÍCULA : 135.226-1
PROCESSO : 061.006582/97
LOTAÇÃO: DRM
GRAU : MÉDIO
A PARTIR : 08 DE MAIO DE 1.997

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas atraves do item II, da Instrução nº 13, de 01 de agosto de 1.995, resolve:
AUTORIZAR o pagamento de Adicional de Insalubridade , de acordo com o Laudo Pericial expedido pela Divisão de Higiene, Medicina e Segurança do Trabalho, nos termos da Portaria nº 3.214, de 08 de junho de 1.978 e Leis nºs 8.112 de 11 de dezembro de 1.990 e 8.270 de 17 de dezembro de I.991 aos servidores:
NOME: HELENA TOLEDO KAMINSKI FINK
MATRÍCULA : 128.791-5
PROCESSO: 061.006562/97
LOTAÇÃO: DRM
GRAU: MÉDIO
A PARTIR: 08 DE MAIO DE 1.997
NOME: NEUSA FRANCISCA ALVES CHAGAS
MATRÍCULA: 39.199-9
PROCESSO: 061.006578/97
LOTAÇÃO: DRM
GRAU: MEDIO
A PARTIR: 08 DE MAIO DE 1.997
NOME: MARIA CLEIDENI DE OLIVEIRA BARBOSA
MATRÍCULA: 118.486-5
PROCESSO: 061.006574/97
LOTAÇÃO: DRM
GRAU: MÉDIO
A PARTIR: 08 DE MAIO DE 1.997
NOME: REGINA RODRIGUES DE SOUZA
MATRÍCULA: 133.754-8
PROCESSO: 061.006580/97
LOTAÇÃO: DRM
GRAU: MÉDIO
A PARTIR: 08 DE MAIO DE 1.997
NOME: LUIZ AUGUSTO ALVES MOREIRA
MATRÍCULA: 130.847-5
PROCESSO: 061.006572/97
LOTAÇÃO: DRM
GRAU: MÉDIO
A PARTIR: 08 DE MAIO DE 1.997
NOME: MARCUS NUNES
MATRÍCULA: 126.438-9
PROCESSO: 061.006573/97
LOTAÇÃO: DRM
GRAU: MÉDIO
A PARTIR: 08 DE MAIO DE 1.997
NOME: JEFERSON MARCOS MACIEL GONÇALVES
MATRÍCULA: 134.762-4
PROCESSO: 061.006567/97
LOTAÇÃO: DRM
GRAU: MÉDIO
A PARTIR: 08 DE MAIO DE 1.997
NOME: TIAGO LUIS DOS SANTOS
MATRÍCULA: 129.027-4
PROCESSO: 061.006584/97
LOTAÇÃO: DRM
GRAU: MÉDIO
A PARTIR : 08 DE MAIO DE 1.997
NOME: EUDO ALMEIDA DE MELO
MATRÍCULA: 128.448-7
PROCESSO: 061.006558/97
LOTAÇÃO: DRM
GRAU: MÉDIO
A PARTIR: 08 DE MAIO DE 1.997
NOME: FRANCISCO DIOGIVAN FILHO
MATRÍCULA: 128.299-9
PROCESSO: 061.006561/97
LOTAÇÃO: DRM
GRAU: MÉDIO
A PARTIR: 08 DE MAIO DE 1.997
NOME: ALUISIO SILVA DA COSTA
MATRÍCULA: 133.139-6
PROCESSO: 061.006544/97
LOTAÇÃO: DRM
GRAU: MÉDIO
A PARTIR: 08 DE MAIO DE 1.997
NOME: EDILTON BORGES LUSTOSA
MATRÍCULA123.032-8
PROCESSO: 061.006557/97
LOTAÇÃO: DRM
GRAU: MÉDIO
A PARTIR: 08 DE MAIO DE 1.997
NOME: ANTONIO SOARES
MATRÍCULA: 122.221-0
PROCESSO: 061.006547/97
LOTAÇÃO: DRM
GRAU: MÉDIO
A PARTIR: 08 DE MAIO DE 1.997
NOME: JOSÉ PEREIRA DE SOUZA
MATRÍCULA: 112.510-9
PROCESSO: 061.006568/97
LOTAÇÃO: DRM
GRAU: MÉDIO
A PARTIR: 08 DE MAIO DE 1.997
NOME: RAIMUNDO GILBERTO LINS DE ALBUQUERQUE
MATRÍCULA : 112.500-1
PROCESSO: 061.006579/97
LOTAÇÃO : DRM
GRAU : MÉDIO
A PARTIR: 08 DE MAIO DE 1.997
NOME: MARIA LUCIA DA SILVA MENDES
MATRÍCULA: 130.534-4
PROCESSO: 061.006575/97
LOTAÇÃO: DRM
GRAU: MÉDIO
A PARITIR : 08 DE MAIO DE 1.997
NOME: DALVA MARIA DA SILVA FRANÇA
MATRÍCULA: 112.542-7
PROCESSO: 061.006555/97
LOTAÇÃO: DRM
GRAU: MÉDIO
A PARTIR: 08 DE MAIO DE 1.997
NOME: CLÁUDIO CARDOSO SANTANA
MATRÍCULA: 128.996-9
PROCESSO: 061.006553/97
LOTAÇÃO: DRM
GRAU: MÉDIO
A PARTIR: 08 DE MAIO DE 1.997
NOME: CARLOS ANTONIO DE ABREU SANTANA
MATRÍCULA: 130.530-1
PROCESSO: 061.006550/97
LOTAÇÃO: DRM
GRAU: MÉDIO
A PARTIR: 08 DE MAIO DE 1.997

LEADOR MACHADO

ORDENS DE SERVIÇO DE 14 DE AGOSTO DE 1997

O DIRETOR DO DEPARTAM,ENTO DE RECURSOS HUMANOS DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRTO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através do item II , da Instrução nº 13, de 01 de agosto de 1.995, resolve:
AUTORIZAR o pagamento de Adicional de Insalubridade, de acordo com o Laudo Pericial, expedido pela Divisão de Higiene Medicina e Segurança do Trabalho, nos termos da Portaria nº 3.214, de 08 de junho de 1.978 e Leis nºs 8.112 de 11 de dezembro de 1.990, e 8.270 de 17 de dezembro de I.991, aos servidores:
NOME : MARIA EDUARDA DE BARROS BRITO
MATRÍCULA: 123.488-9
PROCESSO: 061.006883/97
LOTAÇÃO: ETESB
GRAU: MÉDIO
A PARTIR: 25.08 A 08.10.97
NOME: EVILÁZIO PESSOA DE LIMA
MATRÍCULA: 132.437-3
PROCESSO: 061.006893/97
LOTAÇÃO: DT
GRAU: MÉDIO
A PARTIR : 08 DE AGOSTO DE 1.997
NOME: CLEUNICE FERREIRA DE OLIVEIRA
MATRÍCULA: 126.021-9
PROCESSO: 061.042436/97

LOTAÇÃO: HRC
GRAU: MÉDIO
A PARTIR: 07 DE AGOSTO DE 1.997
NOME:HILDA LONGHI
MATRÍCULA: 116.243-8
PROCESSO: 061.006813/97
LOTAÇÃO: CEDRHUS
GRAU: MÉDIO
A PARTIR: 05.06 A 18.06.97
NOME: JOSÉ ROBERTO DA CRUZ FERNANDES
MATRÍCULA: 121.916-2
PROCESSO: 061.006569/97
LOTAÇÃO: DRM
GRAU : MÉDIO
A PARTIR: 08 DE MAIO DE 1.997
NOME: DJALMA DE CARVALHO LUSTOSA GUEDES
MATRÍCULA: 133.703-3
PROCESSO: 061.006556/97
LOTAÇÃO: DRM
GRAU: MÉDIO
A PARTIR: 08 DE MAIO DE 1.997
NOME: LÍDIA DA SILVA COUTO
MATRÍCULA: 112.164-2
PROCESSO: 061.006570/97
LOTAÇÃO: DRM
GRAU: MÉDIO
A PARTIR: 05 DE MAIO DE 1.997
NOME: CÉLIO MARCIO FURTADO
MATRÍCULA: 134.782-9
PROCESSO: 061.006551/97
LOTAÇÃO: DRM
GRAU: MÉDIO
A PARTIR: 08 DE MAIO DE 1.997
NOME: LÍVIA RAMOS
MATRÍCULA: 131.021-6
PROCESSO: 061.00657/97
LOTAÇÃO: DRM
GRAU: MÉDIO
A PARTIR: 08 DE MAIO DE 1.997
NOME: MARIA DE FÁTIMA CASTRO
MATRÍCULA: 118.045-2
PROCESSO: 061.006691/97
LOTAÇÃO: ETESB
GARU: MÉDIO
A PARTIR: 22.08 A 17.10.97
NOME: TOMAS PEREIRA COSTA
MATRÍCULA: 111.169-8
PROCESSO: 061.042434/97
LOTAÇÃO: HRC
GRAU: MÉDIO
A PARTIR: 01 DE AGOSTO DE 1.997
NOME: DJALMIRA FERREIRA
MATRÍCULA: 124.774-3
PROCESSO: 061.033377/87
LOTAÇÃO: HRG
GRAU:MÉDIO
A PARTIR: 06 DE AGOSTO DE 1.997
NOME: GLAICE PEREIRA VIEIRA
MATRÍCULA: 119.637-5
PROCESSO: 061.006692/97
LOTAÇÃO: ETESB
GRAU: MÉDIO
A PARTIR: 22.08 A 17.10.97
NOME: ROSE NEIDE VILAS BOAS LEMOS
MATRÍCULA: 122.898-6
PROCESSO: 061.006589/97
LOTAÇÃO: DHMST
GRAU: MÉDIO
A PARTIR: 30 DE JULHO DE 1.997
NOME: TERESA DE SAMARINA A. POMPEU
MATRÍCULA: 132.730-5
PROCESSO: 061.006144/97
LOTAÇÃO: C.S.B. Nº 1.4.1.0/HRAN
A PARTIR: 30 DE JUNHO DE 1.997

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL,no uso das atribuições que lhe foram delegadas atraves do item II , da Instrução nº 13, de 01 de agosto de 1.996,resolve:
AUTORIZAR o pagamento de Gratificação de Raio X, de acrodo com o Laudo Pericial, expedido pela Divisão de Higiene Medicina e Segurança do Trabalho, nos termos da Lei 8.270 de 17 de dezembro de 1.991, art. 12, item II parágrafo 2º, aos servidores: MARGARIDA RIBEIRO GOMES SILVA, matrícula: 124.121-4 , processo nº 061.039439/97, lotação: HRAN , na base de 10% , a partir de 23 .07.97 e CALMON MARQUES DA SILVA, matrícula : 127.441-4 , processo nº 061.039453/97, lotação: HRAN , na base de 10% a partir de 31.07.97.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e considerando o disposto na Ordem de Serviço de 11 de agosto de 1995, resolve:

1 - Averbar o tempo de serviço prestado pelos servidores abaixo indicados, aos órgãos e entidades a seguir mencionados:

PROCESSO: 061.036127/97
NOME: LUIZ SEBASTIÃO DE OLIVEIRA, matrícula 117.137-2, Assistente Superior de Saúde - Médico, HRS.
1.500 dias, ou seja, 4 anos, 1 mês e 10 dias prestados à Fundação Educacional do Distrito Federal, no período de 24-5-77 a 7-7-81, contados para fins de adicional e aposentadoria.
PROCESSO: 061.036127/97
NOME: LUIZ SEBASTIÃO DE OLIVEIRA, matrícula 117.137-2, Assistente Superior de Saúde - Médico, HRS.
357 dias, ou seja, 11 meses e 27 dias prestados à Fundação das Pioneiras Sociais - DF, no período de 1-10-73 a 22-9-74, contados para fins de adicional e aposentadoria
PROCESSO: 061.036127/97
NOME: LUIZ SEBASTIÃO DE OLIVEIRA, matrícula 117.137-2, Assistente Superior de Saúde - Médico, HRS.
3.093 dias, ou seja, 8 anos, 5 meses e 23 dias, com base no Parecer nº 10 da CGR, conforme Certidão expedida pelo INSS, nos períodos de 18-2-65 a 26-7-66, 1-8-66 a 4-7-68, 10-7-68 a 10-12-68, 1-1-69 a 13-4-70, 14-4-70 a 20-4-71 e 1-10-74 a 17-2-77, contados somente para fins de aposentadoria.
PROCESSO: 061.022875/97
NOME: MARIA DE FÁTIMA CARDOSO, matrícula 132.576-1, Assistente Intermediário de Saúde - Auxiliar de Enfermagem, HBDF.
4.213 dias, ou seja, 11 anos, 6 meses e 18 dias, com base no Parecer nº 10 da CGR, conforme Certidão expedida pelo INSS, no período de 12-7-72 a 23-1-84, contados somente para fins de aposentadoria.
PROCESSO: 061.022875/97
NOME: MARIA DE FÁTIMA CARDOSO, matrícula 132.576-1, Assistente Intermediário de Saúde - Auxiliar de Enfermagem, HBDF.
3.298 dias, ou seja, 9 anos e 13 dias prestados à Secretaria da Saúde e Meio Ambiente - GO, no período de 24-1-84 a 2-2-93, contados somente para fins de aposentadoria.
PROCESSO: 061.033452/97
NOME: LINALDO LOPES DE SOUZA, matrícula 118.491-1, Assistente Intermediário de Saúde - Agente Administrativo, HRG.
5.014 dias, ou seja, 13 anos, 8 meses e 29 dias, com base no Parecer nº 10 da CGR, conforme Certidão expedida pelo INSS, nos períodos de 1-12-63 a 31-3-69, 1-1-70 a 31-3-70, 16-6-70 a 28-6-70, 30-7-70 a 9-8-70, 19-5-71 a 30-8-72, 1-2-73 a 2-10-73, 13-3-74 a 28-7-74, 1-1-80 a 30-6-80, 1-7-80 a 31-12-81, 1-3-76 a 30-3-76 e 1-5-76 a 30-12-79, contados somente para fins de aposentadoria.

PROCESSO: 061.027338/97
NOME: REGINETE DE LIMA, matrícula 126.292-1, NM - AOSD - Enfermagem, HMIB.
2.963 dias, ou seja, 8 anos, 1 mês e 13 dias, com base no Parecer nº 10 da CGR, conforme Certidão expedida pelo INSS, nos períodos de 1-12-76 a 6-2-78, 23-9-78 a 31-1-84, 19-4-84 a 26-6-84 e 1-8-84 a 17-12-85, contados somente para fins de aposentadoria.
PROCESSO: 061.027337/97
NOME: EVALDO LIMA DA COSTA, matrícula 129.606-0, Assistente Superior de Saúde - Médico , HMIB.
5.075 dias, ou seja, 13 anos e 11 meses, com base no Parecer nº 10 da CGR, conforme Certidão expedida pelo INSS, nos períodos de 16-2-76 a 1-1-77, 2-1-77 a 28-2-78, 1-3-78 a 19-1-83 e 20-1-83 a 7-1-90 contados somente para fins de aposentadoria.
PROCESSO: 061.033.395/97
NOME: MARILENE LIMA DA SILVA, matrícula 129.386-9, Assistente Intermediário de Saúde - Auxiliar de Enfermagem, HRG.
2.720 dias, ou seja, 7 anos, 5 meses e 15 dias, com base no Parecer nº 10 da CGR, conforme Certidão expedida pelo INSS, nos períodos de 1-10-78 a 2-12-78, 1-9-81 a 13-1-82, 14-1-82 a 17-6-86, 1-9-86 a 10-11-87, 11-5-88 a 7-12-88 e 9-3-89 a 22-11-89, contados somente para fins de aposentadoria.
PROCESSO: 061.039227/97
NOME: JAFE FERREIRA DE BRITO, matrícula 123.840-0, Assistente Intermediário de Saúde - Auxiliar de Enfermagem , HRAN.
3.752 dias, ou seja, 10 anos, 3 meses e 12 dias, com base no Parecer nº 10 da CGR, conforme Certidão expedida pelo INSS, nos períodos de 5-3-71 a 9-6-71, 1-5-74 a 18-2-77, 19-2-77 a 1-11-82 e 1-6-83 a 29-11-84, contados somente para fins de aposentadoria.
PROCESSO: 061.036236/96
NOME: DEUSDETET CARVALHO, matrícula 110.227-3, Assistente Intermediário de Saúde - Auxiliar de Enfermagem, HRS.
734 dias, ou seja, 2 anos e 4 dias, com base no Parecer nº 10 da CGR, conforme Certidão expedida pelo INSS, nos períodos de 5-8-61 a 31-10-62, 6-2-63 a 26-8-63, 18-9-63 a 23-10-63 e 24-10-63 a 5-12-63 contados somente para fins de aposentadoria.
PROCESSO: 061.022870/97
NOME: CARLENE RODRIGUES LEÃO, matrícula 118.243-9, Assistente Intermediário de Saúde - Agente Administrativo, HBDF.
1.465 dias, ou seja, 4 anos e 5 dias, com base no Parecer nº 10 da CGR, conforme Certidão expedida pelo INSS, no período de 3-11-77 a 6-11-81, contados somente para fins de aposentadoria.
PROCESSO: 061.022871/97
NOME: CONCEIÇÃO DE MARIA TEIXEIRA BURLAMAQUE, matrícula 108.253-1, Assistente Intermediário de Saúde - Agente Administrativo, HBDF.
235 dias, ou seja, 7 meses e 25 dias, com base no Parecer nº 10 da CGR, conforme Certidão expedida pelo INSS, no período de 24-9-73 a 16-5-74, contados somente para fins de aposentadoria.
PROCESSO: 061.039395/97
NOME: SELICE PEREIRA CIRINEU, matrícula 118.847-10, Assistente Intermediário de Saúde - Agente Administrativo, HRAN.
772 dias, ou seja, 2 anos, 1 mês e 12 dias, com base no Parecer nº 10 da CGR, conforme Certidão expedida pelo INSS, no período de 7-1-80 a 16-2-82, contados somente para fins de aposentadoria.

PROCESSO: 061.030299/97
NOME: MARIA ARLETE ARAÚJO ALMEIDA, matrícula 115.826-1, Assistente Intermediário de Saude - Agente de Saude, HRT.
2.568 dias, ou seja, 7 anos e 13 dias, com base no Parecer nº 10 da CGR, conforme Certidão expedida pelo INSS, no período de 15-3-63 a 25-3-70, contados somente para fins de aposentadoria.

LEADOR MACHADO

COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

ORDENS DE SERVIÇO DE 7 DE AGOSTO DE 1997

A Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Ordem de Serviço de 04 de agosto de 1.997, publicada no DODF de 07 de agosto de 1.997, resolve:

Designar na forma do artigo 149, Parágrafo Primeiro da Lei 8.112/90, as servidoras ALESSANDRA MORAES DE SOUZA, matrícula 134.840-0, lotada na Diretoria Executiva/FHDF e MARIA ÂNGELA CORDEIRO DA SILVA, matricula 39.853-5, lotada na Divisão de Administração Geral da Secretaria de Saúde, para exercerem as funções de secretária dos processos administrativos 061.000.124/97 e 061.005.663/97.

A Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Instrução/FHDF de 31 de julho de 1.997, publicada no DODF de 04 de agosto de 1.997, resolve:

Designar na forma do artigo 149, Parágrafo Primeiro da Lei 8.112/90, as servidoras ALESSANDRA MORAES DE SOUZA, matrícula 134.840-0, lotada na Diretoria Executiva/FHDF e MARIA ÂNGELA CORDEIRO DA SILVA, matricula 39.853-5, lotada na Divisão de Administração Geral da Secretaria de Saúde, para exercerem as funções de secretária do processo administrativo 061.039.041/97.

MARIA NADIR SAMPAIO

HOSPITAL REGIONAL DA CEILÂNDIA

ORDENS DE SERVIÇO DE 11 DE AGOSTO DE 1997

O DIRETOR DO HOSPITAL REGIONAL DE CEILÂNDIA, no uso de suas atribuições regimentais e considerando no item III, da Instrução nº 13, de 01 de agosto de 1995, resolve: Autorizar o afastamento dos seguintes servidores, abaixo relacionados já incluídos os dias previstos para trânsito nos termos da Instrução Nº 27, de 5 de setembro de 1980:
ALÉIA APARECIDA DE OLIVEIRA, Assistente Superior de Saúde, Médica - Ginecologista e Obstetra, Matrícula 127.041-9, para participar do II Congresso de Climatério do Brasil Central, a realizar-se em Brasília - DF, no período de 24.09.97 a 27.09.97;
MARIA SILVANA CARVALHO DE MOURA, Assistente Superior de Saúde, Assistente Social, Matrícula 132.597-3, para participar do Seminário Nacional de Serviço Social, a realizar-se no Rio de Janeiro - RJ, no período de 18.08.97 a 24.08.97;
SILVANA GONÇALVES LOPES CANÇADO, Assistente Superior de Saúde, Médica - Pediatra, Matrícula 135.595-3, para participar do XIV Congresso Brasileiro de Neurologia e Psiquiatria Infantil, a realizar-se em Belo Horizonte - MG, no período de 31.08.97 a 08.09.97;
FERNANDO GONÇALVES LYRIO, Assistente Superior de Saúde, Médico - Cirurgião Geral, Matrícula 136.317-4, para participar do 46º. Congresso Brasileiro de Colo-Proctologia, a realizar-se em Curitiba - PR, no período de 11.09.97 a 19.09.97;
JOSÉ CARLOS TEIXEIRA VIULA, Assistente Superior de Saúde, Médico - Cirurgião Geral, Matrícula 128.186-1, para participar do XXXII Congresso Brasileiro de Angiologia e Cirurgia Vascular, a realizar-se em Curitiba - PR, no período de 12.10.97 a 20.10.97;
VILSON CARDOSO SILVA, Assistente Superior de Saúde, Médico - Cirurgião Geral, Matrícula 123.164-2, para participar do XXII Congresso Brasileiro de Cirurgia, a realizar-se em Recife - PE, no período de 19.09.97 a 27.09.97;
VALÉRIA ARAÚJO DO NASCIMENTO SANTOS, Assistente Superior de Saúde, Médica - Citologista, Matrícula 128.703-6, para participar do XV Congresso de Citopatologia, a realizar-se em Natal - RN, no período de 21.11.97 a 29.11.97;
FRANCISCO EDSON ROCHA, Assistente Superior de Saúde, Médico - Cirurgião Geral, Matrícula 131.678-8, para participar do XXII Congresso Brasileiro de Cirurgia, a realizar-se em Recife - PE, no período de 19.09.97 a 27.09.97;
CLEMES ALVES DE MESQUITA, Assistente Superior de Saúde, Médica - Ginecologista e Obstetra, Matrícula 135.610-1, para participar do II Congresso de Climatério do Brasil Central, a realizar-se em Brasília - DF, no período de 24.09.97 a 27.09.97.

O DIRETOR DO HOSPITAL REGIONAL DE CEILÂNDIA, no uso de suas atribuições regimentais e considerando o disposto no item III, da Instrução Nº 13 de 01 de agosto de 1995, resolve: autorizar aos servidores abaixo discriminados, a ausentar-se do serviço, nos termos do artigo 97, inciso III, alínea "b", da Lei 8112/90.
MARIA DE JESUS REIS ALVES, Assistente Intermediário de Saúde, Auxiliar de Enfermagem, Matrícula 116.660-3, no período de 19.07.97 a 26.07.97, por motivo de falecimento de sua mãe Elvira Reis Alves;
DENISE SILVA DO NASCIMENTO, Assistente Superior de Saúde, Assistente Social, Matrícula 132.484-5, no período de 04.07.97 a 11.07.97, por motivo de falecimento de sua mãe Maria da Soledade Silva;
ROSEANE PEREIRA DE DEUS, Assistente Superior de Saúde, Médica - Dermatologista, Matrícula 130.388-1, no período de 28.06.97 a 05.07.97, por motivo de falecimento de seu pai Raimundo Leite Pereira;
MARIA DAS GRAÇAS REIS ALVES DE OLIVEIRA, AOSD - Enfermagem, Matrícula 124.927-4, no período de 19.07.97 a 26.07.97, por motivo de falecimento de sua mãe, Elvira Reis Alves.

O DIRETOR DO HOSPITAL REGIONAL DE CEILÂNDIA, resolve: conceder Licença Prêmio por assiduidade, nos termos do artigo 87, da Lei 8112/90 cominada com a Lei 221, de 27.12.91 aos seguintes servidores:

JACIRA RODRIGUES BARROS	Matrícula:	118.639-6			
Processo: 061.042560/92	Quinquênio:	3º -	30.03.92	a	29.03.97;
OSMAR GOMES DE SOUSA	Matrícula:	127.089-3			
Processo: 061.042771/92	Quinquênio:	2º -	29.11.91	a	28.11.96;
LUIZ ALBERTO DIAS RAMAGEM	Matrícula:	131.985-0			
Processo: 061.042427/97	Quinquênio:	1º -	16.07.92	a	15.07.97
LUIZ CARLOS DA SILVA	Matrícula:	127.122-9			
Processo: 061.042365/92	Quinquênio:	2º -	31.01.92	a	30.01.97
EMERY SILVA DE MELO TIVERON BORGES	Matrícula:	131.949-3			
Processo: 061.042426/97	Quinquênio:	1º -	17.07.92	a	16.07.97

O DIRETOR DO HOSPITAL REGIONAL DE CEILÂNDIA, no uso de suas atribuições regimentais e considerando o disposto no item III, da Instrução Nº 13 de 01 de agosto de 1995, resolve: autorizar a servidora abaixo discriminada, a ausentar-se do serviço por motivo de casamento, nos termos do artigo 97, inciso III, alínea "a", da Lei 8112/90.
LEILA MARIA SALES SOUSA, AOSD - Enfermagem, Matrícula 124.839-1, no período de 25.07.97 a 01.08.97.

ROMUALDO SILVEIRA FILHO

O COORDENADOR REGIONAL DE SAÚDE DE CEILÂNDIA, DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada através da Instrução de 11 de novembro de 1996, da Presidência da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, resolve: tornar sem efeito a remoção da servidora CRISTIANE HENRIQUES S. DE P. LOPES, matrícula 134.367-0, Assistente Superior de Saúde, Médica - Ginecologista e Obstetra, 3a. Classe, Padrão III, do Centro de Saúde No. 08, para o Centro de Saúde No. 04, da Coordenação Regional de Saúde de Ceilândia.

ROMUALDO SILVEIRA FILHO

HOSPITAL REGIONAL DO GAMA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 82, DE 7 DE AGOSTO DE 1997

O DIRETOR DO HOSPITAL REGIONAL DO GAMA, no uso das atribuições que lhe confere o item III da Instrução n.º 13 de 0l de agosto de 1.995, do Presidente da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, resolve:
AUTORIZAR, o servidor LUIZ ALVES CARNEIRO, ASS (Médico- Terapia Intensiva), matrícula n.º 122.571-5, lotado neste Hospital, a ausentar-se do serviço no período de 06 a 11.09.97 JÁ incluídos os dias necessários para trânsito, para participar do LII Congresso da Sociedade Brasileira de Cardiologia, à realizar-se em São Paulo - SP;
AUTORIZAR, o servidor DALCI DE SOUSA LEMOS, ASS (Médico-Oftalmologia), matrícula n.º 124.408-6, lotado neste Hospital, a ausentar-se do serviço no período de 03 a 08.09.97 já incluídos os dias necessários para trânsito, para participar do XII Congresso Brasileiro de Prevenção da Cegueira, à realizar-se em São Paulo - SP;
AUTORIZAR, o servidor THEÓGENES JOSÉ FERREIRA DA CUNHA, ASS (Médico-Cirurgia Geral), matrícula n.º 135.582-1, lotado no HRG, a ausentar-se do serviço no período de 12 a 18.09.97 já incluídos os dias necessários para trânsito, para participar do 46º Congresso Brasileiro de Colo-Proctologia, à realizar-se em Curitiba-PR
AUTORIZAR, o servidor NELSON GERALDO FREIRE NETO, matrícula n.º 134.283-5, ASS (Médico-Neurologia), lotado neste Hospital , a ausentar-se do serviço no período de 12 a 16.09.97, para participar do VII Congresso Nacional da Academia Brasileira de Neurocirurgia, à realizar-se em Goiânia - Go;
AUTORIZAR, a servidora CELIA AKIKO HASIMOTO NOGUEIRA, ASS (Enfermeiro), matrícula n.º 124.511-2, lotada neste Hospital, a ausentar-se do serviço no período de 15 a 22.09.97 já incluídos os dias necessários para trânsito, para participar do V Encontro Nacional de Aleitamento Materno, a realizar-se em Londrina - PR.

ELVIS ADRIANO DA SILVA OLIVEIRA

SECRETARIA DE OBRAS

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 36, DE 6 DE AGOSTO DE 1997

A DIRETORA PRESIDENTE DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL - IDHAB-DF, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando o que consta do processo nº 102-123.678/97, resolve:
DESIGNAR os servidores SÔNIA MARIA LINS DE PAULA SENA, Advogada, matrícula nº 12.339-1, WILSON FRANÇA VIANA, Técnico de Contabilidade, matrícula nº 10,956-8 e MARIA LUZDALMA SILVA BATISTA, Assistente Técnico de Administração, matrícula nº 11.911-3, para, sob a presidência do primeiro e secretariado pelo último, constituírem Comissão de Tomada de Contas Especial encarregada de apurar os fatos noticiados no processo nº 102-123.678/97.
FIXAR o prazo de 30 (trinta) dias, para conclusão dos trabalhos e apresentação de relatório.
Dê-se ciência e cumpra-se.

ALEXANDRA RESCHKE

SECRETARIA DE TRANSPORTE

DEPARTAMENTO METROPOLITANO DE TRANSPORTES URBANOS DO DISTRITO FEDERAL

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL

PROCESSO: 096.005356/97
INTERESSADO: GABINETE
ASSUNTO: CONCESSÕES DE DIÁRIAS

Conforme autorização do Secretário de Governo do Distrito Federal, nos termos do artigo 1º, do Decreto n.º 16.628, de 18/07/95, e à vista dos elementos constantes do mencionado processo, concedo 05 (cinco) diárias a favor do servidor JOÃO ALVES DE SOUZA, matrícula n.º 92.142-4, para participar do "11º Congresso Nacional de Transportes Públicos", a realizar-se entre os dias 04 a 08 de agosto de 1997, na cidade de Belo Horizonte.

Conforme autorização do Secretário de Governo do Distrito Federal, nos termos do artigo 1º, do Decreto n.º 16.628, de 18/07/95, e à vista dos elementos constantes do mencionado processo, concedo 05 (cinco) diárias a favor do servidor HÉLCIO EUSTÁQUIO RIZZI, matrícula n.º 92.112-2, para participar do "11º Congresso Nacional de Transportes Públicos", a realizar-se entre os dias 04 a 08 de agosto de 1997, na cidade de Belo Horizonte.

Conforme autorização do Secretário de Governo do Distrito Federal, nos termos do artigo 1º, do Decreto n.º 16.628, de 18/07/95, e à vista dos elementos constantes do mencionado processo, concedo 05 (cinco) diárias a favor da servidora SONIA RODRIGUES HADDAD, matrícula n.º 92.006-1, para participar do "11º Congresso Nacional de Transportes Públicos", a realizar-se entre os dias 04 a 08 de agosto de 1997, na cidade de Belo Horizonte.

Conforme autorização do Secretário de Governo do Distrito Federal, nos termos do artigo 1º, do Decreto n.º 16.628, de 18/07/95, e à vista dos elementos constantes do mencionado processo, concedo 05 (cinco) diárias a favor da servidora ELAINE FREITAS ALVES DOS SANTOS, matrícula n.º 92.030-4, para participar do "11º Congresso Nacional de Transportes Públicos", a realizar-se entre os dias 04 a 08 de agosto de 1997, na cidade de Belo Horizonte.

PROCESSO: 096.0054522/97
INTERESSADO: CAF/DMTU/DF
ASSUNTO: DISPENSA DE PONTO

Conforme o disposto no artigo 1º, do Decreto n.º 5.052, de 28 de dezembro de 1979, autorizo, condicionada a comprovação de participação no evento, a dispensa de ponto para participação no 11º Congresso Nacional de Transportes Públicos; a realizar-se nos dias 04 a 08 de agosto de 1997, dos servidores a seguir relacionados: CLÓVIS ANTÔNIO BARBARÁ JACOB, matrícula n.º 92.068-1, MARY BLANC DIAS BARBOSA, matrícula n.º 55.009-4, JAQUELINE FILGUEIRAS CHAPADENSE PACHECO, matrícula n.º 92.140-8, MÁRCIO MUNIZ E SILVA, matrícula n.º 92.133-5, ENI DE FREITAS MACIEL, matrícula n.º 53.102-2, DENISE RODRIGUES PARREIRA, matrícula n.º 52.544-8, ADONIS RIBEIRO GONÇALVES, matrícula n.º 53.895-7, MARTA NEVES MERGENER matrícula n.º 53.222-3, MOISÉS SANTOS ARAÚJO, matrícula n.º 52.838-2.

JOSÉ CARLOS XAVIER

SECRETARIA DE AGRICULTURA

FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO "P" Nº 137, DE 5 DE AGOSTO DE 1997

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista a competência que lhe é outorgada pelo artigo 3º, do Decreto n.º 15.357, de 23 de dezembro de 1993, combinado com o artigo 8º do Decreto n.º 5.004, de 20 de dezembro de 1979, **resolve**: Revogar a Instrução de Serviço "P" N.º 341, de 17 de outubro de 1996, que designou a servidora DENISE RODRIGUES MANSO, para responder pelo Cargo em Comissão, Símbolo DFA-11, de Assessora do Departamento de Recursos Humanos da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal. II - Revogar a Instrução de Serviços "P" n.º 004, de 06 de janeiro de 1997, que designou o servidor VALTER AZEVEDO ARAÚJO, para responder pelo Cargo em Comissão, Símbolo DFG-06, de Chefe da Seção de Inativos e Pensionistas do Departamento de Recursos Humanos da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal.

JOÃO LUIZ HOMEM DE CARVALHO

DIRETORIA EXECUTIVA

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO "P" Nº 145, DE 8 DE AGOSTO DE 1997

O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe é outorgada pela Instrução de Serviço "N" nº 001, de 01.08.97, e o que consta do processo nº 073 001797/97-FZ, resolve: Declarar a Vacância do Cargo de Técnico de Desenvolvimento Agropecuário, Terceira Classe, Padrão II, Referência 13-B, da Carreira de Desenvolvimento Agropecuário do Quadro Permanente da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, a pedido de FRANCISCO FERREIRA FILHO, matrícula nº 94.678-8, de acordo com o Artigo 33, Inciso VIII, da Lei nº 8.112/90, a contar de 30 de maio de 1997, em virtude de sua posse em outro Cargo Público inacumulável.

ROGÉRIO PEREIRA DIAS

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO "P" Nº 146, DE 13 DE AGOSTO DE 1997

O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista a delegação de competência que lhe é outorgada pela Instrução de Serviço "N" nº 001 de 01.08.97, e considerando o previsto no Art. 1º da Lei 1.004 de 11 de janeiro de 1996, regulamentado pelo Decreto n.º 17.182/96, resolve: Conceder aos servidores abaixo relacionados, com base nos Processos devidamente instruídos pela Divisão de Pessoal, a substituição dos de DÉCIMOS, previstos no art. 1º da Lei n.º 1.004/96.

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIDOR		DÉCIMOS		
		SUBSTITUIR FRAÇÃO	POR FRAÇÃO	VIGÊNCIA
NOME	Hermes Jannuzzi	1/10 - NG-02	1/10 - DFG-11	24.05.96
MATRÍCULA N.º	94.473-4	1/10 - NG-02	1/10 - DFG-11	24.05.97
PROCESSO N.º	073.000484/95			
NOME	Luis Antonio Leal de Freitas	1/10 - DFG-06	1/10 - DFG-11	14.05.97
MATRÍCULA N.º	91.992-6			
PROCESSO N.º	073.003018/92			
NOME	Eraldo da Silva Pereira	1/10 - DFG-05	1/10 - DFG-06	19.01.96
MATRÍCULA N.º	92605-1			
PROCESSO N.º	073.004360/92			
NOME	José Trindade da Silva	10/10 - GRAT.	10/10 - GRAT.	12.07.94
MATRÍCULA N.º	90.096-6	GAB. AUX.	GAB. ASSIST.	
PROCESSO N.º	073.000141/97			
NOME	Geraldo Gonçalves Pinheiro	4/10-G.G.AUX	4/10-G.G.ESP.	12.07.94
MATRÍCULA N.º	91.889-X	2/10-G.G.AUX.	2/10-G.G.ESP.	03.04.95
PROCESSO N.º	073.000137/97	1/10-G.G.AUX.	1/10-G.G.ESP.	03.04.96
		1/10-G.G.AUX.	1/10-G.G.ESP.	03.04.97
NOME	Paulo Pereira	2/10-G.G.AUX.	2/10-G.G.ESP.	12.07.94
MATRÍCULA N.º	93.566-2	2/10-G.G.AUX.	2/10-G.G.ESP.	03.06.95
PROCESSO N.º	073.000136/97	1/10-G.G.AUX	1/10-G.G.ASSI	03.06.96
		1/10-G.G.AUX	1/10-G.G.ASSI	03.06.97
NOME	Antonio Matias Alves	2/10-G.G.AUX.	2/10-G.G.ESP.	12.07.94
MATRÍCULA N.º	93.567-0	2/10-G.G.AUX.	2/10-G.G.ESP.	07.06.95
PROCESSO N.º	073.00134/97	1/10-G.G.AUX	1/10-G.G.ESP.	07.06.96
PROCESSO N.º	073.00134/97	1/10-G.G.AUX	1/10-G.G.ESP.	07.06.97
NOME	Joscineida Hortência de Aguiar Cunha	6/10 - DFG-06	6/10 - DFG-07	12.07.94
MATRÍCULA N.º	91.939-X			
PROCESSO N.º	073.004811/92			
NOME	José Pinheiro Maia	2/10-G.G.ASS.	2/10 - DFG-03	12.07.94
MATRÍCULA N.º	90.430-9	2/10-G.G.ASS.	2/10 - DFG-03	11.10.95
PROCESSO N.º	073.004726/93			
NOME	Luiz Alves Rabelo	2/10-G.G.ASS.	2/10-G.G.SUP.	12.07.94
MATRÍCULA N.º	90.275-6	2/10-G.G.ASS.	2/10-G.G.SUP.	10.01.95
PROCESSO N.º	073.000139/87	2/10-G.G.ASS.	2/10-G.G.SUP.	10.01.96
		1/10-G.G.ASS.	1/10-G.G.SUP.	10.01.97
NOME	Valcira Nogueira dos Santos	1/10-G.G.AUX.	1/10 - DFG-03	27.05.96
MATRÍCULA N.º	93.170-5	1/10-G.G.AUX.	1/10 - DFG-03	27.05.97
PROCESSO N.º	073.002840/94			

ROGÉRIO PEREIRA DIAS

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO "P" Nº 147, DE 13 DE AGOSTO DE 1997

O DIRETOR EXCUTIVO DA FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista a delegação de competência que lhe é outorgada pela Instrução de Serviço "N" nº 001 de 01.08.97 e considerando o previsto no Art. 1º da Lei 1.004 de 11 de janeiro de 1996, regulamentado pelo Decreto n.º 17.182/96, resolve: Conceder aos servidores abaixo relacionados, com base nos Processos devidamente instruídos pela Divisão de Pessoal, os adicionais de DÉCIMOS, previstos no art. 1º da Lei n.º 1.004/96.

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIDOR		DÉCIMOS		
		FRAÇÃO	VIGÊNCIA	TOTAL
NOME	Evangelina Pereira de Farias	2/10 - DFA-05	25.12.95	2/10 - DFG-11
MATRÍCULA N.º	93.347-3	1/10 - DFA-05	25.12.96	5/10 - DFA-05
PROCESSO N.º	073.002764/94			
NOME	Norma Maria Loureiro Diógenes	1/10 - DFG-11	01.09.96	4/10-G.G.ASSES
MATRÍCULA N.º	93.982-X			3/10 - DFG-11
PROCESSO N.º	073.003193/94			
NOME	Eronildes P. T. Monteiro	2/10 - DFG-03	30.01.95	2/10 - DFG-03
MATRÍCULA N.º	92.129-7			
PROCESSO N.º	073.000884/96			
NOME	Agnel Graciano Gomes	2/10-G.G.AUX.	19.05.95	4/10-G.G.AUX.
MATRÍCULA N.º	94.119-0	1/10-G.G.AUX.	19.05.96	
PROCESSO N.º	073.000894/96	1/10-G.G.AUX.	19.05.97	
NOME	Elso Monteiro de Brito	1/10 - DFG-03	07.11.96	5/10 - DFG - 03
MATRÍCULA N.º	92.466-0			
PROCESSO N.º	073.004189/94			
NOME	Milton Arruda de Macedo	1/10 - DFG-05	23.03.97	1/10 - DFG-05
MATRÍCULA N.º	93.198-5			
PROCESSO N.º	073.001495/96			
NOME	Valcira Nogueira dos Santos	2/10 - DFA-03	27.05.95	4/10-G.G.AUX
MATRÍCULA N.º	93.170-5			2/10 - DFA-04
PROCESSO N.º	073.002840/94			4/10 - DFG-03
NOME	Soji Arisawa	1/10 - DFG-06	24.04.96	6/10 - DFG-06
MATRÍCULA N.º	91.062-7	1/10 - DFG-06	24.04.97	2/10 - DFG-03
PROCESSO N.º	073.002739/94			
NOME	Donizetti Antonio Chagas	2/10-G.G.ESP.	04.09.94	10/10-G.G.ESP.
MATRÍCULA N.º	92.076-2	2/10-G.G.ESP.	04.09.95	
PROCESSO N.º	073.002107/96			
NOME	José Flávio Soares Moreira Lima	1/10 - DFG-06	01.03.96	2/10 - DFG-13
MATRÍCULA N.º	94.091-7	1/10 - DFG-06	01.03.97	2/10 - DFG-11
PROCESSO N.º	073.002745/94			2/10 - DFG-06
NOME	Cláudio Silva	1/10 - DFG-04	25.07.97	3/10 - DFG 04
MATRÍCULA N.º	94.019-4			2/10 - DFG-03
PROCESSO N.º	073.002756/94			
NOME	Delfino Bernardes Rabelo	4/10-G.G.ASS.	12.07.94	10/10 - GRAT.
MATRÍCULA N.º	93.684-7	2/10-G.G.ASS.	12.02.95	GAB. ASSIST.
PROCESSO N.º	073.000133/97	1/10-G.G.ASS.	12.02.96	
		1/10-G.G.ASS.	12.02.97	

ROGÉRIO PEREIRA DIAS

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

ATO DA COMISSÃO

A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E MÉRITO DA FUNDAÇÃO FUNDAÇÃO ZOO BOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, constituida pela Instrução de Serviço "E" 33 de 13 de agosto de 1996, resolve: I - Publicar o resultado da Avaliação de Desempenho dos servidores desta Entidade, referente aos períodos abaixo especificados, II - Estipular o prazo de 05(cinco) dias úteis para interposição de recursos por parte dos servidores a contar da data da publicação.

NOME	MAT.	PERÍODO	PONTOS	CONCEITO
Daniel Reis de Freitas	92.485-7	01/06/93 a 30/10/93	4,4	Bom
Daniel Reis de Freitas	92.485-7	31/10/93 a 30/04/94	5,0	Excelente
Joacy Mendes Carneiro	93.287-6	16/06/93 a 31/10/93	4,5	Excelente
Joacy Mendes Carneiro	93.287-6	30/04/94 a 31/10/94	4,5	Excelente

TÂNIA MARIA PEREIRA DE QUEIROZ
Presidente

CONCEIÇÃO APARECIDA NASCIMENTO
Membro

MARIA DILANI DE PAIVA CAMPOS
Membro

CLAUDIA CRISTIANE C. AIELLO
Membro

GENESIO FELIPE DUTRA
Membro Representante dos Servidores

SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTES

DESPACHO DO SECRETÁRIO
Em 14 de agosto de 1997

PROCESSO Nº : 150.000.111/97
INTERESSADO : ANAMARIA DE ARAÇÃO COSTA MARTINS
ASSUNTO : Concessão de Diárias

DESPACHO: autorizo a concessão de 02 (duas) diárias a servidora ANAMARIA DE ARAÇÃO COSTA MARTINS, Chefe do Núcleo de Pesquisa do Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico, código DFG-10, que viajará à cidade de Goiânia-GO, no período de 18/08/97 a 20/08/97, para participar da "Oficina de Interpretação e Visualização de Sítios Arqueológicos", promovido pelo IPHAN.

EVANDRO VILELA TEIXEIRA DE SALLES
Adjunto

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTES E RECREAÇÃO
SERVIÇO DE PESSOAL

ORDEM DE SERVIÇO Nº 42, DE 13 DE AGOSTO DE 1997

O Chefe do Serviço de Pessoal, do Departamento de Educação Física, Esportes e Recreação - DEFER, no uso das atribuições regimentais, aprovado pelo Decreto nº 7.643 de 18 de agosto de 1.983, resolve:
Conceder nos termos do artigo 87 da Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1.990, Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor abaixo relacionado:
Processo nº 0011.000.077/97 Matrícula nº 00.308-5
Nome: AFONSO MARTINS DOS SANTOS Lotação: DAG
Cargo: Auxiliar de Administração Pública Referência: 01Z
Quinquênio: 3º 22.06.92 à 21.06.97

GILMAR OLIVEIRA TAVARES
Chefe

FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL

INSTRUÇÃO DE 4 DE AGOSTO DE 1997

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições, resolve:
Designar MIRTA EUGÊNIA VARELLA ESCOSTEGUY, matrícula nº 1350-1, Diretora do Departamento de Promoções, da Diretoria Executiva da Fundação Cultural do DF, Código DFG-13, para substituir, no período de 04.08.97 a 02.09.97, NILSON RODRIGUES DA FONSECA, matrícula nº 1307-2, Diretor Executivo da Fundação Cultural do Distrito Federal, Código CNE-05, por motivo de seu afastamento em gozo de férias relativas ao exercício de 1997.

HAMILTON PEREIRA DA SILVA

INSTRUÇÃO DE 13 DE AGOSTO DE 1997

O Presidente da Fundação Cultural do Distrito Federal, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o constante do processo nº 081.001666/97, resolve designar Antonia Sheila Gomes lima, matrícula 01360-9, Chefe da Seção de Expediente do Departamento de Radiodifusão-DE-FCDF, símbolo DFG-05, para, na qualidade de Executora e sem prejuízo de suas atribuições normais, acompanhar o cumprimento do Termo de Convênio nº 002/97-FCDF, celebrado entre a Fundação Cultural do Distrito Federal e a Câmara Legislativa do Distrito Federal, tendo por objeto a colaboração mútua entre as conveniadas visando a veiculação de 02 (dois) programas de rádio sobre as atividades legislativas do Distrito Federal, tudo de acordo com os termos constantes do Processo acima citado

HAMILTON PEREIRA DA SILVA

ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL

ORDEM DE SERVIÇO DE 13 DE AGOSTO DE 1997

O SUPERINTENDENTE DO ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista as disposições do Decreto nº 14.647, de 25 de março de 1993, resolve,
Conceder Progressão Funcional aos servidores abaixo relacionados:

MATR.	NOME	CATEGORIA	SIT.ANTERIOR		SITUAÇÃO NOVA		
			CLAS.	PAD.	CLAS.	PAD.	DATA VIG.
90.066-4	PAULO CÉSAR GUSMÃO	AUX.ADM.PUB.	3ª	II	3ª	III	12.08.97
90.067-2	VANI RODRIGUES	AUX.ADM.PUB.	3ª	II	3ª	III	18.08.97
90.068-0	ELIZABETE SILVA OLIVEIRA	AUX.ADM.PUB.	3ª	II	3ª	III	24.08.97

WALTER ALBUQUERQUE MELLO

SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

SERVIÇO DE PESSOAL

ORDEM DE SERVIÇO DE 4 DE AGOSTO DE 1.997

O CHEFE DO SERVIÇO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o que dispõe o art. 208 da Lei nº 8.112/90

Conceder Licença Paternidade ao servidor, AMILTON DOS SANTOS DRUMOND, matrícula nº 39.181-6 , pelo período de 29.07.97 a 02.08.97.

DEUSITA HELENA CORTES

DESPACHO DO CHEFE
Em 4 de agosto de 1997

Servidor : AMILTON DOS SANTOS DRUMOND
MATRÍCULA : 39.181-6
DESPACHO : Conceder o benefício salário-família, nos termos do artigo 197, da Lei nº 8.112/90, pelo dependente ALISSON DE ANDRADE DRUMOND, filho, nascido em 29.07.97.

DEUSITA HELENA CORTES

SECRETARIA DE TRABALHO

PORTARIA 12 DE AGOSTO DE 1997

O SECRETÁRIO DE TRABALHO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 27, alíneas IV, V e VI, do Decreto nº 16.258, de 29 de dezembro de 1994, e em cumprimento do art. 143 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinado com o art. 152, do RI/TCDF, aprovado pela Resolução nº 38/90, resolve:
1 - Alterar a composição da Comissão Permanente de Sindicância e Tomada de Contas Especial da Secretaria de Trabalho e Departamento de Emprego - DEPEM/DF, instituída pela Portaria de 17 de junho de 1.997, publicada no DODF nº 117, de 23 de junho de 1997, página 4507, que passa a ser constituída dos seguintes membros:
1.1 - Como membros efetivos:
MARIA DALVA RIBEIRO SOARES, Técnico de Administração Pública, matrícula nº 00.086-8 - DEPEM;
MÁRCIA DA SILVA LEMES DE MELO, Técnico de Administração Pública, matrícula nº 46.426-0-STb;
ROMERO CAMPOS DE OLIVEIRA, Técnico de Administração Pública, matrícula nº 00.085-X/DEPEM.
2 - A Presidência da Comissão será exercida por MARIA DALVA RIBEIRO SOARES e , em suas faltas e impedimentos por ROMERO CAMPOS DE OLIVEIRA.
3 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PEDRO CELSO

DEPARTAMENTO DE EMPREGO

ORDENS DE SERVIÇO DE 11 DE AGOSTO DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE EMPREGO DO DISTRITO FEDERAL - Respondendo, no uso das atribuições regimentais que lhe são conferidas pelo artigo 21 do Regimento aprovado pelo Decreto nº 15.741, de 23 de junho de 1994, resolve: Designar o servidor LOURIVAL INÁCIO BATISTA, matrícula nº 00257-7, executor técnico do Contrato nº CFP/013/97 - STb, firmado entre o GDF/STb/DEPEM-DF e a OBRAS SOCIAIS DO CENTRO ESPÍRITA FRATERNIDADE JERÔNIMO CANDINHO - Processo nº 030.005.774/97, objetivando à realização de Projeto de Formação Educacional, no âmbito das ações relativas ao Programa de Qualificação Profissional de 1997, objeto do Convênio MTb/SEFOR/CODEFAT nº 008/96 - STb.

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE EMPREGO DO DISTRITO FEDERAL - Respondendo, no uso das atribuições regimentais que lhe são conferidas pelo artigo 21 do Regimento aprovado pelo Decreto nº 15.741, de 23 de junho de 1994, resolve: Designar o servidor JOÃO PAULO DE QUEIROZ, matrícula nº 49.156-X, executor técnico do Contrato nº CFP/014/97 - STb, firmado entre o GDF/STb/DEPEM-DF e o INSTITUTO EDUCACIONAL SÃO JUDAS TADEU / CONGREGAÇÃO DE SÃO JOÃO BATISTA - Processo nº 030.005.772/97, objetivando à realização de Projeto de Formação Educacional, no âmbito das ações relativas ao Programa de Qualificação Profissional de 1997, objeto do Convênio MTb/SEFOR/CODEFAT nº 008/96 - STb.

IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES

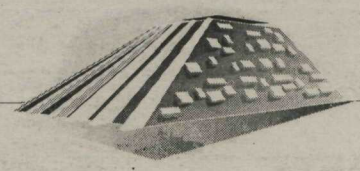
ORDEM DE SERVIÇO DE 12 DE AGOSTO DE 1997.

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE EMPREGO DO DISTRITO FEDERAL - Respondendo, no uso das atribuições regimentais que lhe são conferidas pelo artigo 21 do Regimento aprovado pelo Decreto nº 15.741, de 23 de junho de 1994, resolve: Designar a servidora MARIA CECÍLIA CORDEIRO ALBANO, matrícula nº 00125-2, executora técnica do Contrato nº CFP/011/97 - STb, firmado entre o GDF/STb/DEPEM-DF e a FUNDAÇÃO ECONOMIA DE CAMPINAS - FECAMP - Processo nº 030.003.171/97, objetivando à realização de Projeto de Formação Educacional, no âmbito das ações relativas ao Programa de Qualificação Profissional de 1997, objeto do Convênio MTb/SEFOR/CODEFAT nº 008/96 - STb.

IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES

A Terracap está doando o Teatro Nacional para a Secretaria de Cultura.
Este ato merece ser aplaudido de pé.

Em 95, a Terracap doou o Cine Brasília para a Secretaria de Cultura. O sucesso foi tanto, que a gente não poderia deixar de dar o bis. E que bis. Agora o Teatro Nacional Cláudio Santoro será também patrimônio de todos que fazem e que admiram a nossa cultura.



TERRACAP
COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA

GOVERNO DEMOCRÁTICO E POPULAR
O povo em 1º lugar

SECRETARIA DE TURISMO

ATO DO CHEFE DE GABINETE

PORTARIA DE 13 DE AGOSTO DE 1997

A CHEFE DE GABINETE DE TURISMO DO DISTRITO FEDERAL, *no uso de suas atribuições regimentais* constantes do artigo 36, inciso III, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 15.059 de 24.09.93, combinado com a Portaria publicada no DODF nº 053 de 18.03.96, resolve:

Designar o Chefe da Divisão de Geração de Eventos para Executor do contrato celebrado entre esta Secretaria e a Companhia Energética de Brasília- CEB, objetivando a instalação e retirada de iluminação, no Caldeirão da Folia, espaço entre a Torre de TV e o Centro de Convenções e vias próximas ao Parque da Cidade, para a realização da "MICARECANDANGA", conforme elementos constantes do processo nº 210.000396/97.

SUSANA TOSTES

PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E PLANEJAMENTO

SERVIÇO DE PESSOAL

DESPACHOS DA CHEFE
Em 8 de agosto de 1997

NOME: WANDELL TEIXEIRA CUTRIM
MATRÍCULA: 42.931-7
DESPACHO: Concedido, na forma do artigo 197, item I da Lei nº 8.112/90, o benefício do SALÁRIO- FAMÍLIA pelo dependente CRISTIANE NEVES CUTRIM, esposa, casados em 24.05.96, conforme certidão de casamento apresentada.

Em 11 de agosto de 1997

NOME: MOEMA QUEIROZ ANTUNES
MATRICULA: 43.459-0
DESPACHO: Concedida, na forma do artigo 97, item III, LICENÇA GALA, por 08 (oito) dias consecutivos, a partir de 01.08.97, conforme certidão de casamento apresentada

DEBORAH TEIXEIRA ARAÚJO

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
Em 14 de agosto de 1997

Tribunal de Contas do Distrito Federal/DGA
Despacho nº 596/97-DGA (AP)
Processo nº 2170/95
Assunto: Aposentadoria - inclusão de gratificação de gabinete e fixação do novo provento
Interessada: LOURACI SILVA DE ALMEIDA

Em cumprimento à Decisão nº 15, de 8 de julho de 1997 e no uso da competência a mim delegada no art. 1º, inciso IV, da Portaria-TCDF nº 001, de 02 de janeiro de 1997, FIXO o novo provento da servidora LOURACI SILVA DE ALMEIDA, Auxiliar de Administração Pública - A, proporcional a 25/30 (vinte e cinco, trinta) avos, no valor de R$3.399,43 (três mil, trezentos e noventa e nove reais e quarenta e três centavos), com efeitos financeiros a contar de 10 de agosto de 1995 (data de sua inativação) e conforme parcelas discriminadas no quadro demonstrativo anexo.
Em conseqüência, RECONHEÇO a dívida por exercícios anteriores, nos termos do inciso VII da retromencionada portaria, em favor da servidora acima nominada, no valor de R$ 14.927,31 (*quatorze mil, novecentos e vinte e sete* reais e trinta e um centavos), condicionando o pagamento da referida despesa à existência de recursos na dotação orçamentária própria.
Publique-se e encaminhe-se ao Departamento de Pessoal para as devidas providências.

JOSÉ GERALDO DE LANA TORRES



SEÇÃO III

SECRETARIA DE GOVERNO

SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRASÍLIA

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE USO

PROCESSO Nº141.000.811/97 - OBJETO:Termo de Autorização de Uso, para ocupação da área pública situada na Ala de Alimentação, espaço 08 da Feira de Artesanato da Torre de Televisão,para comercialização de comidas típicas. PARTES: ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRASÍLIA/RA-I X ASSOCIAÇÃO DE ARTESÃO E CULINARISTAS DE SOBRADINHO. PRAZO: até 30.07.98 - VIGÊNCIA: O presente Termo de Autorização de Uso entrará em vigor na data de sua assinatura.DATA DE ASSINATURA: 29.07.97 - SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: ANTÔNIO CARLOS DE ANDRADE, na qualidade de Administrador Regional de Brasília, Pela PERMISSIONÁRIA: EDNA DOS SANTOS ANDRADE, na qualidade de Diretora de Planejamento.

AVISO DE REQUERIMENTO DE LICENÇA

A ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRASÍLIA torna público que requereu ao IEMA/SEMATEC a **LICENÇA** de Instalação para implantação do Acampamento da Telebrasília, no SCE/Sul - RA-I, próximo a Arie do Santuário de Vida Silvestre do Riacho Fundo. Foi determinado Estudo de Impacto Ambiental.

ANTÔNIO CARLOS DE ANDRADE
Administrador

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 6/97

CONTRATANTE: ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA - RA.IX
CONTRATADA: ESTRUTURAS METÁLICAS DELTA LTDA.
OBJETO: Execução das Obras e Serviços relativos à Construção de Cobertura da Pedra Central e Construção de 36 Boxes no Módulo 2 da Feira do Atacado em Ceilândia - DF.
PROCESSO: 138.000587/97
LICITAÇÃO: Tomada de Preços nº 003/97 em conformidade com a Lei nº 8.666/97.
VIGÊNCIA: 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de sua publicação.
VALOR: O valor total do Contrato é de R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais).
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 11.111 - Administração Regional de Ceilândia - RA.IX
PROGRAMA DE TRABALHO: 03.007.0025.3079.0001 (const. de cobertura da pedra da feira de Ceilândia e const. de 36 boxes)
NATUREZA DA DESPESA: 4.5.90.51 - (Obras e Instalações)
FONTE DE RECURSOS: 032 - (Convênio)
NOTA DE EMPENHO: 97NE00298 emitida em 06.08.97 sob o evento nº 400091.
VALOR DA NOTA DE EMPENHO: R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais).
MODALIDADE DA NOTA DE EMPENHO: Global
DATA DA ASSINATURA: 11 de agosto de 1997
SIGNATÁRIOS: Pela Contratante: O Distrito Federal, por meio da Administração Regional de Ceilândia - JOSÉ EUDES OLIVEIRA COSTA, na qualidade de Administrador Regional e, pela Contratada: ESTRUTURAS METÁLICAS DELTA LTDA - WALDIR ARAÚJO DA SILVA, na qualidade de Diretor.

AVISOS DE LICITAÇÃO
CONVITE Nº 13/97

O PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA, torna público para conhecimento dos interessados, que no dia 15 de setembro de 1997, às 15:00 horas, na sala de reuniões desta RA IX, será realizada licitação para aquisição de impressoras, cabos e HUB, nos termos do convite 013/97 - RA IX - Técnica e Preço. O edital poderá ser adquirido por qualquer proponente na Administração Regional de Ceilândia (DAG), localizada na QNM 13 Área Especial, Ceilândia Sul, em horário comercial. Outras informações poderão ser obtidas através do telefone 373.2010 Ramais: 246/256.

Ceilândia, 12 de agosto de 1997
JOÃO KERGINALDO FIRMINO DO NASCIMENTO
Presidente da Comissão

TOMADA DE PREÇOS Nº 4/97

O PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA, torna público para conhecimento dos interessados,que no dia 29 de agosto de 1997, às 15:00 horas, na sala de reuniões desta RA - IX, será realizada licitação para Execução das Obras de Pavimentação, Recapeamento Asfáltico e implantação de meios-fios, nos termos da TP 004/97 - RA IX. O edital poderá ser adquirido por qualquer proponente na Administração Regional de Ceilândia (DAG), localizada na QNM 13 Área Especial, Ceilândia Sul, em horário comercial. Outras informações poderão ser obtidas através do telefone 371.2210.

Ceilândia, 12 de agosto de 1997
JUAN CARLOS DEL CÁRPIO NATCHEFF
Presidente da Comissão

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO

EXTRATO DE RERRATIFICAÇÃO AO CONTRATO Nº 7/97

PROCESSO Nº 139.000.411/97-DF/RA-XI x JOSÉ CASSIMIRO MUNIZ-ME, Objeto: Retificar a cláusula sexta e ratificar as demais cláusulas do contrato nº 007/97, celebrado entre a Administração Regional do Cruzeiro e JOSÉ CASSIMIRO MUNIZ-ME, para fornecimento de Alimentação preparada para atender os internos da FUNAP a serviço desta Administração Regional. Assinatura: 13/08/97. Signatários: Pelo Distrito Federal: HÉLIO LOPES DOS SANTOS, na qualidade de Administrador Regional; pela contratada: JOSÉ CASSIMIRO MUNIZ, na qualidade de proprietário.

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA

AVISO DE LICITAÇÃO
CONVITE Nº 10/97

ABERTURA : Dia 26/08/97
LOCAL : Auditório da RA/ II - Ed. Sede da Adm. Reg. do Gama - A.E. S/Nº Setor Central
HORÁRIO : 10:00 h
OBJETO : A Licitação tem por objeto a prestação de serviços de conserto de máquinas (Tratores e Roçadeiras) de acordo com as expecificações expressas no Anexo I do Edital.
TIPO : Menor preço

Os Interessados poderão obter cópia do Edital na sala da CPL/RA-II, Edifício Sede da Administração Regional do Gama- Área Especial S/Nº - S. CENTRAL , mediante CRC ou carimbo, no horário das 09:00 às 12:00 e 14:00 às 17:00h.

Gama-DF., 13 de agosto 1997
APARECIDA GILVANY BRÁS CUNHA
Presidente da CPL

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA

COMUNICADO

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE PLANALTINA, no uso de suas atribuições conferidas pelos incisos XLV e XLVI, Decreto nº 16.247, de 29 de dezembro de 1994, que aprovou o Regimento Interno da Administração Regional, comunica que dia 19 de agosto de 1997 (terça-feira), por ocasião do 138º Aniversário da Cidade de Planaltina-DF, não haverá expediente na Administração Regional.

WILMAR LACERDA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS

AVISO DE LICITAÇÃO
CONVITE Nº 5/97

Objeto: LOCAÇÃO DE LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA-EQUIPADO, LOCALIZADOS EM: TAGUATINGA, PLANO PILOTO, SOBRADINHO E RIACHO FUNDO
Horário: 10:00h
Data da Abertura: 29 de agosto de 1997
Local: Serviço de Material e Patrimônio/IDR, Setor de Garagens Oficiais, Área Especial no. 01, Brasília-DF fones: 225.7382 e 325.5810 e 325.5812

Brasília, 14 de agosto de 1997
A COMISSÃO



SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

SUBSECRETARIA DA RECEITA
DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO
DIVISÃO DA RECEITA DE CEILÂNDIA

EDITAL Nº 11-DRC/DAT/SUREC/SEFP, DE 13 DE AGOSTO DE 1997

A CHEFE DA DIVISÃO DA RECEITA DE CEILÂNDIA DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o disposto no artigo 33, inciso II, do Decreto nº 16.106, de 30 de novembro de 1994, após declarada a revelia nos termos do artigo 32, inciso I, do Decreto supracitado, INTIMA os *contribuintes abaixo relacionados a comparecerem a esta Divisão sito à* CNN 01 BLOCO "B" Ceilândia-DF, no prazo de 10 (dez) dias a contar do 10º dia da publicação do presente EDITAL, a fim de comprovarem o cumprimento das exigências descritas nos AUTOS DE INFRAÇÃO a seguir enumerados, sob pena de inscrição do débito em DÍVIDA ATIVA e da conseqüente cobrança judicial.

PROCESSO	RAZÃO SOCIAL	Nº DO AI
040.004393/97	LG COSMÉTICOS IND. E COM. LTDA	645/97
040.010149/97	GUARABRAS REPRESENTAÇÕES LTDA	1.398/97

JAMIRA LIMA BARBOSA BRANDÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 85/97

Processo: **082.002270/97** - Partes: **FEDF x CHAVES E RODRIGUES LTDA.** - Ass: 13.08.97 - Vigência: 31.12.97 - Objeto: Manutenção corretiva com aplicação de peças, durante o exercício de 1997, de 11 (onze) micro tratores Tobata, , conforme o disposto no anexo 01, do Edital de Licitação Tomada de Preços nº 023/97 - Valor: R$ 11.000,00 (Onze mil reais) - Nota de Empenho: 02114/97 - Unidade Orçamentária: **FEDF** - Programa de Trabalho: 8007002120380002 - Natureza da Despesa: 349039 - Fonte de Recursos: 001 - Assinantes: p/ FEDF: **Antonio Ibañez Ruiz** - p/ CHAVES e RODRIGUES LTDA: **Alessandro Martins Menezes.**

EXTRATO DO 16º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 13/95

Processo: **082.002031/95** - Partes: FEDF x Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP - Ass: 13.08.97 - Vigência: 31.12.97 - Objeto: Complementar recursos no valor de R$ 13.671.357,85 (Treze milhões, seiscentos e setenta e um mil, trezentos e cinquenta e sete reais e oitenta e cinco centavos) , ao Conv. 013/95, para execução de construção e obras em prédios escolares e outros de interesse da FEDF. - Unidade Orçamentária: **FEDF** - Projeto Atividade: 8042018810660001 - Elemento de Despesa: 459051 - Fonte de Recursos: 001 - Nota de Empenho nº: 2236/97 - Valor: R$ 4.000.000,00 (Quatro milhões de reais) - Assinantes; p/ FEDF: **Antonio Ibañez Ruiz** ; p/ NOVACAP: **Oto Silvério Guimarães Júnior e Iracy Cecílio de Araújo Júnior.**

DIRETORIA EXECUTIVA

AVISO DE LICITAÇÃO
CONVITE Nº 53/97

Abertura: 25/08/97 às 10:00 horas; Objeto: Contratação de Seguro coletivo de acidentes pessoais; Grupo: 97.70.
Convite nº 054/97 - FEDF; Abertura: 25/08/97 às 11:00 horas; Objeto: Contratação de seguro contra incêndio do Almoxarifado da FEDF; Grupo: 97.70.
Os respectivos Editais poderão ser adquiridos no Edifício Sede da FEDF, SGAN 607, Projeção "D", sala 225, das 10:00 às 13:00 e das 14:00 às 17:00 horas, até o dia 22/08/97.

Brasília, 14 de agosto de 1997
EVERALDO MENDONÇA
Comissão Permanente de Licitação
Presidente

RESULTADO DE JULGAMENTOS

A Comissão Permanente de Licitação da FEDF comunica aos interessados que os Resultados de Julgamento da Concorrência nº 004/97 e Tomada de Preços nº 048/97 - FEDF, encontram-se afixados no quadro de avisos da CPL, no Edifício Sede da FEDF, SGAN 607, Projeção "D", 2º andar.

Brasília, 14 de agosto de 1997
EVERALDO MENDONÇA
Presidente da CPL

SECRETARIA DA CRIANÇA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 44/96

PROCESSO: 101.002.075/96; PARTES: FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL e A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO VARJÃO;OBJETO: prorrogar os prazos da execução e da vigência até 31/12/97, alterar o valor "per capita" diário para 1,8647 e suplementar recursos no valor de R$ 35.754.90 (trinta e cinco mil, stecentos e cinquenta e quatro reais e noventa centavos); CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 15081048321180003; NATUREZA DA DESPESA: 345039; FONTE: 062001346; ASSINATURA:31/07/97; VIGÊNCIA: Da data da assinatura até 31/12/97; PUBLICAÇÃO : No DODF à expensas da FUNDAÇÃO; SIGNATÁRIOS: Osvaldo Russo de Azevedo; P/ENTIDADE:Cristiomário De Sousa Medeiros.

AVISO DE REQUERIMENTO DE LICENÇA

Torna público que requereu ao IEMA/SEMATEC a LICENÇA PRÉVIA para implantação do Cemitério de Taguatinga localizado a margem direita da DF-001. Não foi determinado Estudo de Impacto Ambiental.

A FUNDAÇÃO

RESULTADO DE HABILITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 10/97

A COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, torna público o resultado da Tomada de precos em epigrafe, apos a analise das documentacoes apresentadas, decidiu inabilitar as seguintes empresas: ARGUS COM. DE ART. DE PAPELARIA LTDA(pelo descumprimento do Item 4.2 do Edital); SUPREMA COM E REP. LTDA (pelo descumprimento do Item 4.1.3.1 do Edital); PAPELARIA COQUINHA LTDA, COMERCIAL IPL INFORMATICA E PAPELARIA LTDA e GRAFICA E PAPELARIA DISTRITAL LTDA (todas pelo descumprimento do Item 4.1.5 do Edital).

Brasília, 13 de agosto de 1997
LUIS CARLOS MARIANO DE ALMEIDA
Presidente da CPL

SECRETARIA DE OBRAS

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL
DIRETORIA DE URBANIZAÇÃO
ASSESSORIA DE CADASTRO E LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 25/97

OBJETO:Contratação de empresa para fornecimento contínuo de baterias por estimativa.DATA E HORÁRIO: 29/08/97 às 09:00h. Chamamos a atenção dos interessados na licitação em tela, que a NOVACAP, fará realizar na data e horário indicado, na Assessoria de Cadastro e Licitação/CPLCMOS/ASCAL/PRES, situada no setor de Áreas Públicas, lote "B", no antigo prédio do CAIC, em Brasília-DF. Os editais e seus anexos encontram-se à disposição no mesmo local.

Brasília-DF, 14 de agosto de 1997
AUGUSTO RAMOS DE OLIVEIRA
Assessor

COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA

RESULTADO DE JULGAMENTO
EDITAL Nº 10/97 - IMÓVEIS

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação de Imóveis da Companhia Imobiliária de Brasília-TERRACAP, usando da competência que lhe foi delegada, através da Portaria no. 083/97-PRESI, de 12.05.97 e, face o contido no tópico no. 37, Capítulo IX, do Edital no. 10/97-Imóveis, comunica aos interessados, que o resultado da Licitação por parte da Comissão de Licitação, está afixado no Quadro de Avisos da TERRACAP, conforme processo no. 111.001.093/97-7. O prazo para interposição de recurso será de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da publicação do presente Aviso, nos termos do tópico 41, Capítulo XI do Edital. Ultrapassado o prazo de recurso será publicada a decisão homologatória do resultado da Licitação por parte da Diretoria Colegiada, nos termos do Edital.

Brasília, 14 de agosto de 1997.
GERALDO RODRIGUES SOARES

COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 034/97 - P.PJU/CEB, celebrando entre a Companhia Energética de Brasília -CEB e a Paranã Construções Elétricas Ltda: Objeto: Prestação de serviços de manutenção em linhas e redes de distribuição aéreas desenergizadas urbana e rural do sistema CEB. Processo nº 093 000 837/95, Resoluções da Diretoria nºs 102/97, de 28.05.97 e 140/97, de 30.07.97, Concorrência nº 007/95-CEB, em consonância com o disposto no inciso VI do art. 43 da Lei nº 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94. Data de assinatura: 30.07.97; Prazo de vigência: 24 (vinte e quatro) meses. Valor total: R$ 901.200,00 (novecentos e um mil, duzentos reais); Despesas de publicação: CEB; Assinaturas: pela CEB: JOSÉ CARLOS VIDAL e NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA e pela Paranã : ANTONIO CARLOS FERREIRA MARTINS.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 017/97 - P.PJU/CEB; Companhia Energética de Brasília - CEB e LANDIS & GIR INEPAR S/A .Objeto: ampliação em 25% (vinte e cinco por cento) do objeto do contrato, conforme especificado na Cláusula Primeira do presente Termo Aditivo. com amparo legal nas Leis nº 8.666/93 e 8.883/94. Processo: 093.001.841/96/; Resolução da Diretoria nº 132/97, de 16.07.97. Valor: R$ 133.500,00 (cento e trinta e três mil, quinhentos reais). Despesas de publicação: CEB. Assinaturas: pela CEB: José Carlos Vidal e Francisco Ivaldo Andrade Frota, e pela Inepar: Álvaro Dias Júnior.

RESULTADO DE JULGAMENTOS
TOMADAS DE PREÇOS NºS 33, 36 E 37/97

A COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA - CEB, através da Comissão de Licitação de Materiais-CLM, situada no SGAS Quadra 904 Bloco "A", sala 23, Complexo Administrativo da CEB, em Brasília-DF, torna público o resultado do procedimento licitatório da **TPM 033/97** , onde sagrou-se vencedora a empresa: **JUAREZ JOSÉ DAS NEVES, TPM 036/97,** onde sagrou-se vencedora a empresa: **CAMARGO CORRÊA EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS** e **TPM 037/97,** onde sagrou-se vencedora a empresa: **GEC ALSTHOM T&D MASA S/A**, estando os processos à disposição dos interessados para vistas, na Comissão de Licitação de Materiais - CLM, no horário das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas. Demais informações através dos telefones: 225-3549 e 325.2969.

Brasília-DF, 13 de agosto de 1997
MARIA APARECIDA PIMENTA
Presidente da Comissão

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 5092. Ass.: 14.08.97. PROCESSO: 092.002596/97. PARTES: CAESB X BR PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S/A. Tomada de Preços TP nº 050/97-CAESB. OBJETO: fornecimento de combustíveis automotivos, (álcool hidratado, gasolina e óleo diesel), adjudicando-se os itens 01, 02 e 03. FONTE DE RECURSO: Os recursos financeiros são próprios da CAESB. CLASSIFICAÇÃO: As despesas correrão à conta do código 12.302.202.205-3. VALOR: R$ 499.394,00 (quatrocentos e noventa e nove mil trezentos e noventa e quatro reais). PRAZO: expirar-se-á em 31/12/97, contado a partir da emissão da ordem de entrega. VIGÊNCIA: expirar-se-á em 31/12/97, contado a partir de sua assinatura. ASSINANTES: P/CAESB: Valtrudes Pereira Franco. P/BR PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S/A: Roberto Jorge de Souza Leão Rodrigues.

EXTRATOS DE QUITAÇÃO

Termo de Quitação do CT nº 3717, Processo. 092.005094/95. PARTES: CAESB X AGUATEC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA. DATA DA ASSINATURA: 14/08/97. ASSINANTES: P/CAESB: Antonio da Costa Miranda Neto - Diretor do Sistema de Água. P/AGUATEC LTDA: Mauro Sebastião dos Reis Maia

Termo de Quitação do CT nº 3563, Processo: 092.003029/97. PARTES: CAESB X COMPANHIA METALÚRGICA BARBARÁ. DATA DA ASSINATURA: 14/08/97. ASSINANTES: P/CAESB: Valtrudes Pereira Franco - Diretor Administrativo. P/COMPANHIA METALÚRGICA BARBARÁ: Fábio Marcelo Mendonça.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º Aditivo ao Contrato nº 3966. Ass.:14.08.97. PROCESSO: 092.005888/96. PARTES: CAESB X SABARÁ INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. OBJETO: Altera a Cláusula Quarta (Prazo de Entrega/Vigência). O prazo de entrega/vigência do Contrato, cujo objeto é o fornecimento, pela CONTRATADA, de cloro gasoso (líquido) acondicionado em carreta - tanque (lote I) e em cilindros de 900 kg, cada, e 50/68 kg cada (lote II), fica prorrogado para 31.12.97. ASSINANTES: P/CAESB: Valtrudes Pereira Franco. P/ SABARÁ LTDA: José Eduardo Mendes.

EXTRATO DE AJUSTE

TERMO DE AJUSTE QUE ENTRE SI CELEBRAM A Companhia de Água e Esgotos de Brasília-CAESB e SRº FERNANDO CUNHA. Nº. DO PROCESSO : 092.000502/97 OBJETO: reparação pela CAESB, dos prejuízos causados na residência do Srº Fernando Cunha, situada na SCGN 710, Bloco "L", Casa 21 - Brasília/DF, em decorrência do rompimento do ramal predial de água, ocorrido no dia 02/01/97. VALOR : R$ 1.493,55 (um mil, quatrocentos e noventa e três reais e cinqüenta e cinco centavos), como necessário e suficiente à cobertura dos prejuízos sofridos pelo proprietário do imóvel em questão, inclusive danos emergente e lucros cessantes porventura existentes. PAGAMENTO: será efetuado em até 20 (vinte) dias consecutivos, contados da data da assinatura. DATA DA ASSINATURA: 23/07/97. ASSINANTES: P/CAESB: Valtrudes Pereira Franco. P/ FERNANDO CUNHA.

AVISO DE PRORROGAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 75/97

A Companhia de Água e Esgotos de Brasília - CAESB torna público que a Tomada de Preços nº TP - 075/97-CAESB , para execução da obra/serviços de reforma do prédio do Escritório Regional de Ceilândia, Distrito Federal, foi prorrogada "sine die", por razões administrativas.

Brasília, 14 de agosto de 1997.
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

RESULTADOS DE JULGAMENTOS
CONVITE Nº 168/97

A Companhia de Água e Esgotos de Brasília - CAESB torna público o resultado do julgamento do Convite nº CV - 168/97-CAESB, da forma que se segue: firma NOVA CASE EMBALAGENS ESPECIAIS LTDA., vencedora dos itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08 e 09, com o valor total de R$ 2.598,00.

TOMADA DE PREÇOS Nº 53/97

A Companhia de Água e Esgotos de Brasília - CAESB torna público o resultado do julgamento da Tomada de Preços nº TP - 053/97-CAESB, da forma que se segue:
CERÂMICA MARISTELA S/A, vencedora dos itens 01 e 02, do Lote 01, com o valor total de R$ 8.470,29; CERÂMICA PARAPUAN LTDA, vencedora dos itens 03 e 04, do Lote 01, com o valor total de R$ 4.207,95; CARMENSE COMERCIAL LTDA, vencedora dos item 01, do Lote 02, com o valor total de R$ 2.745,60; INDÚSTRIA E COMÉRCIO CARDINALI LTDA, vencedora dos item 01, do Lote 03, com o valor total de R$ 53.250,00 e DISTRIBUIDORA DE TUBOS E CONEXÕES MARIAL LTDA, vencedora dos itens 02 e 03, do Lote 03, com o valor total de R$ 9.242,70.

Brasília, 14 de agosto de 1997.
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL

AVISO DE ADJUDICAÇÃO
EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 1/97

CONCORRÊNCIA Nº 01/97
PROCESSO Nº 102-123679/97
OBJETO: Contratação de empresa seguradora para o fim de promover cobertura securitária de morte e invalidez permanente para os promitentes compradores de terrenos residenciais deste Instituto.
O IDHAB-DF - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, através da Comissão Permanente de Licitação - CPL, torna público, para conhecimento dos interessados que, de conformidade com o que dispõe a Lei nº 8.666/93 e as peças que instruem o processo acima mencionado, resolveu, por unanimidade, propor a adjudicação da presente licitação à Empresa SUL AMÉRICA CIA NACIONAL DE SEGURO, vez que apresentou a menor taxa.

Brasília, 14 de agosto de 1997
GETÚLIO SOARES NOVAES FROTA
Presidente da CPL

RESULTADO DE JULGAMENTO
CONVITE Nº 13/97

PROCESSO Nº : 030.005.809/97
OBJETO: Aquisição de Material de Expediente.
A Comissão Permanente de Licitação torna público a todos os interessados que após a análise das propostas relativas ao processo licitatório em epígrafe, julgou vencedoras as firmas: DIGIGRAPH COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E REP. LTDA, no valor total de R$ 1.125,00, itens 03,04; AGC-COMÉRCIO E REP. LTDA, no valor total de R$ 7,50, item 38; FICA-PAS COM. DE ART. PARA ESCRIT. LTDA, no valor total de R$ 810,20, itens 05, 31, 34, 39; LIVRARIA E PAPELARIA PARK COM. E SERV. LTDA, no valor total de R$ 1.896,00, itens 21, 25, 26; PAPELARIA RIO IMPORTAÇÃO COM. E IND. LTDA, no valor total de R$ 876,60, itens 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 36, 37; PAPELARIA COQUINHA LTDA, no valor total de R$ 2.214,70, itens 02, 06, 08, 20, 40, 41, 43, 47, 48, 49, 50; LUMA PAPELARIA COM. E REP. LTDA, no valor total de R$ 49,25, item 35; JFA COMERCIAL IMP. LTDA, no valor total de R$ 2.230,60, itens 01, 07, 09, 10, 22, 23, 24, 42, 44, 45, 46.

MARIA SALETE ATAÍDE BRAGA
Presidente da CPL

SECRETARIA DE TRANSPORTE

AVISOS DE LICITAÇÃO
CONVITE Nº 8/97

Objeto: Aquisição de Material - Processo n.º 030.004.946/97-ST
A Comissão Permanente de Licitação da Secretaria de Transportes do Distrito Federal, torna público a todos os interessados que o resultado da licitação em epígrafe encontra-se fixado no Quadro de Avisos Situado no 15º andar, sala 1.521, no Anexo do Palácio do Buriti.

CONVITE Nº 12/97

Objeto: Aquisição de Material - Processo n.º 030.005.157/97-ST
A Comissão Permanente de Licitação da Secretaria de Transportes do Distrito Federal, torna público a todos os interessados que o Ordenador do Despesa da Secretaria de Transportes do Distrito Federal revogou a homologação do item 04 da licitação em epígrafe.

Brasília, 13 de agosto de 1997
DILMA DO CARMO NASCIMENTO
Presidente da Comissão

DEPARTAMENTO METROPOLITANO DE TRANSPORTES URBANOS DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 28/96

Nº do Contrato: 028/96; Contratantes: DMTU/DF e a Empresa L. Costa Engenharia Ltda., Terraplenagem e Construções; Nº do Processo: 096.004.141/96; Data de Assinatura: .23.06.97; Assinantes: pela Contratante, José Carlos Xavier e Everton Francisco Costa, pela Contratada, Lúcio Valério Pinheiro Costa; Vigência: a partir da data da assinatura; Objeto: alteração contratual com vistas: a) cumprir o item 3 da Decisão n 2.344/97 do Tribunal de Contas do Distrito Federal; b) elevar para 750 (setecentos e cinqüenta) o números de abrigos pré-fabricados de concreto armado, bem como o valor global do contrato para R$ 958.500,00 (novecentos e cinqüenta e oito mil e quinhentos reais), com um acréscimo, portanto, de 25% (vinte e cinco por cento), nos termos do artigo 65, do § 1º, da Lei nº 8.666, de 21.06.83, e da justificativa de fls. 812, à conta da dotação orçamentária: Unidade Orçamentária: 26.203, Programa de Trabalho: 16091057111300003, Fonte de Recurso: 050, Natureza da Despesa: 44590051, Nota de Empenho nº 97NE00270, emitida em 18.07.97, Valor R$ 191.700,00 (cento e noventa e um mil e setecentos reais); c) prorrogar o prazo de execução da obra 180 (cento e oitenta) dias; d) estabelecer a garantia contratual prestada na forma de Fiança Bancária pelo Banco de Brasília S/A, sob nº 205-96/057, no valor de R$ 15.336,00 (quinze mil trezentos e trinta e seis reais); Testemunhas: Antônio Pereira de Mendonça, CI. nº 246.208-DPF/DF, CPF/MF nº 086.691.391-20 e Paulo Roberto Franca, CI. nº 156.369-SSP/DF e CPF/MF nº 074.881.571-68.

SECRETARIA DE AGRICULTURA

FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MOTOMECANIZADOS

CONTRATO Nº:124/97. PROC. 073.001283/97. CONTRATANTE:José Cândido Neto. DATA: 25/06/97. VALOR: R$ 239,04 (Duzentos e trinta e nove reais e quatro centavos). LOCAL DE EXECUÇÃO:Chácara Boa Esperança n.º 20, Planaltina - DF. DISTÂNCIA: 47Km do DEMA. PRAZO: 03dias. FORO: Brasília - DF. SERVIÇOS:Escarificação. EQUIP. CONTRATADOS: Trator de Esteira - 08:00 horas.CONTRATO Nº:125/97. PROC. 073.001282/97. CONTRATANTE:Manoel Gomes Moreira Neto. DATA: 27/06/97. VALOR: R$ 191,52 (Cento e noventa e um reais e cinqüenta e dois centavos). LOCAL DE EXECUÇÃO:Lote n.º 129, N.R. Santos Dumont - DF. DISTÂNCIA: 45Km do DEMA. PRAZO: 04dias. FORO: Brasília - DF. SERVIÇOS:Gradeação. EQUIP. CONTRATADOS: Trator de Pneus e Grade - 10:00 e 10:00 horas.CONTRATO Nº:126/97. PROC. 073.001281/97. CONTRATANTE:Manoel Alves dos Anjos. DATA: 27/06/97. VALOR: R$ 261,44 (Duzentos e sessenta e um reais e quarenta e quatro centavos) LOCAL DE EXECUÇÃO:Fazenda Sobradinho, DF 150 km 12 Sobradinho - DF. DISTÂNCIA: 20Km do DEMA. PRAZO: 02dias. FORO: Brasília - DF. SERVIÇOS:Nivelamento. EQUIP. CONTRATADOS: Trator de Esteira - 06:00 horas.CONTRATO Nº:127/97. PROC. 073.001284/97. CONTRATANTE:Geraldo Lopes da Silva Filho. DATA: 27/06/97. VALOR: R$ 191,52 (Cento e noventa e um reais e cinquenta e dois centavos). LOCAL DE EXECUÇÃO:Lote º 132, N.R. Santos Dumont - DF. DISTÂNCIA: 45Km do DEMA. PRAZO: 04dias. FORO: Brasília - DF. SERVIÇOS:Gradeação. EQUIP. CONTRATADOS: Trator de Pneus e Grade - 10:00 e 10:00 horas.CONTRATO Nº:128/97. PROC. 073.001359/97. CONTRATANTE:Maria Olivia M.Santos. DATA: 01/07/97. VALOR: R$ 448,20 (Quatrocentos e quarenta e oito reais e vinte centavos). LOCAL DE EXECUÇÃO:Lote n.º 53, N.R. Taquara - DF. DISTÂNCIA: 52Km do DEMA. PRAZO: 05dias. FORO: Brasília - DF. SERVIÇOS:Reparo de Bolsões e Construção de Bolsão. EQUIP. CONTRATADOS: Trator de Esteira - 10:00 e 05:00 horas.CONTRATO Nº:129/97. PROC. 073.001360/97. CONTRATANTE:Namiko Sakuray. DATA: 01/07/97. VALOR: R$ 298,80 (Duzentos e noventa e oito reais e oitenta centavos). LOCAL DE EXECUÇÃO:Lote 135 Reserva "A" Gleba 02 PICAG, N.R. Brazlândia - DF. DISTÂNCIA: 40Km do DEMA. PRAZO: 03dias. FORO: Brasília - DF. SERVIÇOS:Abertura de Tanque. EQUIP. CONTRATADOS: Trator de Esteira - 10:00 horas.CONTRATO Nº:130/97. PROC. 073.001364/97. CONTRATANTE:Condominio do Sistema de Irrigação Projeto Tabatinga . DATA: 02/07/97. VALOR: R$ 946,20 (Novecentos e quarenta e seis reais e vinte centavos). LOCAL DE EXECUÇÃO:N.R. Tabatinga, Planaltina - DF. DISTÂNCIA: 50Km do DEMA. PRAZO: 30dias. FORO: Brasília - DF. SERVIÇOS:Reparo de Canal. EQUIP. CONTRATADOS: Retro - 50:00 horas.CONTRATO Nº:131/97. PROC. 073.001363/97. CONTRATANTE:Antonio Inácio do Nascimento. DATA: 02/07/97. VALOR: R$ 245,16 (Duzentos e quarenta e cinco reais e desesseis centavos). LOCAL DE EXECUÇÃO:Lote n.º 19, N.R. Ponte Alta - DF. DISTÂNCIA: 40Km do DEMA. PRAZO: 03dias. FORO: Brasília - DF. SERVIÇOS:Limpeza e Gradeação. EQUIP. CONTRATADOS: Trator de Esteira, Trator de Pneus e Grade - 05:00, 05:00 e 05:00 horas.CONTRATO Nº:132/97. PROC. 073.001379/97. CONTRATANTE:Ozório de Araújo Cruz. DATA: 03/07/97. VALOR: R$ 298,80 (Duzentos e noventa e oito reais e oitenta centavos). LOCAL DE EXECUÇÃO:Lote n.º 134, Reserva "A" Gleba 02 Brazlândia - DF. DISTÂNCIA: 46Km do DEMA. PRAZO: 03dias. FORO: Brasília - DF. SERVIÇOS:Abertura de Tanque e Reparo de Estrada. EQUIP. CONTRATADOS: Trator de Esteira - 08:00 e 02:00 horas.CONTRATO Nº:133/97. PROC. 073.001391/97. CONTRATANTE:Randes Afonso da Silva. DATA: 03/07/97. VALOR: R$ 114,91 (Cento e quatroze reais e noventa e um centavos). LOCAL DE EXECUÇÃO:Lote n.º 78, N.R. Santos Dumont - DF. DISTÂNCIA: 50Km do DEMA. PRAZO: 02dias. FORO: Brasília - DF. SERVIÇOS:Gradeação. EQUIP. CONTRATADOS: Trator de Pneus e Grade - 06:00 e 06:00 horas.CONTRATO Nº:134/97. PROC. 073.001413/97. CONTRATANTE:José da Silva Dias. DATA: 04/07/97. VALOR: R$ 239,04 (Duzentos e trinta e nove reais e quatro centavos). LOCAL DE EXECUÇÃO:Fazenda Monjolo n.º 13, N.R. Monjolo Planaltina - DF. DISTÂNCIA: 42Km do DEMA. PRAZO: 02dias. FORO: Brasília - DF. SERVIÇOS:Abertura de Tanque. EQUIP. CONTRATADOS: Trator de Esteira - 08:00 horas.CONTRATO Nº:135/97. PROC. 073.001418/97. CONTRATANTE:Eduardo Calmon Costa. DATA: 07/07/97. VALOR: R$ 5.814,00 (Cinco mil, oitocentos e quatorze reais). LOCAL DE EXECUÇÃO:Fazenda Butitizinho, N.R. Buriti-Tição - DF. DISTÂNCIA: 55Km do DEMA. PRAZO: 60dias. FORO: Brasília - DF. SERVIÇOS:Aceiramento, Reparo de Estrada, Recuperação Bolsão, Construção Bolsão, Compactação/Gradeação. EQUIP. CONTRATADOS: Trator de Esteira, Trator de Pneus , Pé-de-Carneiro e Grade - 20:00, 30:00, 60:00, 40:00, 70:00, 30:00 e 40:00 horas.CONTRATO Nº:136/97. PROC. 073.001421/97. CONTRATANTE:Claudia Maria Gonçalves. DATA: 07/07/97. VALOR: R$ 681,96 Seiscentos e oitenta e um reais e noventa e seis centavos0. LOCAL DE EXECUÇÃO:Chácara Dr. Hidê n.º 08, Fercal e Sobradinho - DF. DISTÂNCIA: 16Km do DEMA. PRAZO: 04dias. FORO: Brasília - DF. SERVIÇOS:Nivelamento e Reparo de Estrada. EQUIP. CONTRATADOS: Motoniveladora e Trator de Esteira - 15:00, 02:00 e 03:00 horas.CONTRATO Nº:137/97. PROC. 073.001422/97. CONTRATANTE:Ismar Afonso Cortes. DATA: 08/07/97. VALOR: R$ 18,28 (Dezoito reais e vinte e oito centavos). LOCAL DE EXECUÇÃO:Chácara n.º 54, Reserva "A" Gleba 02 PICAG, Brazlândia - DF. DISTÂNCIA: 45Km do DEMA. PRAZO: 01dias. FORO: Brasília - DF. SERVIÇOS:Roçagem. EQUIP. CONTRATADOS: Roçadeira e Trator de Pneus - 01:00 e 01:00 horas.CONTRATO Nº:138/97. PROC. 073.001436/97. CONTRATANTE:Caetano Gomes Neto. DATA: 08/07/97. VALOR: R$ 79,80 (Setenta e nove reais e oitenta centavos). LOCAL DE EXECUÇÃO:Parcela n.º 29, Projeto Assentamento Contagem Sobradinho - DF. DISTÂNCIA: 25Km do DEMA. PRAZO: 02dias. FORO: Brasília - DF. SERVIÇOS:Gradeação. EQUIP. CONTRATADOS: Trator de Pneus e Grade - 05:00 e 05:00 horas.CONTRATO Nº:139/97. PROC. 073.001437/97. CONTRATANTE:Agropecuaria Arábia Ltda.. DATA: 08/07/97. VALOR: R$ 2.337,60 (Dois mil trezentos e trinta e sete reais e sessenta centavos). LOCAL DE EXECUÇÃO:A.I., N.R. Tabatinga - DF. DISTÂNCIA: 50Km do DEMA. PRAZO: 08dias. FORO: Brasília - DF. SERVIÇOS:Reparo de Terraço. EQUIP. CONTRATADOS: Motoniveladora - 50:00 horas.CONTRATO Nº:140/97. PROC. 073.001510/97. CONTRATANTE:José Assunção de Carvalho. DATA: 15/07/97. VALOR: R$ 83,38 (Oitenta e três reais e trinta e oito centavos). LOCAL DE EXECUÇÃO:Lote n.º 19 e 96, CAUB I - DF. DISTÂNCIA: 30Km do DEMA. PRAZO: 02dias. FORO: Brasília - DF. SERVIÇOS:Roçagem. EQUIP. CONTRATADOS: Trator de Pneus e Roçadeira - 06:00 e 06:00 horas.CONTRATO Nº:141/97. PROC. 073.001545/97. CONTRATANTE:Paulo Sérgio Martins. DATA: 15/07/97. VALOR: R$ 358,56 (Trezentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e seis centavos). LOCAL DE EXECUÇÃO:Fazenda Nhandeara Monjolo, Planaltina - DF. DISTÂNCIA: 42Km do DEMA. PRAZO: 03dias. FORO: Brasília - DF. SERVIÇOS:Reparo de Tanque e Abertura de Tanque. EQUIP. CONTRATADOS: Trator de Esteira - 06:00 e 06:00 horas.CONTRATO Nº:142/97. PROC. 073.001620/97. CONTRATANTE:Antonio Pereira Filho. DATA: 17/07/97. VALOR: R$ 76,61 (Setenta e seis reais e sessenta e seis centavos). LOCAL DE EXECUÇÃO:Chácara n.º 101, Reserva "A" Gleba 02 PICAG Brazlândia - DF. DISTÂNCIA: 45Km do DEMA. PRAZO: 01dias. FORO: Brasília - DF. SERVIÇOS:Gradeação. EQUIP. CONTRATADOS: Trator de Pneus e Grade - 04:00 e 04:00 horas.CONTRATO Nº:143/97. PROC. 073.001621/97. CONTRATANTE:Berlamínio José Souto. DATA: 17/07/97. VALOR: R$ 464,96 (Quatrocentos e sessenta e quatro reais e noventa e seis centavos). LOCAL DE EXECUÇÃO:Lote n.º 18, N.R. Santos Dumont - DF. DISTÂNCIA: 55Km do DEMA. PRAZO: 08dias. FORO: Brasília - DF. SERVIÇOS:Reparo de Estrada, Gradeação e Calagem. EQUIP. CONTRATADOS: Pá-Carregadeira, Motoniveladora, Trator de Pneus, Grade e Distribuidor de Calcário - 03:00, 02:00, 15:00, 12:00 e 03:00 horas.CONTRATO Nº:144/97. PROC. 073.001648/97. CONTRATANTE:Manoel Alves do Anjos. DATA: 17/07/97. VALOR: R$ 187,00 (Cento e oitenta e sete reais). LOCAL DE EXECUÇÃO:Fazenda Vão de Buraco, Sobradinho - DF. DISTÂNCIA: 45Km do DEMA. PRAZO: 01dias. FORO: Brasília - DF. SERVIÇOS:Reparo de Estrada. EQUIP. CONTRATADOS: Motoniveladora - 04:00 horas.CONTRATO Nº:145/97. PROC. 073.001654/97. CONTRATANTE:Durvalina Rodrigues Prado. DATA: 18/07/97. VALOR: R$ 179,28 (Cento e setenta e nove reais e vinte e oito centavos). LOCAL DE EXECUÇÃO:Chácara n.º 20, Ponte Alta - DF. DISTÂNCIA: 55Km do DEMA. PRAZO: 02dias. FORO: Brasília - DF. SERVIÇOS:Abertura de Tanque. EQUIP. CONTRATADOS: Trator de Esteira - 06:00 horas.CONTRATO Nº:146/97. PROC. 073.001666/97. CONTRATANTE:Maria Augusta Nunes de Oliveira. DATA: 21/07/97. VALOR: R$ 94,19 (Noventa e quatro reais e dezenove centavos). LOCAL DE EXECUÇÃO:Fazenda Buriti dos Alves DF 014 km 85 - DF. DISTÂNCIA: 50Km do DEMA. PRAZO: 02dias. FORO: Brasília - DF. SERVIÇOS:Aração, Gradeação e Calagem. EQUIP. CONTRATADOS: Trator de Pneus, Arado, Grade e Distribuidor de Calcário - 05:00, 01:00, 03:00 e 01:00 horas.CONTRATO Nº:147/97. PROC. 073.001699/97. CONTRATANTE:Eduardo Bonifácio do Nascimento. DATA: 21/07/97. VALOR: R$ 166,05 (Cento e sessenta e seis reais e cinco centavos). LOCAL DE EXECUÇÃO:Chácara n.º 10, Projeto Assentamento Contagem Sobradinho - DF. DISTÂNCIA: 45Km do DEMA. PRAZO: 03dias. FORO: Brasília - DF. SERVIÇOS:Gradeação e Aração. EQUIP. CONTRATADOS: Trator de Pneus, Grade e Arado - 10:30, 06:00 e 04:30 horas.CONTRATO Nº:148/97. PROC. 073.001696/97. CONTRATANTE:João Alecrim Paiva.

DATA: 21/07/97. VALOR: R$ 63,84 (Sessenta e três reais e oitenta e quatro centavos). LOCAL DE EXECUÇÃO:Chácara 31, Projeto Assentamento Contagem Sobradinho - DF. DISTÂNCIA: 45Km do DEMA. PRAZO: 01dias. FORO: Brasília - DF. SERVIÇOS:Gradeação. EQUIP. CONTRATADOS: Trator de Pneus e Grade - 04:00 e 04;00 horas.CONTRATO Nº:149/97. PROC. 073.000584/97. CONTRATANTE:Rosa Fernandes de N. Carvalho. DATA: 22/07/97. VALOR: R$ 57,46 (Cinquenta e see reais e quarenta e seis centavos). LOCAL DE EXECUÇÃO:Chácara 102, Reserva "A"02 PICAG, Brazlândia - DF. DISTÂNCIA: 35Km do DEMA. PRAZO: 01dias. FORO: Brasília - DF. SERVIÇOS:Gradeação. EQUIP. CONTRATADOS: Trator de Pneus e Grade - 03:00 e 03:00 horas.CONTRATO Nº:150/97. PROC. 073.001706/97. CONTRATANTE:Maria Belchiorlina da Cunha. DATA: 22/07/97. VALOR: R$ 76,61 (Setenta e seis reais e sessenta e um centavos). LOCAL DE EXECUÇÃO:Chácara n.º 19, C.A. Vicente Pires - DF. DISTÂNCIA: 20Km do DEMA. PRAZO: 01dias. FORO: Brasília - DF. SERVIÇOS:Gradeação. EQUIP. CONTRATADOS: Trator de Pneus e Grade - 04:00 e 04:00 horas.CONTRATO Nº:151/97. PROC. 073.001707/97. CONTRATANTE:João Gonzaga da Silva. DATA: 23/07/97. VALOR: R$ 38,31 (Trinta e oito reais e trinta e um centavos). LOCAL DE EXECUÇÃO:Chácara n.º 30, C.A. Arniqueira - DF. DISTÂNCIA: 30Km do DEMA. PRAZO: 01dias. FORO: Brasília - DF. SERVIÇOS:Gradeação. EQUIP. CONTRATADOS: Trator de Pneus e Grade - 02:00 e 02:00 horas.CONTRATO Nº:152/97. PROC. 073.001708/97. CONTRATANTE:João Gonzaga da Silva Filho. DATA: 23/07/97. VALOR: R$ 38,31 (Trinta e oito reais e trinta e um centavos). LOCAL DE EXECUÇÃO:Lote n.º 28, C.A. Arniqueira -DF. DISTÂNCIA: 31Km do DEMA. PRAZO: 01dias. FORO: Brasília - DF. SERVIÇOS:Gradeação. EQUIP. CONTRATADOS: Trator de Pneus e Grade - 02:00 e 02:00 horas.CONTRATO Nº:153/97. PROC. 073.001705/97. CONTRATANTE:Iraídes Teixeira. DATA: 23/07/97. VALOR: R$ 197,72 (Cento e noventa e sete reais e setenta e dois centavos). LOCAL DE EXECUÇÃO:Chácara Santa e São Francisco, DF 140 km 85 - DF. DISTÂNCIA: 64Km do DEMA. PRAZO: 02dias. FORO: Brasília - DF. SERVIÇOS:Gradeação e Patrolamento. EQUIP. CONTRATADOS: Trator de Pneus, Grade e Motoniveladora - 03:00, 03:00 e 03:00 horas.CONTRATO Nº:154/97. PROC. 073.001710/97. CONTRATANTE:Nelson Izoton. DATA: 23/07/97. VALOR: R$ 435,72 (Quatrocentos e trinta e cinco reais e setenta e dois centavos). LOCAL DE EXECUÇÃO:Lote n.º 14. C.A. Estanislau - DF. DISTÂNCIA: 25Km do DEMA. PRAZO: 03dias. FORO: Brasília - DF. SERVIÇOS:Construção de bolsão, Nivelamento e Reparo de Estrada. EQUIP. CONTRATADOS: Trator de Esteira - 03:00, 05:00 e 02:00 horas.CONTRATO Nº:155/97. PROC. 073.001711/97. CONTRATANTE:Manoel Batista Diniz. DATA: 23/07/97. VALOR: R$ 76,61 (Setenta e seis reais e sessenta e um centavos). LOCAL DE EXECUÇÃO:Chácara n.º 25/06, C.A. Vicente Pires - DF. DISTÂNCIA: 20Km do DEMA. PRAZO: 01dias. FORO: Brasília - DF. SERVIÇOS:Gradeação. EQUIP. CONTRATADOS: Trator de Pneus e Grade - 04:00 e 04:00 horas.CONTRATO Nº:156/97. PROC. 073.001712/97. CONTRATANTE:Hélio Beltrão da Silva. DATA: 24/07/97. VALOR: R$ 327,27 (Trezentos e vinte e sete reais e vinte e sete centavos). LOCAL DE EXECUÇÃO:Chácara Morada da Lua, DF 29 km 15 Ponte Alta - DF. DISTÂNCIA: 70Km do DEMA. PRAZO: 03dias. FORO: Brasília - DF. SERVIÇOS:Construção de Terraço. EQUIP. CONTRATADOS: Motoniveladora - 07:00 horas.CONTRATO Nº:157/97. PROC. 073.001717/97. CONTRATANTE:Francisco de Assis Alves. DATA: 24/07/97. VALOR: R$ 95,76 (Noventa e cinco reais e setenta e seis centavos). LOCAL DE EXECUÇÃO:Fazenda Taquara, Mansões Fazendarias - DF. DISTÂNCIA: 18Km do DEMA. PRAZO: 02dias. FORO: Brasília - DF. SERVIÇOS:Gradeação. EQUIP. CONTRATADOS: Trator de Pneus e Grade - 05:00 e 05:00 horas.CONTRATO Nº:158/97. PROC. 073.001728/97. CONTRATANTE:Louise Raposo Campos Nogueira. DATA: 25/07/97. VALOR: R$ 298,80 (Duzentos e noventa e oito reais e oitenta centavos). LOCAL DE EXECUÇÃO:Chácara Santa Luzia, DF 140 kmn 08 São Sebatião - DF. DISTÂNCIA: 35Km do DEMA. PRAZO: 03dias. FORO: Brasília - DF. SERVIÇOS:Limpeza. EQUIP. CONTRATADOS: Trator de Esteira - 10:00 horas.CONTRATO Nº:159/97. PROC. 073.001718/97. CONTRATANTE:José Lázaro de Araújo Filho. DATA: 25/07/97. VALOR: R$ 57,46 (Cinqüenta e sete reais e quarenta e seis centavos). LOCAL DE EXECUÇÃO:Lote n.º 18, C.A. Vicente Pires - DF. DISTÂNCIA: 20Km do DEMA. PRAZO: 01dias. FORO: Brasília - DF. SERVIÇOS:Gradeação. EQUIP. CONTRATADOS: Trator de Pneus e Grade - 03:00 e 03:00 horas.CONTRATO Nº:160/97. PROC. 073.001727/97. CONTRATANTE:Caetano Gomes Neto. DATA: 25/07/97. VALOR: R$ 63,08 (Sessenta e três reais e oito centavos). LOCAL DE EXECUÇÃO:Lote 29, Projeto Assentamento Contagem Sobradinho - DF. DISTÂNCIA: 45Km do DEMA. PRAZO: 01dias. FORO: Brasília - DF. SER-

VIÇOS:Abertura de Tanque. EQUIP. CONTRATADOS: Retro-Escavadeira - 04:00 horas.CONTRATO Nº:161/97. PROC. 073.001726/97. CONTRATANTE:Geraldo Lopes da Silva Filho. DATA: 25/07/97.

VALOR: R$ 523,60 (Quinhentos e vinte e três reais e sessenta centavos). LOCAL DE EXECUÇÃO:Lote n.º 132, N.R. Santos Dumont - DF. DISTÂNCIA: 45Km do DEMA. PRAZO: dias. FORO: Brasília - DF. SERVIÇOS:Transporte de Adubo Organico. EQUIP. CONTRATADOS: CM-Basculante - 24:00 horas.CONTRATO Nº:162/97. PROC. 073.001732/97. CONTRATANTE:José de Arimatéia César de Menezes. DATA: 25/07/97. VALOR: R$ 47,88 (Quarenta e sete reais e oitenta e oito centavos). LOCAL DE EXECUÇÃO:Parcela 26, Projeto Assentamento Contagem Sobradinho - DF. DISTÂNCIA: 45Km do DEMA. PRAZO: 01dias. FORO: Brasília - DF. SERVIÇOS:Gradeação. EQUIP. CONTRATADOS: Trator de Pneus e Grade - 03:00 e 03:00 horas.CONTRATO Nº:163/97. PROC. 073.001763/97. CONTRATANTE:Ivan Lima Guimarães. DATA: 30/07/97. VALOR: R$ 2.026,20 (Dois mil, vinte e dois reais e vinte centavos). LOCAL DE EXECUÇÃO:Lote n.º 132, N.R. Tabatinga - DF. DISTÂNCIA: 55Km do DEMA. PRAZO: 40dias. FORO: Brasília - DF. SERVIÇOS:Calagem, Aração e Gradeação. EQUIP. CONTRATADOS: Trator de Pneus, Distribuidor de Calcário, Arado e Grade - 15:00, 15:00, 96:00, 74:00 e 22:00 horas.CONTRATO Nº:164/97. PROC. 073.001766/97. CONTRATANTE:Edson Gomes da Costa. DATA: 30/07/97. VALOR: R$ 150,88 (Cento e cinqüenta reais e oitenta e oito centavos). LOCAL DE EXECUÇÃO:Chácara São José, Córrego do Meio DF 330 km 01 Sobradinho - DF. DISTÂNCIA: 25Km do DEMA. PRAZO: 03dias. FORO: Brasília - DF. SERVIÇOS:Gradeação e Calagem. EQUIP. CONTRATADOS: Trator de Pneus, Grade e Distribuidor de Calcário - 08:00, 06:00e 02:00 horas.CONTRATO Nº:165/97. PROC. 073.001767/97. CONTRATANTE:Almerito Jaci de França e Silva. DATA: 31/07/97. VALOR: R$ 76,61 (Setenta e seis reais e sessenta e um centavos). LOCAL DE EXECUÇÃO:Lote n.º 06, C.A. Vicente Pires. DISTÂNCIA: 18Km do DEMA. PRAZO: 01dias. FORO: Brasília - DF. SERVIÇOS:Gradeação. EQUIP. CONTRATADOS: Trator de Pneus e Grade - 04:00 e 04:00 horas.CONTRATO Nº:166/97. PROC. 073.001770/97. CONTRATANTE:Irlando Vieira Tavares. DATA: 31/07/97. VALOR: R$ 306,44 (Trezentos e seis reais e quarenta e quatro centavos). LOCAL DE EXECUÇÃO:Lote n.º 97, Gleba 01 Alexandre Gusmão - DF. DISTÂNCIA: 35Km do DEMA. PRAZO: 05dias. FORO: Brasília - DF. SERVIÇOS:Gradeação. EQUIP. CONTRATADOS: Trator de Pneus e Grade - 16:00 e 16:00 horas.CONTRATO Nº:167/97. PROC. 073.001771/97. CONTRATANTE:Leonardo Luciano Leoi. DATA: 31/07/97. VALOR: R$ 191,50 (Cento e noventa e um reais e cinqüenta centavos). LOCAL DE EXECUÇÃO:Chácara n.º 04, C.A. Vicente Pires - DF. DISTÂNCIA: 18Km do DEMA. PRAZO: 04dias. FORO: Brasília - DF. SERVIÇOS:Gradeação. EQUIP. CONTRATADOS: Trator de Pneus e Grade - 10:00 e 10:00 horas.CONTRATO Nº:168/97. PROC. 073.001798/97. CONTRATANTE:Álvaro Esteves Caldas Filho. DATA: 04/08/97. VALOR: R$ 94,62 (Noventa e quatro reais e sessenta e dois centavos). LOCAL DE EXECUÇÃO:Lote n.º 28/29, N.R. Santos Dumont - DF. DISTÂNCIA: 53Km do DEMA. PRAZO: 02dias. FORO: Brasília - DF. SERVIÇOS:Reparo de Tanque. EQUIP. CONTRATADOS: Retro-Escavadeira - 05:00 horas.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 2/97

Objeto: Aquisição de microcomputadores pentium, microcomputadores portáteis tipo notebook, impressoras, digitalizador de imagem, estabilizadores, roteadores, moldens, licença MS e software anti-vírus, para o Conselho de Segurança Pública do Entorno do Distrito Federal - SSP/DF.
Data e horário limites para recebimento dos envelopes contendo documentação, proposta técnica e proposta de preços: dia 17/09/97 10h.
A CPL/SSP torna público que realizará licitação sob a modalidade de Tomada de Preços para o objeto acima, cópia do edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados, gratuitamente, na secretaria da CPL, situada no SAIN(ao lado do Detran/DF), Bl.▪A▪, sala 125, fone: 314-8273, 314-8277, 314-8287 e 322-4346, fac-símile 225-9213, Brasília-DF.

Brasília, 14 de agosto de 1997
CONSUELO ESPERANÇA ALVES FERNANDEZ
Comissão Permanente de Licitação
Presidente

POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATOS DE NOTAS DE DEMPENHO

NÚMERO:97NE00624. DATA DE EMISSÃO: 11/08/97 PARTES: UNIDADE GESTORA: Polícia Civil do Distrito Federal. CREDOR: Dipasa Auto Peças e Serviços Ltda. PROCESSO Nº: 052 001.723/96. EVENTO: 400092. UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 24105. PROGRAMA DE TRABALHO: 06007002120460002. FONTE DE RECURSO: 030. NATUREZA DA DESPESA. 349030. MODALIDADE: Estimativo. LICITAÇÃO: Concorrência 01/97-CPL/PCDF. EMPENHO ORIGINAL: 97NE00521. VALOR: R$ 15.000,00. ESPECIFICAÇÃO: Aquisição de peças e acessórios originais para veículos das linhas Volkswagen, General Motors e Mercedes-Benz. PRAZO: até 31 de dezembro de 1997.

NÚMERO:97NE00625 DATA DE EMISSÃO: 11/08/97 PARTES: UNIDADE GESTORA: Polícia Civil do Distrito Federal. CREDOR: Cardoso Auto Peças Ltda. PROCESSO Nº: 052-001.764/96. EVENTO: 400092. UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 24105. PROGRAMA DE TRABALHO: 06007002120460002. FONTE DE RECURSO: 030. NATUREZA DA DESPESA: 349030. MODALIDADE: Estimativo. LICITAÇÃO: Tomada de Preços nº 13/97-CPL/PCDF. EMPENHO ORIGINAL: 97NE00377. VALOR: R$ 2.000,00. ESPECIFICAÇÃO: aquisição de baterias para veículos automotores. PRAZO: até 31 de dezembro de 1997.

NÚMERO: 97NE00626.DATA DA EMISSÃO: 11/08/97. PARTES: UNIDADE GESTORA: Polícia Civil do Distrito Federal. CREDOR: DISBRAVE - Distribuidora Brasília de Veículos S.A. PROCESSO Nº: 052-000.165/97. EVENTO: 400092. UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 24105. PROGRAMA DE TRABALHO: 06007002120460002. FONTE DE RECURSO: 030. NATUREZA DA DESPESA: 349030. MODALIDADE: Estimativo. LICITAÇÃO: Tomada de Preço nº 014/97 CPL/PCDF. EMPENHO ORIGINAL: 97NE00499. VALOR: 1.500,00. ESPECIFICAÇÃO: Aquisição de peças e acessórios originais para 71 veículos VW/SANTANA conforme manuais/normas técnicas, objetivando a garantia ofertada pelo fabricante. PRAZO: Até 31 de dezembro de 1997.

NÚMERO: 97NE00627.DATA DA EMISSÃO: 11/08/97. PARTES: UNIDADE GESTORA: Polícia Civil do Distrito Federal. CREDOR: DISBRAVE - Distribuidora Brasília de Veículos S/A. PROCESSO Nº: 052-000.165/97. EVENTO: 400092. UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 24105. PROGRAMA DE TRABALHO: 06007002120460002. FONTE DE RECURSO: 030. NATUREZA DA DESPESA: 349039. MODALIDADE: Estimativo. LICITAÇÃO: Tomada de Preço nº 014/97-CPL/PCDF. EMPENHO ORIGINAL: 97NE00468. VALOR: 1.500,00. ESPECIFICAÇÃO: Revisão/manutenção (assistência técnica) em 71 veículos VW/SANTANA conforme manuais/normas técnicas, objetivando a garantia ofertada pelo fabricante. PRAZO: Até 31 de dezembro de 1997.

NÚMERO: 97NE00629.DATA DA EMISSÃO: 11/08/97. PARTES: UNIDADE GESTORA: Polícia Civil do Distrito Federal. CREDOR: Tecniplus-Tecnicos em Informática e Telecomunicações Ltda. PROCESSO Nº: 052.001.737/96. EVENTO: 400092. UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 24105. PROGRAMA DE TRABALHO: 06007002120460002. FONTE DE RECURSO: 030. NATUREZA DA DESPESA: 349039. MODALIDADE: Estimativo. LICITAÇÃO: Tomada de Preço nº 003/97-CPL/PCDF. EMPENHO ORIGINAL: 97NE00077 VALOR: R$ 3.109,00. ESPECIFICAÇÃO: Manutenção preventiva e corretiva, com substituição de peças, em central telefônica SIEMENS EQUITEL SATURNO 2000 KS/GTE 2332327. PRAZO: Até 31 de dezembro de 1997.

NÚMERO: 97NE00630 DATA DA EMISSÃO: 11/08/97. PARTES: UNIDADE GESTORA: Polícia Civil do Distrito Federal. CREDOR: DIGIREDE Comércio e Serviços Ltda. PROCESSO Nº: 052-000.065/97. EVENTO: 400092. UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 24105. PROGRAMA DE TRABALHO: 06007002120460002. FONTE DE RECURSO: 030. NATUREZA DA DESPESA: 349030. MODALIDADE: Estimativo. LICITAÇÃO: Inexigível, nos termos do inciso I, artigo 25 da Lei nº 8.666/93. EMPENHO ORIGINAL: 97NE00107. VALOR: R$ 4.000,00. ESPECIFICAÇÃO: manutenção corretiva e preventiva em equipamentos de processamento de dados da marca DIGIREDE. PRAZO: até 31 de dezembro de 1997.

NÚMERO: 97NE00631. DATA DA EMISSÃO: 11/08/97. PARTES: UNIDADE GESTORA: Polícia Civil do Distrito Federal. CREDOR: TRIA - Engenharia, Comércio e Representações Ltda. PROCESSO Nº: 052-001.541/96. EVENTO: 400092. UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 24105. PROGRAMA DE TRABALHO: 06007002120460002. FONTE DE RECURSO: 030. NATUREZA DA DESPESA: 349030. MODALIDADE: Estimativo. LICITAÇÃO: Tomada de Preços nº 09/97-CPL/PCDF. EMPENHO ORIGINAL: 97NE00351. VALOR: 343,00. ESPECIFICAÇÃO: Manutenção preventiva e corretiva com substituição de peças em aparelhos de ar condicionado. PRAZO: Até 31 de dezembro de 1997.

NÚMERO: 97NE00632 DATA DA EMISSÃO: 12/08/97. PARTES: UNIDADE GESTORA: Polícia Civil do Distrito Federal. CREDOR: ECT-Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. PROCESSO Nº: 050-000.002/96 EVENTO: 400092. UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 24105. PROGRAMA DE TRABALHO: 06007002120460002. FONTE DE RECURSO: 030. NATUREZA DA DESPESA: 349039. MODALIDADE: Estimativo. LICITAÇÃO: Inexigível nos termos do *caput* do art. 25 da Lei 8.666/93. EMPENHO ORIGINAL: 97NE00009. VALOR: R$ 1.027,00. ESPECIFICAÇÃO: Serviços postais e telegráficos, venda de selos, aluguel de caixa postal, carga em máquina franqueadora e envelope caixa de SEDEX. PRAZO: até 02 de janeiro de 2001.

SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTES

FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA

EXTRATOS DE CONTRATOS

ESPÉCIE: Contrato Nº 255/97-FCDF; CONTRATADAS: Fundação Cultural do Distrito Federal e a Associação Coro Feminino de Brasília, PROCESSO: 081.001958/97; OBJETO: Realização de 01 (um) espetáculo com o "Coro Feminino" a realizar-se no dia 06/07/97 às 20 horas, na Sala Martins Penna do Teatro Nacional Claudio Santoro, dispensado a licitação com fulcro no Inciso III, do Art. 25, da Lei 8.666/93; tudo de acordo com o processo acima mencionado; VALOR DO CONTRATO: R$1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), recursos procedentes do orçamento da FCDF, correndo a despesa à conta da dotação orçamentária especificada, na Nota de Empenho nº 688/97-FCDF, fonte 050, atividade 2042-0001, elemento 34-90-39; DATA DA ASSINATURA: 03 de julho de 1997; NOME DO EXECUTOR: Mirta Eugênia Varella Escosteguy; ASSINATURA: p/CONTRATANTE: NILSON RODRIGUES DA FONSECA, p/CONTRATADA: NORLISE NEIVA SERRALVO, TESTEMUNHAS: HÉLIO DA COSTA MUNIZ e HERNANI SOUZA SANTOS.

ESPÉCIE: Contrato Nº 258/97-FCDF; CONTRATADAS: Fundação Cultural do Distrito Federal e o Grupo de Teatro Oceano Nox, PROCESSO: 081.001997/97; OBJETO: Realização de 01 (um) espetáculo com "Mário Lago" a realizar-se no dia 13/07/97 às 20 horas, na Sala Martins Penna do Teatro Nacional Claudio Santoro, dispensado a licitação com fulcro no Inciso III, do Art. 25, da Lei 8.666/93; tudo de acordo com o processo acima mencionado; VALOR DO CONTRATO: R$4.000,00 (quatro mil reais), recursos procedentes do orçamento da FCDF, correndo a despesa à conta da dotação orçamentária especificada, na Nota de Empenho nº 723/97-FCDF, fonte 050, atividade 2042-0001, elemento 34-90-39; DATA DA ASSINATURA: 08 de julho de 1997; NOME DO EXECUTOR: Mirta Eugênia Varella Escosteguy; ASSINATURA: p/CONTRATANTE: NILSON RODRIGUES DA FONSECA, p/CONTRATADA: MARIA GERALDA, TESTEMUNHAS: HÉLIO DA COSTA MUNIZ e HERNANI SOUZA SANTOS.

ESPÉCIE: Contrato Nº 259/97-FCDF; CONTRATADAS: Fundação Cultural do Distrito Federal e o Grupo de Teatro Oceano Nox, PROCESSO: 081.002013/97; OBJETO: Realização de 01 (um) espetáculo com "Ronaldo Alencar" a realizar-se no dia 12/07/97 às 20 horas, no Teatro dos

Bancários, dispensado a licitação com fulcro no Inciso III, do Art. 25, da Lei 8.666/93; tudo de acordo com o processo acima mencionado; VALOR DO CONTRATO: R$1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), recursos procedentes do orçamento da FCDF, correndo a despesa à conta da dotação orçamentária especificada, na Nota de Empenho nº 736/97-FCDF, fonte 050, atividade 2042-0001, elemento 34-90-39; DATA DA ASSINATURA: 08 de julho de 1997; NOME DO EXECUTOR: Mirta Eugênia Varella Escosteguy; ASSINATURA: p/CONTRATANTE: NILSON RODRIGUES DA FONSECA, p/CONTRATADA: MARIA GERALDA, TESTEMUNHAS: HÉLIO DA COSTA MUNIZ e HERNANI SOUZA SANTOS.

ESPÉCIE: Contrato Nº 260/97-FCDF; CONTRATADAS: Fundação Cultural do Distrito Federal e o Grupo de Teatro Oceano Nox, PROCESSO: 081.002013/97; OBJETO: Realização de 02 (dois) espetáculos com o "Mamulengo Vive" a realizar-se nos dias 12 e 13/07/97 às 10 horas, na Ceilândia e em São Sebastião, dispensado a licitação com fulcro no Inciso III, do Art. 25, da Lei 8.666/93; tudo de acordo com o processo acima mencionado; VALOR DO CONTRATO: R$1.200,00 (hum mil e duzentos reais), recursos procedentes do orçamento da FCDF, correndo a despesa à conta da dotação orçamentária especificada, na Nota de Empenho nº 737/97-FCDF, fonte 050, atividade 2042-0001, elemento 34-90-39; DATA DA ASSINATURA: 08 de julho de 1997; NOME DO EXECUTOR: Mirta Eugênia Varella Escosteguy; ASSINATURA: p/CONTRATANTE: NILSON RODRIGUES DA FONSECA, p/CONTRATADA: MARIA GERALDA, TESTEMUNHAS: HÉLIO DA COSTA MUNIZ e HERNANI SOUZA SANTOS.

SECRETARIA DE TRABALHO

DEPARTAMENTO DE EMPREGO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 11/97

Processo nº 030.003.171/97 - PARTES: STb-DF / DEPARTAMENTO DE EMPREGO DO DISTRITO FEDERAL - DEPEM/DF x FUNDAÇÃO ECONOMIA DE CAMPINAS - FECAMP - OBJETO: Realização de Projeto de Formação Educacional, no âmbito das ações relativas ao Programa de Qualificação Profissional de 1997, objeto do Convênio MTb/SEFOR/CODEFAT nº 008/96 - STb/DF. - VALOR: total global: R$ 200.000,00 (duzentos mil reais). Recursos oriundos do convênio acima em referência, incorporados ao Orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício, Lei nº 1.363, de 30/12/96, correndo a despesa à conta da Dotação Orçamentária: U.O. 25103, Programa de Trabalho: 1407804702514-0003; Natureza da Despesa: 349039; Fonte de Recursos: 032, sendo empenhada a importância de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), conforme Nota de Empenho 97NE00201, emitida em 23/5/97, sob o evento 400091, modalidade global. FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação - Artigo 24, inciso XIII, da Lei 8.666, de 21.06.93, com as alterações dadas pela Lei 8.883, de 08.07.94 VIGÊNCIA: de 11/7/97 a 31/10//97. SIGNATÁRIOS: Pelo Distrito Federal: PEDRO CELSO, na qualidade de Secretário de Trabalho do Distrito Federal e IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES, na qualidade de Diretor Geral / Respondendo do DEPEM/DF. Pela CONTRATADA: WILSON CANO, na qualidade de Presidente da FECAMP.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 13/97

Processo nº 030.005.774/97 - PARTES: STb-DF / DEPARTAMENTO DE EMPREGO DO DISTRITO FEDERAL - DEPEM/DF x OBRAS SOCIAIS DO CENTRO ESPÍRITA FRATERNIDADE JERÔNIMO CANDINHO - OBJETO: Realização de Projeto de Formação Educacional, no âmbito das ações relativas ao Programa de Qualificação Profissional de 1997, objeto do Convênio MTb/SEFOR/CODEFAT nº 008/96 - STb/DF. - VALOR: total global: R$ 132.600,00 (cento e trinta e dois mil e seiscentos reais). Recursos oriundos do convênio acima em referência, incorporados ao Orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício, Lei nº 1.363, de 30/12/96, correndo a despesa à conta da Dotação Orçamentária: U.O. 25103, Programa de Trabalho: 1407804702514-0003; Natureza da Despesa: 349039; Fonte de Recursos: 032, sendo empenhada a importância de R$ 132.600,00 (cento e trinta e dois mil e seiscentos reais), conforme Nota de Empenho 97NE00325, emitida em 06/8/97, sob o evento 400091, modalidade global. FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação - Artigo 24. inciso XIII, da Lei 8.666, de 21.06.93, com as alterações dadas pela Lei 8.883, de 08.07.94 VIGÊNCIA: de 11/8/97 a 26/12/97. SIGNATÁRIOS: Pelo Distrito Federal: PEDRO CELSO, na qualidade de Secretário de Trabalho do Distrito Federal e IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES, na qualidade de Diretor Geral / Respondendo do DEPEM/DF. Pela CONTRATADA: JOSÉ MIRANDA DE OLIVEIRA FILHO, na qualidade de Diretor-Presidente das Obras Sociais do Centro Espírita Fraternidade Jerônimo Candinho.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 14/97

Processo nº 030.005.772/97 - PARTES: STb-DF / DEPARTAMENTO DE EMPREGO DO DISTRITO FEDERAL - DEPEM/DF x INSTITUTO EDUCACIONAL SÃO JUDAS TADEU / CONGREGAÇÃO DE SÃO JOÃO BATISTA - OBJETO: Realização de Projeto de Formação Educacional, no âmbito das ações relativas ao Programa de Qualificação Profissional de 1997, objeto do Convênio MTb/SEFOR/CODEFAT nº 008/96 - STb/DF. - VALOR: total global: R$ 68.600,00 (sessenta e oito mil e seiscentos reais). Recursos oriundos do convênio acima em referência, incorporados ao Orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício, Lei nº 1.363, de 30/12/96, correndo a despesa à conta da Dotação Orçamentária: U.O. 25103, Programa de Trabalho: 1407804702514-0003; Natureza da Despesa: 349039; Fonte de Recursos: 032, sendo empenhada a importância de R$ 68.600,00 (sessenta e oito mil e seiscentos reais), conforme Nota de Empenho 97NE00324, emitida em 06/8/97, sob o evento 400091, modalidade global. FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação - Artigo 24, inciso XIII, da Lei 8.666, de 21.06.93, com as alterações dadas pela Lei 8.883, de 08.07.94 VIGÊNCIA: de 11/8/97 a 26/12/97. SIGNATÁRIOS: Pelo Distrito Federal: PEDRO CELSO, na qualidade de Secretário de Trabalho do Distrito Federal e IVAN GONÇALVES RIBEIRO GUIMARÃES, na qualidade de Diretor Geral / Respondendo do DEPEM/DF. Pela CONTRATADA: IRMÃ ANA MARIA DE SOUZA, na qualidade de Presidente do Instituto Educacional São Judas Tadeu / Congregação de São João Batista.

SECRETARIA DE TURISMO

EXTRATO DE COMPRAS E BENS E/OU SERVIÇOS
JULHO/97

PUBLICAÇÃO NA FORMA DO ART. 16, DA LEI N.º 8.666/93 E DA LEI N.º 886/95

N.E. N.º	FORNECEDOR/BENS E/OU/SERVIÇOS	QUANT	P. UNIT.	P. TOTAL
	INEXIGIBILIDADE			
385	NOVACAP- COMPANHIA URBANIZADORA NOVA CAPITAL - Serv. de reforma do CAT 1) Serv. tec. profissionais. 2) Serv. preliminares; 3) Arquitetura e elementos urbanisticos; 4) Instalações hidraulica e sanitária; 5) Serv. complentares; 6) Serv. adm. ccomplementares; conf. Orçamento nº 028/97 constante do processo.	-	-	41.871,12
387	INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO EMBRATUR - Ressarcimento de vencimentos e encargos sociais pela cessão da servidora Patrícia Fernandes, referente aos meses de maio e junho/97.	-	-	6.185,98
389	CEB - COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA - Reforço da NE original para serviços e tarifas de energia elétrica dos próprios administrados pela SETUR, no exercício de 1997.	-	-	17.850,00
390	CEB - COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA - Ref. de NE, para cobrir despesas com instalações e retiradas de pontos de luz, consumo de energia, instalações de redes, locações de transformadores e outros serviços, nos locais de realizações de eventos promovidos e/ou apoiados pela SETUR no exercício de 1997.	-	-	1.700,00
393	JORNAL DO BRASIL S/A - Renovação de 01 (uma) assinatura anual diária do Jornal do Brasil S/A	-	-	336,00
397	CAESB - CIA DE ÁGUA E ESGOTO DE BRASÍLIA - Reforço de NE para cobrir despesas com serviços e tarifas de água e esgotos dos eventos apoiados ou patrocinados pela SETUR, no exercício de 1997.	-	-	1.000,00
399	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - Reforço de NE para cobrir despesas com serviços postais e telemáticos convencionais, adicionais nas modalidades nacionais e internacional, carga de máquinas de franquia e aquisições de produtos postais, no exercício de 1997.	-	-	1.000,00
400	MARIA ALICE MACENO DE MENEZES E OUTROS - Reconhecimento de dívida referente ao abono pecuniário/96, dos servidores da SETUR, conf. Publ. No DODF n º 100, pag. 3.855, de 20/05/97, conf. OF. CIRCULAR N º 009/GAB/SEA, DE 15/05/97. Obs: pag. ref. a segunda parcela .	-	-	3.323,00
401	UNIÃO FEDERAL MINISTERIO DA INDUSTRIA E COMÉRCIO - Ressarcimento de vencimentos e encargos sociais pela cessão da servidora Verônica Maria S.S. Oliveira, referente ao mês de junho/97.	-	-	2.499,92
402	UNIÃO FEDERAL MINISTÉRIO IND. E COMÉRCIO - Ressarcimento de vencimentos e encargos sociais pela cessão da servidora ILZA MARIA PEREIRA SANTANA, referente ao mês de junho/97.	-	-	2.445,87
403	ABRACCEF - ASS. BRAS. DOS CENTR. DE CONV. E FEIRAS - Despesa com aquisição de calendários de eventos da ABRACCEF/97	-	-	61,20
404	TELEBRASÍLIA - TELECOMUNICAÇÕES DE BRASÍLIA - Reforço de NE para cobrir despesas com serviços e tarifas telefônicas de interesse da SETUR, no exercício de 1997.	-	-	5.291,00
405	NOVACAP - COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL. 1) Erradicação de arbustos e arvores; 2) Erradicação de ervas daninhas e capina; 3) Plantio de grama em placas; 4) Capeamento do gramado com terra vegetal; 5) Canteiros ornamentais; 6) Combate fitos sanitários; 7) Limpeza geral; (orçamento n.º 111/97.)	-	-	18.491,97
407	TELEBRASÍLIA - TELECOMUNICAÇÕES DE BRASÍLIA - Reconhecimento de dívida conforme publicação no DODF n º 133, de 15/07/97, pag. N º 5.229 (ref. a contas telefônicas dos meses 11/95 e 01/96)	-	-	148,47
409	CAESB - CIA DE ÁGUA E ESGOTO DE BRASÍLIA - Reforço de NE para cobrir despesas com tarifas de água e esgotos em próprios administrados pela SETUR no decorrer de 1997.	-	-	10.350,00
410	ELEVADORES ATLAS S/A - FILIAL CENTRO NORTE - Reforço do empenho original de manut. preventiva e corretiva com reposições de peças e/ou componentes dos elevadores Atlas, n.º 12721 a 12723, da Torre de Televisão, no exercício de 1997.	-	-	8.000,00
411	ELEVADORES ATLAS S/A - FILIAL CENTRO NORTE - Reforço do empenho original de manut. preventiva e corretiva com reposições de peças e/ou componentes dos elevadores Atlas, n.º 27075 a 27080, instalados no Centro de Convenções de Brasília no exercício de 1997.	-	-	4.000,00
413	CEB - COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA - Reforço de NE para cobrir despesas com instalações e retiradas de pontos de luz, consumo de energia, instalações de redes, locações de transformadores e outros serviços, nos locais de realizações de eventos promovidos e/ ou apoiados pela SETUR, no exercício de 1997.	-	-	2.000,00

417	EDAVA ASSESSORIA IMPORT. E EXPORTAÇÃO LTDA - Locação de stande para utilização pela SETUR, na 1ª Feira de Turismo de Brasília - TOUR/97, a realizar-se, em Brasília no período de 14 a 17 de agosto/97.	-	-	1.900,00
418	SOCIEDADE DE TRANSP COLETIVOS DE BRASÍLIA LTDA - Ressarcimento de vencimentos e encargos sociais, pela cessão do servidor Henrique Ary de Passos Curado, conf. OF. 827/97/GAB/SETUR, referente ao mês de junho/97.	-	-	4.024,46
421	IBRAHIM FARAH NETO E OUTROS - Auxilio creche e auxilio natalidade, folha de pagamento do mês de julho/97.	-	-	5.560,00
422	IBRAHIM FARAH NETO E OUTROS - Salário família dos servidores estatutários, folha de pagamento do mês de julho/97.	-	-	33,44

398	BGR SONORIZAÇÃO LTDA - ME. - Serviço de sonorização de pequeno , médio e grande porte e Trio Elétrico, p/ Eventos promovidos e/ou apoiados pela SETUR, no exercício de 1997.	-	-	1.000,00
428	TORRE PALACE HOTEL - Serviço de hospedagem, locação de apartamentos executivos tipo single e double, a serem utilizados p/ convidados do Governo do Distrito Federal, no exercício de 1997.	-	-	3.000,00
429	TORRE PALACE HOTEL - 1º Aditamento ao contrato de serviço de hospedagem e locação de apartamentos executivos tipo single e double, p/ convidados do Distrito Federal, no exercício de 1997.	-	-	1.250,00
430	SUPERMERCADO COELHO LTDA. - Aquisição de água mineral e potável de mesa, acondicionada em garrafões de 20 litros, com lacre de segurança, marca Indaiá, Seiva ou Ilza, no exercício de 1997.	-	-	500,00
434	BGR SONORIZAÇÃO LTDA-ME - Reforço do empenho original, de serviços de sonorização de pequeno, médio e grande porte e Trio Elétrico, p/ Eventos promovidos e/ou apoiados pela SETUR, no exercício de 1997.	-	-	1.040,00
N.E. Nº	FORNECEDOR/BENS E/OU/SERVIÇOS	QUANT	P. UNIT.	P. TOTAL
	DISPENSA			
386	CETEFE- ASS.CENTRO TREIN. EDUC. FISICA ESPEC. -Confec. de 106 medalhas redondas de 4mm c/fita para pendurar, 20 troféus transparente ambos em acrílicos com impres. em silk screen.	-	-	964,00
392	PAPELARIA ABC COMERCIO E INDUSTRIA LTDA - Folha de transparência, INK JET DATA JET A4, para serem utilizadas no PNMT.	-	-	30,00
396	GSS COMERCIO, SERV. E TECNOLOGIA LTDA -Manut. prev. e corretiva c/ reposição de peças, nos equipamentos abaixo discriminados n o exercício de 1997. 1) Impressora Emilia, Tomb. N.º 2581-09, 2) Microcomputador Tomb. N.º 2459-09, 3) Microcomputador tomb. 113.532 e 4) Impressora Tomb.13.718.	-	-	1.200,00
406	CETEFE-ASS. CENTRO TREIN. EDUC. FISICA ESPEC. OBS: NE reemitida com base no art. 79 do decreto n º 16.098 de 29/11/94. Troféu acrílico cristal, com motivo em aplik a laser e silkscreen, para modalidades, conforme modelo.	80	25,00	2.240,00 2.000,00
	- Medalhas em acrílico cristal de 0,3cm, modelo em ele, medindo 14 x 08cm, com impressão em silkscreen. Obs: Material destinado a premiações para o 113º Sonho Visão de Dom Bosco.	60	4,00	240,00
408	ELETRO MOTOR BOMBA-ME -Conserto em 2(duas) bombas d''agua trifasica, sendo 01 de 7,5 cv marca WEG tombamento n.º 2874-9 e 01 de 05 CV marca Monzoli tomb. Nº2875-9, com rebobinamento do motor, troca de rolamentos, gaxetas e juntas.	-	-	370,00
412	GRÁFICA PAPELARIA DISTRITAL LTDA. - Serviço de impressão e confecção de cartas turísticas no formato aberto 64x46cm em papel couchê, 120 gramas em Policromia com fotolito fornecido.	2000	0,95	1.900,00
414	PAPELARIA CEARÁ LTDA. - Placas de cortiça medindo 60x90, Cortearte.	12	24,30	291,60
415	BICOLOR COMÉRCIO REPRESENTAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. -Mangueira reforçada ¾ de borracha.	60	6,90	414,00

416	PAPELARIA BRITO COM. E REPRES. LTDA. - Bobina para fax, 216x30m.	100	1,95	195,00
420	SUN SHADOW SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES LTDA. Serviço de remoção de pintura de vidros e fornecimento e instalação de película de controle solar bronze refletivo ER15BPS, total de 18,32 m2.	-	-	329,76
426	SOCIEDADE DE TRANSPORTE COLETIVO DE BRASÍLIA LTDA. - Locação de 02 (dois) ônibus, p/transporte dos participantes da 1ª Taça Brasília de Futebol Juvenil que está sendo realizado em Brasília.	-	-	3.313,36

RESULTADO DE JULGAMENTO(*)
CONVITE Nº 25/97

PROCESSO N.º 210.000.367/97

OBJETO: Aquisição de Material fotográfico, filmes e papéis para fotografia.

A Comissão Permanente de Licitação, após análise criteriosa da Documentação e Propostas de Preços apresentadas, e, atendendo o que determina o parágrafo Primeiro, do artigo 109, da Lei 8.666/93, torna público a quem interessar possa, o Resultado de Julgamento da Carta Convite em epígrafe, sagrando-se Vencedores:

Cine Foto Universitário Ltda., para os itens: **01, 02 e 04**, no valor total de **R$ 2.470,00 (Dois mil quatrocentos e setenta reais);**

Sistema Áudio e Imagem Ltda., para os itens: **05 e 06**, no valor total de **R$ 1.884,00 (Hum mil oitocentos e oitenta e quatro reais);**

J. Rocha Distribuidora de Filmes Ltda., para os itens: **03 e 07**, no valor total de **R$ 606,00 (Seiscentos e dez reais);**

Brasília, 7 de agosto de 1997
ANGELO FERNANDO FERNANDES
Presidente da CPL

(*) Republicado por ter saído com incorreção, do original, no DODF n.º 153, de 12/08/97, página 6117

BRASÍLIA



ONDE TODOS PODEM LER

BRASÍLIA DIZ SIM À ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Um Governo Democrático e Popular se faz com a participação de todos. Por isso, o Governo do Distrito Federal, através da Secretaria de Educação e, em parceria com a sociedade civil organizada, está lançando o programa BRASÍLIA ONDE TODOS PODEM LER. Uma iniciativa para acabar com o analfabetismo entre jovens e adultos no DF. Para que isto aconteça estamos buscando a parceria com toda a comunidade: estudantes, empresários, funcionários públicos, ONGs, políticos, religiosos, clubes de serviços. Enfim, todo voluntário que quiser participar.

SE VOCÊ PARTICIPAR, TODO MUNDO ASSINA EMBAIXO

Maiores Informações na Divisão Regional de Ensino mais próxima da sua casa

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL

GOVERNO DEMOCRÁTICO E POPULAR
O povo em 1º lugar

PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL

RESULTADOS DE JULGAMENTOS

CONVITE Nº 11/97

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL, comunica aos interessados, o resultado do Convite nº 11/97, processo nº 020.000697/97, da forma que se segue:
FIRMA : MASTER CONSULTORIA E COMÉRCIO LTDA, vencedora do item nº 01, com valor mensal de R$ 120,00 (Cento e vinte reais).

CONVITE Nº 12/97

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL, comunica aos interessados, o resultado do Convite nº 12/97, processo nº 020.000702/97, da forma que se segue:
FIRMA : ELETROFRIG ELETRICIDADE E AR CONDICIONADO LTDA., vencedora do item nº 01, com valor total de R$ 1.749,00 (Um mil, setecentos e quarenta e nove reais).

CONVITE Nº 13/97

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL, comunica aos interessados, o resultado do Convite nº 13/97, processo nº 020.000714/97, da forma que se segue:
FIRMA : ELÉTRICA ALIANÇA E COMÉRCIO LTDA., vencedora do item nº 01, com valor total de R$ 55,50 (Cinqüenta e cinco reais e cinqüenta centavos).
FIRMA : NEWFLEX COMERCIAL E CONSTRUÇÕES LTDA., vencedora do item nº 02, com valor total de R$ 2.150,00 (Dois mil, cento e cinqüenta reais).

(*) Republicado por ter saído com incorreção, do original no DODF nº 151, de 08/08/97.

Brasília, 13 de agosto de 1997
ANA CRISTINA BOCAYUVA DE OLIVEIRA
Presidente da CPL

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SEÇÃO DE COMPRAS

RESULTADO DE JULGAMENTO
CONVITE Nº 35/97

Para efeito do que estabelece o art. 109, inciso I, alínea "b", da Lei nº 8.666/93, c/c o art. 5º da Lei nº 938, de 20/10/95, retificamos o resultado do julgamento deste Convite, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal do dia 12/08/97, informamos a desclassificação da empresa Work Distribuidora e Serviços por estar em desacordo com a especificação do Edital e apresentamos novo resultado para o item 1 da licitação em epígrafe:

item	empresa vencedora	especificação objeto	prazo entrega	preço unitário (em R$)
01	Bomtempo Comercial de Alimentos Ltda.	Adoçante dietético com 75 ml, marca Finn.	20 dias	3,53

Brasília, 13 de agosto de 1997
HENRIQUE DE FREITAS SOARES
Chefe da Seção de Compras

INEDITORIAIS

ÁLVARO ALBERTO DE ARAÚJO SAMPAIO

AVISO DE REQUERIMENTO DE LICENÇA

Torna público que requereu ao IEMA/SEMATEC a Licença Prévia para a atividade de Poço Tubular Profundo no local: DF 290 Loteamento Santa Maria Chácara Vitória, nº 13 - Santa Maria - DF. Não foi determinado Estudo de Impacto Ambiental.

(DAR R$ 15,57)

AMORIM COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO

AVISO DE REQUERIMENTO DE LICENÇA

Torna público que requereu ao IEMA/SEMATEC a LICENÇA PRÉVIA para a atividade de Poço Tubular Profundo no local: DF 290 Km 1- Santa Maria.Não foi determinado Estudo de Impacto Ambiental.

(DAR R$13,35)

AVISO DE REQUERIMENTO DE LICENÇA

Torna público que requereu ao IEMA/SEMATEC a LICENÇA PRÉVIA para a atividade de: Posto de Lavagem e Abastecimento, Lojas Comerciais de Multi-atividades, hospedagem e similares, no local: DF 290 Km 1 - Santa Maria.Não foi determinado Estudo de Impacto Ambiental.

(DAR R$ 15,57)

APARECIDA AUGUSTA PIMENTEL

AVISO DE REQUERIMENTO DE LICENÇA

Torna publico que requereu ao IEMA/SEMATEC a Licença de instalação para a atividade POÇO TUBULAR PROFUNDO no local: CHACARA CASTELO FORTE Nº 3/17 - FAZENDA SANTHAREM Km 07 Sao Sebastião- DF.
Nao foi determinado Estudo de Impacto Ambiental.

(DAR R$ 15,57)

BR 070 COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA

AVISO DE REQUERIMENTO DE LICENÇA

Torna público que requereu ao IEMA/SEMATEC a LICENÇA PRÉVIA para a atividade de: Loja Comercial Multiatividades, Concessionária de Veículos, Posto de lavagem e lubrificação, hospedagem e similares, no local:Núcleo Rural Alexandre Gusmão, lote 455, gleba 3. Não foi determinado Estudo de Impacto Ambiental.

(DAR R$ 15,57)

AVISO DE REQUERIMENTO DE LICENÇA

Torna público que requereu ao IEMA/SAMATEC a LICENÇA PRÉVIA para a atividade de Poço Tubular Profundo no local: Núcleo Rural Alexandre Gusmão,lote 455, gleba 3. Não foi determinado Estudo de Impacto Ambiental.

(DAR R$ 13,35)

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MUTUO DOS FUNCIONÁRIOS DO MINISTÉRIO DA FAZENDA - CREDFAZ

CGC/MF 00.952.415.0001-65 SCS Q.05 BL.C ENT.144 Galeria NOVA OUVIDOR BRASILIA DF

EDITAL DE CONVOCAÇAO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA

A Diretoria da CREDFAZ, de conformidade com o disposto nos artigos 24 a 33 e 37 de seu Estatuto Social , Convoca todos os Participantes da Cooperativa , hoje em numero de 1.251 para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinaria no dia 29.08.97, às 08:00 horas , em primeira Chamada , com a presença de 2/3 do numero de cooperados , em segunda chamada às 09:00 horas e a ultima chamada às 10:00 horas, com a presença minima de 10 (dez) cooperados, a realizar-se à SCLN 110, Bloco C, loja 69/79 , sede da UNACON, nesta cidade de Brasilia - DF ,para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

1 - Prestaçao de Contas do 1º semestre de 1997
1.1 -Relatorio do conselho de administraçao
1.2 -Balanço encerrado em 30.06.97
1.3 -Demonstraçao de reultado do periodo
1.4 -Parecer do Conselho Fiscal

2 - Alteraçao dos artigos 27 e 47 do Estatuto

Brasilia , 14 de agosto de 1997.

Rubens Soares
presidente

(DAR R$ 62,30)

SINDICATO DOS CONDUTORES AUTONOMOS DE VEÍCULOS RODOVIÁRIOS DE BRASÍLIA

COMUNICADO

O SINDICAVIR , inscrito no CGC/MF sob o nº 0003178/0003-71 e CF/DF nº 07317547/003-69, comunica o extravio dos taloes de notas fiscais de Serviços , serie 3-B ,nºs. 951 a 1000 e 1551 a 1600.

BRASILIA DF em 14 de agosto de 1997.

(DAR R$ 13,35)

SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DO DISTRITO FEDERAL

SCS Edifício José Severo - 7º andar - Brasília-DF. Telefone:224-3808
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

A Presidente do Sindicato dos Empregados no Comércio do Distrito Federal, no gozo de suas atribuições legais e estatutárias, convoca todos os empregados da Empresa SUPERBOX (Companhia Brasileira de Distribuição), localizada em Águas Claras, Taguatinga-DF, para Assembléia Geral Ordinária que será realizada na Sede da Entidade, localizada no SCS - Edifício José Severo - 7º andar - Brasília-DF, no dia 15/08/97, às 17:00 horas em 1ª convocação com um terço dos empregados, e/ou em 2ª convocação às 18:00 horas, com qualquer número, para deliberar, através de escrutínio secreto, sobre a seguinte Ordem do Dia: a) Eleição de Delegado Sindical, conforme prevê o Art. 11 da Constituição Federal. Brasília-DF, 14 de agosto de 1997.

Geralda Godinho de Sales
Presidente

(DAR-R$24,47)

INDICE DE NORMAS

ATOS DO PODER EXECUTIVO

.DECRETO 18523, 14-08-97..... 6.201

SECRETARIA DE GOVERNO

.ORDEM DE SERVICO, SUCAR/RA XIX-CANDANGOLANDIA, 13-08-97..... 6.202

SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

.ATO DECLARATORIO 85-R, SUREC, 13-08-97..... 6.202
.ATO DECLARATORIO 330-R, SUREC/DAT, 11-08-97..... 6.203
.ATO DECLARATORIO 334-R, SUREC/DAT, 12-08-97..... 6.203
.ATO DECLARATORIO 341-R, SUREC/DAT, 13-08-97..... 6.204
.DESPACHO, SECRETARIO, 14-08-97..... 6.202
.DESPACHO, SUREC/DAT, 12-08-97..... 6.204
.DESPACHO, SUREC/DAT/DAR, 12-08-97..... 6.204
.DESPACHO, SUREC/DAT/DT, 13-08-97..... 6.205
.DESPACHO-R, TARF/PRES1, 07-08-97..... 6.205

SECRETARIA DE EDUCACAO

.DESPACHO-*, FEDF, 11-08-97..... 6.206
.DESPACHO-*, FEDF/DGA, 12-08-97..... 6.207
.DESPACHO, SECRETARIO, 12-08-97..... 6.207

SECRETARIA DE SAUDE

.DESPACHO, FNB, 08-08-97..... 6.207
.DESPACHO, ISDF, 11-08-97..... 6.207

SECRETARIA DE OBRAS

.PORTARIA 59, SECRETARIO, 13-08-97..... 6.208

SECRETARIA DE TRANSPORTES

.INSTR. DE SERV. 21, DMTU/DG, 12-08-97..... 6.209

POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

.DESPACHO, DIRETOR-GERAL, 13-08-97..... 6.209

SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE

.DESPACHO, SECRETARIO, 06-08-97..... 6.209

SECRETARIA DE INDUSTRIA E COMERCIO

.DESPACHO, SECRETARIO, 13-08-97..... 6.209

SECRETARIA DE TRABALHO

.DESPACHO, CHEFE DE GABINETE, 12-08-97..... 6.209
.DESPACHO, FUNSOL/DF, 14-08-97..... 6.210

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIENCIA E TECNOLOGIA

.INSTR. DE SERV. 102-R, SLU/DG, 12-08-97..... 6.210

PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL

.DESPACHO-R, 11-08-97..... 6.210

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

.ATA 3269, SECRETARIA DAS SESSOES, 05-08-97..... 6.210
.ATA 3270, SECRETARIA DAS SESSOES, 07-08-97..... 6.212

* - ATOS REPUBLICADOS OU RETIFICADOS
R - ATOS AGRUPADOS POR RELACAO



CORRENDO DEMAIS
VOCÊ PODE
CHEGAR
ONDE NÃO QUER.

GDF

BRASÍLIA
ONDE TODOS
PODEM LER

BRASÍLIA DIZ SIM À ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Um Governo Democrático e Popular se faz com a participação de todos. Por isso, o Governo do Distrito Federal, através da Secretaria de Educação e, em parceria com a sociedade civil organizada, está lançando o programa BRASÍLIA ONDE TODOS PODEM LER. Uma iniciativa para acabar com o analfabetismo entre jovens e adultos no DF. Para que isto aconteça estamos buscando a parceria com toda a comunidade: estudantes, empresários, funcionários públicos, ONGs, políticos, religiosos, clubes de serviços. Enfim, todo voluntário que quiser participar.

SE VOCÊ PARTICIPAR, TODO MUNDO ASSINA EMBAIXO

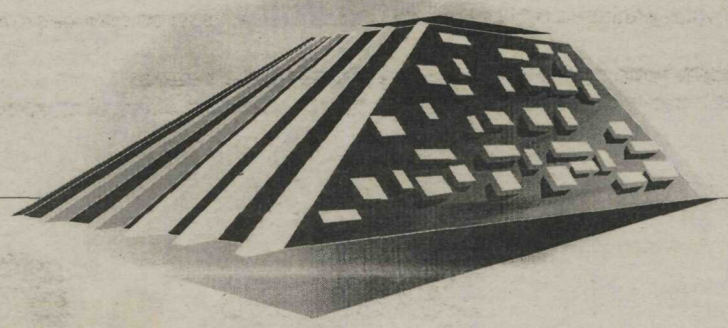
Maiores Informações na Divisão Regional de Ensino mais próxima da sua casa

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL

GOVERNO DEMOCRÁTICO E POPULAR
O povo em 1º lugar

A Terracap está doando o Teatro Nacional para a Secretaria de Cultura. Este ato merece ser aplaudido de pé.

Em 95, a Terracap doou o Cine Brasília para a Secretaria de Cultura. O sucesso foi tanto, que a gente não poderia deixar de dar o bis. E que bis. Agora o Teatro Nacional Cláudio Santoro será também patrimônio de todos que fazem e que admiram a nossa cultura.



TERRACAP
COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA

GOVERNO DEMOCRÁTICO E POPULAR
O povo em 1º lugar



BRASÍLIA DIZ NÃO À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

A prostituição infanto-juvenil é uma das mais cruéis formas de violência contra pessoas inocentes.
Uma agressão que marca para sempre as vidas de suas vítimas.
É preciso combater aqueles que ganham com a exploração sexual e proteger as crianças e os adolescentes contra abusos e imposições.
Toda sociedade deve participar, junto com o Governo, desta frente pela cidadania.
Faça sua parte. Denuncie essa violação dos direitos humanos. Nossas crianças e adolescentes merecem um futuro melhor.

SOS CRIANÇA 1407

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AÇÃO COMUNITÁRIA DO DF

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
O povo em 1.º lugar

O GOVERNO VAI AONDE VOCÊ ESTÁ.

SAÚDE
em casa

O Governo Democrático e Popular está implantando o Saúde em Casa, um programa para prevenção, educação e tratamento da saúde do povo. As famílias atendidas pelo Programa recebem visitas regulares de equipes compostas por agentes comunitários de saúde, além de médicos, enfermeiros e auxiliares de enfermagem. Este ano o Saúde em Casa chegará a 505 mil habitantes, com 101 equipes em ação, atendendo aos moradores de Santa Maria, São Sebastião, Sobradinho II, Planaltina, Samambaia, Paranoá, Recanto das Emas e Ceilândia.

Mas isso é só o começo.

Assim, de casa em casa, vamos melhorar a saúde e a qualidade de vida da nossa gente.

Instituto Candango de Solidariedade

SAÚDE PARA TODOS

SECRETARIA DE SAÚDE

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL